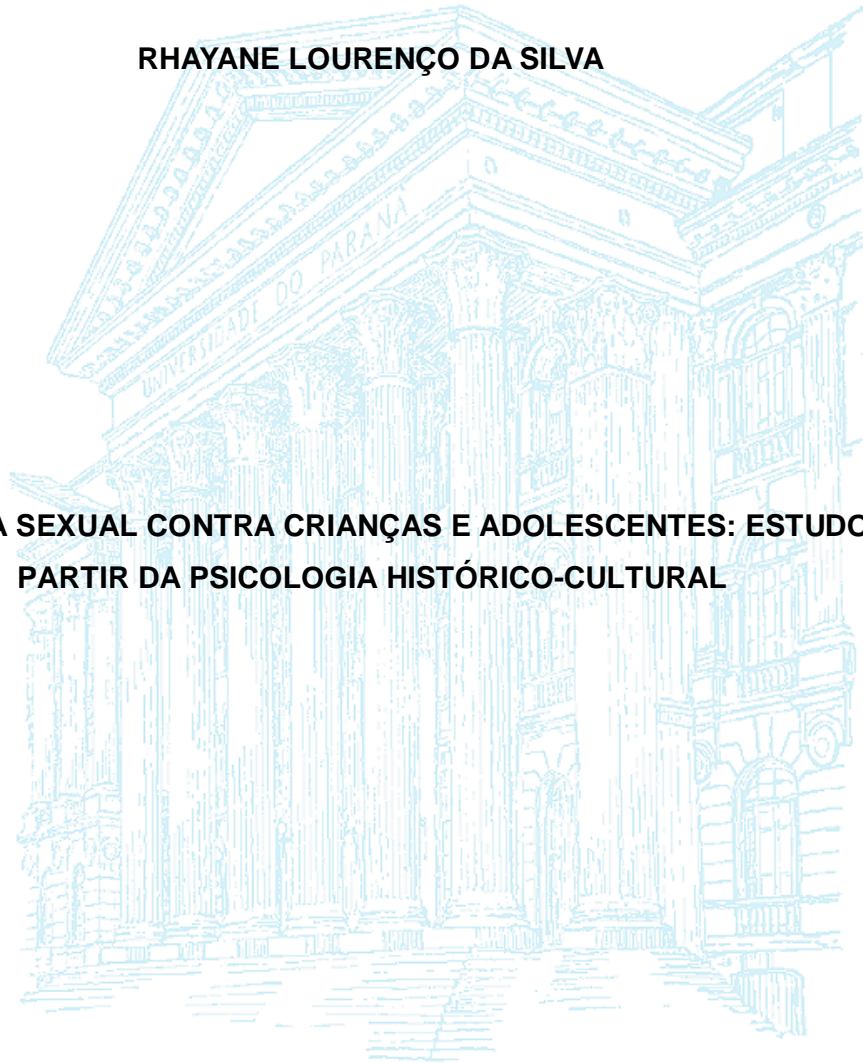


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RHAYANE LOURENÇO DA SILVA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ESTUDO A
PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**



CURITIBA

2009

RHAYANE LOURENÇO DA SILVA



**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ESTUDO A
PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Monografia apresentada para conclusão do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Psicólogo com bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Graziela Lucchesi
Rosa da Silva

CURITIBA

2009

RHAYANE LOURENÇO DA SILVA

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ESTUDO A
PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Psicólogo com bacharel em Psicologia no Curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora.

Orientadora:

Prof. Ms. Graziela Lucchesi Rosa da Silva

Departamento de Psicologia, UFPR

Prof.^a Dr.^a Ligia Regina Klein

Departamento de Planejamento e Administração Escolar

Dr.^a Maria Teresa Castelo Branco

Departamento de Psicologia, UFPR

Professora aposentada

Curitiba, 14 de Dezembro de 2009.

*À classe trabalhadora, reais atores da Revolução Socialista.
Aos filhos e filhas da classe trabalhadora, que sofrem com
as limitações humanas de nossa pré-história.*

AGRADECIMENTOS

Aos queridos amigos e companheiros de monografia **César, Lethicia, Remom e Renata** que, além da cumplicidade nos momentos de abrolhos monográficos, muito me inspiram e me fazem crer na consolidação de uma Psicologia verdadeiramente revolucionária.

À dedicada orientadora **Graziela**, continuamente comprometida com o estudo do método do materialismo histórico-dialético, para uma Psicologia verdadeiramente científica, como propunha Vigotski.

À **Melissa**, que me socorreu prontamente com indicações bibliográficas e com seu acúmulo e dedicação aos estudos para uma Psicologia de método materialista histórico e dialético.

Aos companheiros no **Núcleo de Pesquisa em Educação e Marxismo – NUPEMARX**, que muito contribuíram e continuam a contribuir com os estudos da obra marxiana. Em especial à **Ligia**, exemplo de vivacidade e dedicação aos estudos marxistas, que aceitou compor minha banca de monografia e à **Maria Auxiliadora** que, além de me favorecer com empréstimos dos seus livros, sempre se mostrou disposta a contribuir com debates e estudos do método materialista histórico-dialético.

Aos companheiros de militância do **Barricadas** e do **Centro Acadêmico de Psicologia – CAP**, que na luta diária são cúmplices do aprender, fazer e esperança do nascer da história humana.

À **família**, sempre respeitosa e paciente com meus estudos e posicionamentos, em especial às espirituosas irmãs **Andreza e Michelle**, que a mim demonstram confiança e amparo.

Às amigas mais queridas e confidentes, que fazem dos meus dias os mais vivos e intensos: **Ariana, Giovanna, Juliana, Mariah, Nathalie, Naiady, Veridiana e Alinne, de quem tenho saudades.**

*Também o céu às vezes desmorona
E as estrelas caem sobre a terra
Esmagando-a com todos nós.
Isto pode ser amanhã.*

Bertolt Brecht.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral discutir as contribuições da Psicologia no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. As hipóteses norteadoras de nossa pesquisa são: 1) a Psicologia, a partir do método materialista histórico-dialético, pode contribuir às ações de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, pois vai além da dimensão subjetiva, interrelacionado-a as condições objetivas de vida, o que permite compreender o fenômeno em sua totalidade, a partir do concreto vivido; 2) para entender a violência sexual infantil e as contribuições da Psicologia frente a este fenômeno é preciso historicizá-lo a partir da materialidade das relações humanas e apreender a totalidade dos aspectos presentes em tal ato. As hipóteses levantadas foram averiguadas e discutidas neste trabalho a partir do estudo traçado em dois objetivos específicos: 1) análise histórica da concepção de infância e família a partir das condições objetivas de vida; 2) discussão das intervenções da Psicologia nas Políticas Públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Para a realização dessa pesquisa foi feito estudo bibliográfico do tema e análise qualitativa de entrevistas semi-estruturadas feitas com psicólogos que trabalham com o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes em equipamentos da rede de proteção do município de Curitiba/PR e região metropolitana. No decorrer da pesquisa foi possível concluir que, com o estudo Histórico-Cultural do fenômeno em questão a partir da materialidade das relações humanas, é possível apreender a totalidade constituinte do ato da violência em questão e, com este estudo, demarcar práticas da Psicologia para contribuir no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Palavras - chave: violência sexual contra crianças e adolescentes, Psicologia Histórico-Cultural, práticas psicológicas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo general discutir los aportes de la Psicología en el desarrollo del tema de la violencia sexual en contra de niños y de adolescentes, más específicamente, quiere analizar históricamente la concepción de la infancia y de la familia, a partir de las condiciones objetivas de vida. Este análisis se propone además, discutir las intervenciones de la Psicología en las políticas públicas y de que manera ellas podrían enfrentar el problema de la violencia sexual en contra de niños y adolescentes. Las hipótesis formuladas sobre la cuestión son: 1) la Psicología, a partir del método materialista histórico-dialéctico, puede contribuir en la elaboración de acciones que aborden el tema de la violencia sexual sobre niños y adolescentes, pues va más allá de una dimensión subjetiva, relacionándola a las condiciones objetivas de vida del individuo, lo que permite entender el fenómeno en su totalidad, a partir de la realidad concreta vivida por él; 2) para entender la violencia sexual infanto-juvenil, así como el aporte de la Psicología relacionado a este fenómeno, es necesario historiarlo, a partir de la materialidad de las relaciones humanas y captar la totalidad de los aspectos presentes en el acto. Para que se haya podido realizar esta búsqueda, efectuamos un estudio bibliográfico del tema, así como un análisis cuantitativo de las entrevistas, parcialmente estructuradas, hechas a psicólogos que trabajan en el tema de la violencia sexual infantil y de la adolescencia en estructuras públicas de la red de protección de la municipalidad de Curitiba y región Metropolitana. Con este trabajo concluimos, a través del análisis del fenómeno en cuestión, considerando la materialidad de las relaciones humanas, que es posible captar la totalidad constituyente del acto de violencia tratado arriba y, con este estudio, demarcar las prácticas de la Psicología que contribuyen con el enfrentamiento a la violencia sexual en contra de la infancia y de la adolescencia.

Palabras - llave: violencia sexual en contra de los niños y de los adolescentes, Psicología Histórico-Cultural, prácticas psicológicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PSICOLOGIA E VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17
1.1 A violência sexual contra crianças e adolescentes na atualidade	17
1.2 A Psicologia e seu papel no universo da infância e violência sexual: histórico de uma ciência burguesa	23
2 DESVENDANDO O INCESTO EM SUA MATERIALIDADE.....	34
2.1 Historicizando a infância: um olhar para a materialidade do ser social da criança e da família.....	34
2.2 A família na sociedade capitalista: o cenário da violência sexual na infância e adolescência.....	54
3 A INTERVEÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO PSICÓLOGO FRENTE À VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	64
3.1 O psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes: delimitando os sujeitos da pesquisa e os procedimentos da entrevista	64
3.2 A intervenção teórico-prática dos psicólogos de Curitiba e região metropolitana frente à violência sexual contra crianças e adolescentes	67
3.2.1 Categorização das entrevistas	68
3.2.2 Análise das Entrevistas sob a luz da Psicologia Histórico-Cultural	77
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO.....	97

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde (2008) aponta a violência como um desafio central do século XXI a ser superado, pois causa grande impacto na saúde da população. As principais vítimas da violência são crianças e adolescentes, a partir de um ano de idade, configurando-se a violência como a principal causa de mortalidade destas no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). A violência é a quarta causa de mortalidade em crianças de 0 a 9 anos de idade, enquanto constitui a principal causa de morte de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, representando 52,9% das causas de óbito na faixa etária de 10 a 14 anos e 58,7% na faixa etária de 15 a 19 anos de idade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Os índices de morbidade por agravos e violência dos serviços de referência de violências no país têm a violência sexual como principal motivo dos atendimentos feitos, sendo que dentre os registros, 44% são crianças de 0 a 9 anos de idade e 56% são crianças e adolescentes de 10 a 19 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). Portanto, a violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada um grave problema de saúde pública no país pelos altos índices de incidência na população, além dos riscos de prejuízos no desenvolvimento psicológico e social das vítimas e de seu núcleo familiar (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005).

Um dado que se soma a constatação da magnitude do problema da violência sexual contra crianças e adolescentes é a sua prevalência, que de acordo com estimativas do Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (LACRI, 2007), é de que 20% das mulheres e 10% dos homens sofreram violência sexual antes dos 18 anos de idade.

Vale destacar que a preocupação com esta temática no Brasil ganha concretude com o direcionamento da Constituição Federal de 1988, no artigo 227, sobre o *Princípio da Prioridade Absoluta*:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar

e comunitária, *além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão* (BRASIL, 1988, Art. 227, grifos nossos).

Nesta normativa, as crianças e adolescentes são entendidos como cidadãos em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, diferente da legislação anterior, a Lei 6.697 de 1979 - Código de Menores, que consistia na *doutrina da situação irregular*, que preconizava ao Juiz de Menores a autoridade para incidir sobre a esfera dos indivíduos menores de 18 anos em situação irregular descrita no artigo 2º da Lei:

Artigo 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

O Código de Menores negligenciava o fator social envolvido no problema da situação irregular, pois o fato de a criança ou adolescente ser pobre, vítima de maus-tratos ou autor de ato infracional era julgado sob a condição “patológica” de irregularidade (CURITIBA, 2008). Portanto, com a inclusão do texto do artigo 227 da Constituição Federal, os chamados “menores” deixaram de ser entendidos, ao menos na letra da Lei, como meros objetos tutelares de intervenções arbitrárias. Vale dizer, que o movimento da sociedade civil organizada, na luta pelos direitos da infância na década de 1980, intitulado como “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” contribuiu para que

a Constituição Federal Brasileira de 1988 contemplasse o Princípio da Prioridade Absoluta. Este princípio fundamentava-se na concepção da *doutrina de Proteção Integral*, elaborado pela Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos da Criança¹. Esta doutrina possui outros dois pilares, além do Princípio da Prioridade Absoluta, são eles: tratar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos; concebê-los como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. A doutrina da Proteção Integral consiste em um sistema de garantias pautado em políticas públicas preventivas básicas, socioeducativas e protetivas, que dirigem atenção especializada a grupos que estão em situação de risco pessoal e social: violência sexual, negligência, maus-tratos, consumo e tráfico de drogas ou qualquer trabalho que coloque em risco a saúde, educação ou desenvolvimento da criança ou adolescente, e não meramente um caráter assistencialista e arbitrário como ocorria com a doutrina da situação irregular do Código de Menores. Estas problemáticas estão presentes no artigo 3, inciso 2 e nos artigos 19, 20, 22, 32, 33 e 36 da Convenção, que tratam da doutrina de Proteção Integral.

Sob à luz da Constituição Federal de 1988 e da doutrina da Proteção Integral, os direitos da criança e do adolescente no Brasil foram regulamentados com a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta lei prevê a notificação obrigatória aos mecanismos legais competentes dos casos de suspeita ou confirmação de violência: “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (Art. 13). Também estabelece uma pena de multa aos responsáveis por estabelecimentos de atenção à saúde e educação que não o fizerem (Art. 245).

¹ Esta doutrina foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e seus princípios entraram em vigor internacionalmente em 2 de setembro de 1990. O Brasil ratificou tal convenção em 21 de setembro de 1990, com a publicação do Decreto Legislativo 99.710, e foi o primeiro país a adequar a legislação interna aos princípios consagrados na convenção com a criação do ECA em de 13 de julho de 1990. O ECA é uma lei que cumpre com o Princípio da Prioridade Absoluta da Constituição Federal de 1988, e vale dizer que é nesta Constituição brasileira que este princípio é abordado pela primeira vez na história da humanidade. Estes dados apontam para a magnitude do problema da violência, um fato que ganha notoriedade neste período (final do século XX), e da situação das crianças e adolescentes, o que tem por consequência o movimento acerca da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) 1987-1988, que forçou a regulamentação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a Assembléia das Nações Unidas de 1989.

O setor de saúde do país assumiu, a partir do ECA, um mandato social para atuar na prevenção, diagnóstico e notificação dos casos de violência. Com o ECA, a notificação é entendida como um instrumento de garantia de direitos e do processo de proteção integral da criança e do adolescente que permite a articulação de profissionais da saúde, educação, assistência social bem como os Conselhos Tutelares e a justiça para a tomada de medidas de intervenção capazes de deter a violência. Esta notificação geralmente se dá por meio de um formulário que deve ser preenchido em duas vias, sendo a primeira encaminhada ao Conselho Tutelar ou Juizado de Menores e a segunda anexada à Ficha de Atendimento ou Prontuário do paciente atendido, para os encaminhamentos necessários ao serviço.

O ECA pressupõe a criação de uma rede estratégica que possibilite a efetivação de uma política de proteção integral da criança e do adolescente, o que pode ser verificado nos artigos 4 e 86 do Estatuto:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Art. 4).

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Art. 86).

Está previsto no Estatuto, no artigo 87, inciso I, a municipalização do atendimento à criança e ao adolescente, o que situa o município como instância fundamental na garantia prática e estratégica da cidadania da criança e do adolescente. Tal fato, somado aos indicativos coletados pelo Ministério da Saúde que identificam a violência contra crianças e adolescentes como uma problemática de saúde pública², deu início a um processo de implementação,

² No ano de 2004 entrou em vigor a portaria nº 936 que prevê a criação de uma Rede Nacional de prevenção à violência e promoção da saúde através da implantação de núcleos municipais e estaduais. Tal portaria considera a Portaria nº 737 de 16 de maio de 2001, que dispõem sobre a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, cujo objetivo é o de estabelecer diretrizes e responsabilidades institucionais onde se contemplem e valorizem medidas inerentes à promoção da saúde e à prevenção de agravos externos. Ambas são norteadas pelos princípios de saúde do SUS: bem estar físico, mental e social como direito fundamental dos seres humanos e dever do Estado como provedor de condições indispensáveis à saúde.

nos diversos municípios do país, de redes especializadas compostas por diversas instituições governamentais e não-governamentais para combater a violência, especialmente a doméstica, cenário dos maiores índices de violência sexual (ARAÚJO, 2002; HABIZGZANG et al., 2006).

Em meio a este cenário, é fundamental que os mecanismos de rede de proteção, organizados para lidar com a violência sexual, considerem em sua atuação que a violência sexual em crianças e adolescentes apresenta uma especificidade: esta forma de violência não se dá apenas pelo uso da força física, pelo contrário, encontra-se na literatura uma tendência significativa do uso da sedução que se estabelece a partir de uma relação de confiança entre o autor da violência e a vítima, criando um falso consentimento desta, que responde à situação submetendo-se ao abuso. Na maioria das vezes, o abuso sexual não deixa marcas visíveis, o que dificulta identificação da violência por se tratar de atos como felação, masturbação, contatos sexuais de toques, sexo oral, voyeurismo, exibicionismo e outros atos libidinosos que não possuem a penetração³. Esta peculiaridade pode ter relação significativa com a dificuldade existente da notificação do ato, por parte dos profissionais da rede de proteção (GONÇALVES & FERREIRA, 2002). Também há um obstáculo relevante na denúncia dos casos de violência sexual devido ao sentimento de culpa,

³ Esta afirmação é baseada na experiência de estágio realizado por mim, de dezembro de 2007 a outubro de 2008, no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), uma delegacia especializada que está alocada no município de Curitiba. No decorrer do estágio foi possível se deparar com a dificuldade de levantar provas concretas sobre o abuso sexual, pois o setor de Psicologia do NUCRIA era incumbido de realizar avaliação psicológica na criança ou adolescente com denúncia de vítima de violência sexual, para a posterior elaboração de um laudo, com o parecer psicológico de indícios de ocorrência ou não do abuso sexual, que deve subsidiar a decisão do juiz e demais autoridades judiciais envolvidas no caso. O NUCRIA não é um órgão notificador de casos, pois recebe denúncias que devem ser enquadradas em crimes no boletim de ocorrência (B.O.), mas este fato não garante a ausência da dificuldade de identificar a violência sexual para dar seguimento jurídico ao caso. A prática da Psicologia se depara com a necessidade posta de gerir um laudo que garantisse uma contribuição efetiva para o caso, justamente pelo fato de grande parte destes se tratarem de violência sexual que não deixaram evidências. Uma das atividades realizadas no decorrer do estágio foi o levantamento de dados sobre os casos que foram encaminhados ao setor de Psicologia da delegacia, a partir da catalogação dos laudos concluídos no período de 2004 a 2008. Com estes dados foi possível demonstrar que a natureza do crime em 67% dos casos estavam enquadrados no B.O. como atentado violento ao pudor, definição agora revogada pela Lei nº 12.015, de 07.08.09, mas que na época era definido pelo Código Penal Brasileiro como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal” (Art. 214), ou seja, não há necessariamente penetração e pode-se tratar apenas de atos sexuais que não deixam marcas visíveis. De acordo com a experiência do estágio pode ser observado que a grande maioria destes casos o atentado violento ao pudor tratava-se de uma violência que não tornava possível a constatação imediata desta por não deixar evidências como nos casos de estupro, que representam 12% da amostra.

tolerância e vergonha da vítima e também, no caso da violência doméstica, por haver uma reprodução de uma cultura familiar em que o abuso sexual acaba sendo protegido por uma lei do silêncio (ARAÚJO, 2002, p.5; HABIZGZANG et al., 2006). Tal problema torna-se bastante significativo, uma vez que a violência doméstica é a mais freqüente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997). Diante da dificuldade de denúncia e identificação da situação de abuso sexual em crianças e adolescentes, há a necessidade de atuação da Psicologia no enfrentamento destes problemas, bem como no direcionamento do tratamento à vítima, família e agressor.

Uma vez introduzido o cenário da violência sexual no Brasil, cabe o questionamento, que é central neste trabalho: Quais as contribuições da Psicologia frente à violência sexual contra crianças e adolescentes? A partir deste questionamento, o presente trabalho tem por objetivo geral discutir as contribuições da Psicologia no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Os objetivos específicos centram-se em: 1) analisar historicamente a concepção de infância e família a partir das condições objetivas de vida; 2) discutir as intervenções da Psicologia nas Políticas Públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para tanto, o trabalho será organizado a partir de estudo bibliográfico do tema e entrevistas com psicólogos que atuam no enfrentamento da violência sexual com crianças e adolescentes em equipamentos da rede de proteção do município de Curitiba/PR e região metropolitana.

Este trabalho possui duas hipóteses norteadoras que devem ser averiguadas e debatidas no decorrer da pesquisa: 1) a Psicologia, a partir do método materialista histórico-dialético, pode contribuir às ações de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, pois vai além da dimensão subjetiva, interrelacionado-a às condições objetivas de vida, o que permite compreender o fenômeno em sua totalidade, a partir do concreto vivido; 2) para entender a violência sexual e as contribuições da Psicologia frente a este fenômeno é preciso historicizá-lo a partir da materialidade das relações humanas e apreender os aspectos presentes em tal ato sob a luz da totalidade.

Para desenvolver as questões de estudo, esta monografia encontra-se estruturada em três capítulos. No primeiro, foi apresentada conceituação

pertinente ao tema, a fim de introduzir ao leitor a amplitude das discussões acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. Também neste capítulo, dedicamos um tópico para situar o leitor sobre a inserção da Psicologia como ciência, a fim de demonstrar que a sua relação com a referida temática está marcada por uma atuação histórica desta na sociedade capitalista.

O segundo capítulo é onde expusemos o desenvolvimento de nosso estudo sobre as determinações sociais e históricas que propiciaram a diferenciação do mundo da infância e adolescência do mundo adulto, bem como do papel da família nesta sociedade e seu papel no mundo da infância e juventude, a fim de compreender as causas do problema da violência sexual como intrínseca à violência doméstica.

Por último, o terceiro capítulo, é onde apresentamos as entrevistas realizadas com psicólogos que atuam no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste capítulo, nos utilizamos da pesquisa qualitativa a partir das entrevistas realizadas para demonstrar a relevância do estudo feito ao longo deste trabalho, bem como para apontar as necessidades de avanços da ciência psicológica para com o tema em questão, a partir das próprias falas dos psicólogos que atuam neste contexto.

Ao final, nos anexos, estão disponíveis as transcrições das entrevistas realizadas, dispostas de modo a garantir o sigilo e a privacidade, firmados em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com os entrevistados.

1. PSICOLOGIA E VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este capítulo tem por objetivo apresentar elementos conceituais acerca do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes na atualidade, a partir de estudo bibliográfico relevante e difundido no país, que tivemos contato no decorrer da pesquisa. Também propõe-se a discutir como este fenômeno está inserido na problemática da violência doméstica e em que contexto histórico está situada a postura da Psicologia frente às políticas públicas de atuação no âmbito da criança e adolescente em situação de violência sexual, mostrando que este percurso está relacionado a uma prática histórica da ciência psicológica na sociedade capitalista.

1.1 A Violência sexual contra crianças e adolescentes na atualidade

A violência é definida como a terceira causa de óbitos na população brasileira, com 124.935 mortes em 2006, colocando a violência como representante de 13,7% das causas de mortes no país em 2006 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). Crianças e adolescentes são as principais vítimas da violência, uma vez que esta representa a primeira causa de mortalidade destas.

A história da violência contra a criança e o adolescente no Brasil data desde a vinda dos exploradores portugueses, que recrutavam crianças e adolescentes pobres de orfanatos e crianças judias raptadas, para compor as tripulações naus transoceânicas, como um modo de resolverem o problema dos investidores que necessitavam manter um número grande de marinheiros em alto mar (ALBERTO, ALMEIDA, DÓRIA, GUEDES, SOUSA & FRANÇA, 2008). As infantes eram recrutadas com o intuito de servirem de esposa aos portugueses, e muitas delas “recebiam abusos ainda nas embarcações” (ALBERTO *et al*, 2008, p. 560). Portanto, desde onde há registro histórico da violência contra crianças e adolescentes no Brasil está presente a violência sexual contra estes.

No contexto atual, crianças e adolescentes são as maiores vítimas de violência no Brasil e dentre os serviços de referência de violências no país mais da metade dos casos atendidos são de violência sexual contra crianças e adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008), o que dá a dimensão da complexidade e magnitude do problema, que para seu enfrentamento precisa ser cuidadosamente estudado e entendido em seus mais variados aspectos.

Para a compreensão do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, Saffioti (2007) discute dois processos a produção de vítimas da sociedade: *vitimação* e *vitimização* de crianças e adolescentes. O primeiro processo é aquele da vitimação pela fome, ausência de abrigo ou habitação precária, falta de escolas, exposição às doenças infecto-contagiosas por falta de saneamento básico, resultando em milhões de crianças excluídas e abandonadas materialmente por suas famílias, e que atinge exclusivamente filhos de famílias economicamente desfavorecidas. O segundo processo, o de vitimização, é aquele da negligência no cuidado de crianças, maus-tratos e abuso-exploração sexual. Este não atinge apenas as crianças vitimadas, já que “[...] ignora fronteiras econômicas entre as classes sociais, sendo absolutamente transversal, de modo a cortar verticalmente a sociedade” (SAFFIOTI, 2007, p. 16).

A autora aponta que o processo da vitimização sexual apresenta-se às pessoas em sua dimensão concreta e isso permite ao senso comum identificar o agressor como um monstro, como exceções e como doentes. Para tanto, Saffioti (2007) traz à luz a discussão de que a sexualidade que visa à obtenção do prazer seria ilegítima, enquanto que somente a família seria considerada o *locus legítimo* para o exercício da *sexualidade legítima*, que não tem como finalidade a obtenção de prazer, mas sim de gerar a *prole legítima*.

A partir deste entendimento, somente as relações sexuais dentro da família burguesa são legitimadas nesta sociedade, pois esta seria a forma contratual de relação familiar burguesa, e seria no interior desta instituição que a sexualidade é perpetuada como permite a moralidade ideológica da sociedade. Diante de tal discussão é possível apreender o porquê a violência sexual, mesmo quando ocorre fora do seio familiar, fica patente a um silêncio, pois “[...] a publicização do fato comprometeria a imagem do adulto que a criança vitimizada virá a ser, condicionando negativamente suas possibilidades

de formar uma nova sagrada família” (SAFFIOTI, 2002, p. 13), ou seja, a assumir tal violação degrada a representação ideológica do modelo familiar dominante, a família burguesa.

Saffioti (2002) aponta o mal-estar gerado por estas formas de produção de vítimas da sociedade, que no caso do processo de vitimização, fica clara a idealização da infância e, portanto, a idealização também do adulto e assim, “[...] a inocência da criança corresponde à inocência do adulto” (SAFFIOTI, 2007, p. 20).

Em concordância com as concepções de Saffioti (2001), Azevedo e Guerra (2007) entendem a violência como “[...] uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos inter-pessoais” (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 46). Vão para além da delimitação do fenômeno como uma transgressão de regras, normas e leis, pois o considera na relação de poder, como:

[...] conversão de uma diferença e de uma assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração, e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 46).

Também consideram a violência como uma ação que coloca o ser humano em posição de coisa e não de sujeito, pois retira deste a possibilidade da sua atividade e palavra: “esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência” (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 46).

Os autores analisam a vitimização de crianças enquanto violência interpessoal, que pressupõem necessariamente o abuso, como ação ou omissão de um adulto, “capaz de criar dano físico ou psicológico à criança” (AZEVEDO e GUERRA, 2007, p. 35). As autoras explicam que a vitimização como violência interpessoal “é uma forma de aprisionar a *vontade* e o *desejo* da criança, de submetê-la, portanto, ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou paixões deste” (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 35, grifos das autoras), o que exige um pacto de silêncio da vítima perante o poder disciplinar do adulto, que restringe a vítima de ação e reação, bem como de sua palavra que é “cassada e passa a viver sob o signo do medo: medo da coação, medo da revelação [...]” (AZEVEDO, GUERRA,

2007, p. 35). As autoras esclarecem que a vitimização é um processo que pode perdurar por anos, passando a vítima a viver em *estado de sítio*: “em que sua liberdade – enquanto autonomia pessoal – é inteiramente cerceada e da qual só se resgatará, via de regra, recuperando o poder da própria palavra, isto é, tornando *pública* a violência *privada* de que foi vítima [...]” (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 35, grifos das autoras). De acordo com as autoras, este processo consiste na *objetalização* das vítimas, ou seja, na sua redução à condição de *objeto de maus-tratos*.

A vitimização de crianças e adolescentes tem na violência doméstica a sua forma mais freqüente, sendo esta o tipo de violência mais notificada aos serviços de atenção à criança e adolescentes no país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997). Ainda assim, o Brasil não possui estatísticas confiáveis relacionadas à violência doméstica, que indique a prevalência, e não somente a incidência de dados fragmentados, ficando ao lado países como Bangladesh, Paquistão e Tunísia (AZEVEDO, 2005, p. 15).

De acordo com Guerra (1998), este tipo de violência pode ser definido como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que as crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 1998, p. 32).

Guerra (1998) problematiza a questão classificando a violência doméstica em quatro formas: a psicológica, a negligência, a física e a violência sexual. Dentre estas, a gravidade do fenômeno da violência sexual que ocorre no seio familiar é denunciada através da sistematização de dados feita por Cohen (2009) que aponta o incesto como 21,1% dos casos de abuso sexual que foram encaminhados ao Instituto Médico Legal da cidade de São Paulo em 1990, sendo que 83% das vítimas ainda coabitavam com seu agressor. Estes dados parecem estar em concordância com demais estatísticas que denotam prevalência e incidência em diversas partes do Brasil e do mundo, pois na sistematização de Cohen é trazida a informação de que nos Estados Unidos

cerca de 60 a 100 mil meninas são vítimas de incesto, porém apenas 20% dos casos são denunciados. Já na Europa, as conclusões apontam que 2% das crianças européias sofrem de maus-tratos e dentre estas, 60% são vítimas da violência sexual intrafamiliar.

Azevedo e Guerra (2007) definem o incesto como “toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela, seja uma relação de consangüinidade, seja de afinidade ou mera responsabilidade” (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 42). Santos (1991) explica que a relação incestuosa ocorre não somente entre a criança e o adulto, podendo ser realizada

[...] por qualquer indivíduo com, ao menos, 5 anos de diferença significativa de idade, que tenha um longo período de convivência com a criança, geralmente exercendo um tipo de poder como responsabilidade pela mesma. Dessa forma uma pessoa estranha, que viva em companhia familiar e que tenha um longo período de convivência exercendo autoridade frente à criança, pode estar envolvida em atos incestuosos, incluindo-se entre estes as situações de abuso e exploração sexual, tais como exposição genital, masturbação, felação, digitação, etc., na presença de uma criança (SANTOS, 1991, p. 16).

Quanto à relação de causalidade da vitimização sexual dentro da própria família, Saffioti (2007) aponta que é a sociedade que possibilita as condições necessárias para o desenvolvimento do “desamor”, da substituição do amor pelo poder, pela violência e que, sendo assim, laços sanguíneos não asseguram o amor, “pois outros sentimentos o esmagam no seio da família” (SAFFIOTI, 2007, p.21). A autora assevera que a destruição do patriarcado-racismo-capitalismo⁷ na tentativa da construção de novos valores e novas relações sociais que

[...] contiverem a igualdade social entre homens e mulheres, entre brancos e negros e o respeito pelo ser humano de qualquer idade, a balança das relações sociais tenderá a pesar mais o lado do afeto que o do poder. Neste novo contexto, talvez os adultos não tenham necessidade de destruir seu próprio produto (SAFFIOTI, 2007, p. 21).

⁷ A partir do método materialista histórico e dialético, a destruição do “patriarcado-racismo-capitalismo” não aniquila as relações sociais estabelecidas. A construção de novos valores e novas relações demanda a superação do *modo de produção capitalista*. Essa questão será tratada nos capítulos posteriores.

A partir das contribuições de todos os autores mencionados (SAFFIOTI, 2007; SANTOS, 1991; COHEN, 2009; AZEVEDO 2005; GUERRA 1998; AZEVEDO, GUERRA, 2007) acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes foi possível verificar que há uma prevalência bastante significativa de vítimas do sexo feminino. Outro fator importante é de que o cenário de maior incidência dos casos é a família. Fica claro o fato de que para a ocorrência da violência sexual é necessário haver uma relação de poder entre o autor do abuso e a vítima. Também foi possível introduzir a idéia de que o poder empregado para obter satisfação sexual de uma criança está relacionado com as relações de poder que são geradas na sociedade de classes e que tem na sociedade atual – sociedade capitalista – grande notoriedade.

Frente a estas questões cabe o questionamento de como a Psicologia se insere e vem atuando nesse contexto. Para tanto, será feito um breve apontamento histórico da ciência psicológica, com o intuito de compreender como suas práticas no universo da infância e, portanto, nas mais variadas políticas públicas brasileiras da atualidade que visam uma intervenção junto a crianças e adolescentes, estão relacionadas a uma tarefa necessária à classe dominante da sociedade capitalista. Porém, buscaremos abordar neste trabalho reflexões que nos permitam compreender que as contribuições da Psicologia frente a este fenômeno podem (e devem) superar a submissão histórica desta ciência ao capital.

1.2 A psicologia e seu papel no universo da infância e violência sexual: histórico de uma ciência burguesa

As intervenções decorrentes da Psicologia no âmbito da violência sexual contra crianças e adolescentes não são dissociadas do contexto que as fomentam. O desenvolvimento teórico-prático da ciência psicológica, nos diferentes contextos, tem sua gênese no período revolucionário da burguesia

capitalista, carregando em si “todas as contradições decorrentes da transformação desta classe revolucionária à reacionária” (TULESKI, 2004, p. 140). A Psicologia surgiu a partir das necessidades históricas da sociedade burguesa em colocar o homem como “centro de todos os interesses, lugar antes ocupado por Deus, no Antigo Regime” (TULESKI, 2004, p. 123).

A Psicologia científica burguesa referenda com *status* científico a noção de talento individual, posta na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que define o sucesso ou fracasso no interior da sociedade capitalista como características particulares dos indivíduos, uma vez que perante a lei tem-se a garantia da igualdade e de que a todas as pessoas seriam asseguradas as mesmas chances. A história da ciência psicológica mostra que esta assumiu a tarefa de contribuir com a permanência e ampliação da condição de alienação do homem nesta sociedade. E o faz naturalizando as contradições entre interesses coletivos e privados, inerentes da sociedade capitalista, negando a natureza humana de ser social e histórico; negação esta que está presente em grande parte das correntes psicológicas surgidas no século XX, que convergem no ponto em que os problemas coletivos são deslocados para o sujeito (TULESKI, 2004). Para atender as necessidades estruturais do modo de produção capitalista e generalizar ao conjunto da sociedade as características psicológicas da classe dominante (a burguesia) a Psicologia assume a tarefa de

Por um lado, justificar e explicar os traços de uma natureza humana universal que corresponderia, no plano da sociedade, ao caráter natural da sociedade produtora de mercadoria, o capitalismo; e por outro, analisar, descrever e medir traços específicos a cada indivíduo, tanto os traços que resultam em um bom ajustamento à sociedade burguesa, quanto aqueles que originam o desajustamento, sua inadaptação (TULESKI, 2004, p. 132).

No Brasil, estas práticas de caráter burguês no mundo da infância podem ser constatadas desde a década de 1920, quando a Psicologia⁸, no país, mostrou-se no papel de quem contribuiu com a vigência do Código de

⁸ A profissão do psicólogo só foi regulamentada no país em 1962, porém, teorizações e práticas psicológicas, advindas de influências de outros países, existiam em nosso país em período anterior (FACCI, 2004).

Menores⁹, com uma perspectiva controladora, discriminatória e de higienização da sociedade, que buscava “delimitar as causas dos desvios de conduta, através do uso de testes e da análise da personalidade infantil, possibilitando ações preventivas e de correção das mesmas” (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESHI, 2005, p. 44). O primeiro Código de Menores brasileiro entrou em vigor no ano de 1927 e a concepção político-social implícita nele era de que servia como um instrumento de proteção e vigilância da infância e adolescência (entendida aqui como menor abandonado ou delinqüente), vítima da omissão ou transgressão da família, em seus direitos básicos (PEREIRA, 1998). Foi criado em um período em que as políticas sociais estavam voltadas para atender a demanda de fornecer as condições exigidas pelo desenvolvimento do setor industrial. É neste tempo que, no campo das políticas sociais, a marca fundamental foi:

[...] a criação dos institutos de aposentadorias e pensões e a produção de uma legislação trabalhista, consolidada em 1943. Modificações importantes foram também realizadas nas áreas da saúde e da educação, centralizadas no Governo da União. É importante destacar a relação dessas políticas com a industrialização, na medida em que as diversas reformas legislativas e do aparelho estatal estavam voltadas para os trabalhadores urbanos. No período de 1945 a 1964, o país viveu a chamada fase de democracia populista. Isso não representou, entretanto, mudanças nas políticas sociais. Basicamente, foram mantidas as estruturas construídas no período anterior, havendo, no máximo, expansão de alguns setores. (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAILLE, 2002, p. 10).

Como aponta Couto (2006), o período de 1937 a 1945 foi composto por práticas paternalistas que se baseavam na legislação trabalhista “ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora” (COUTO, 2006, p. 104). Este período foi “marcado por traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias” (COUTO, 2006, p. 103).

⁹ É importante ressaltar que esta normativa não fazia diferenciação entre as categorias criança e adolescente, pois ambos aqui são fundidos em uma mesma categoria, a do *menor*, que não era considerado um sujeito de direitos, não estando previstos nesta legislação deveres do Estado ou da sociedade para com os chamados menores, tampouco a penalização dos que cometiam atos de violência contra estes (FROTA, 2003 *apud* CRUZ; HILLESHEIM; GUARESHI, 2005).

Portanto, o primeiro Código de Menores vigorou por um período (Segunda República e parte da empresarial ditadura militar) em que o país passou por diversos governos, três constituições que “enunciavam direitos civis na ótica liberal, inspirados pelos documentos e pelas constituições européias da época” (COUTO, 2006, p. 116).

Em relação aos direitos civis, esse período foi marcado pela orientação prevista na Constituição de 1934, que tem como centralidade a igualdade de todos perante a lei. No entanto, a preconizada igualdade ficou somente para o amparo legal, pois do ponto de vista substantivo às condições de vida do povo brasileiro, pouco se evidenciou a presença desses direitos [...] Quanto aos direitos sociais os mesmos foram restritos quase exclusivamente à área trabalhista, voltada para a pequena parcela de trabalhadores urbanos [...] As propostas do Estado brasileiro no campo das políticas sociais assim sistematizadas mostram a trajetória de criação de uma estrutura institucional voltada a atender prioritariamente as demandas do trabalho urbano-industrial, mediando, assim, a relação capital trabalho [...] (COUTO, 2006, p. 116-117).

Já o segundo Código de Menores de 1979 seria um instrumento de controle da infância e adolescência (entendida aqui como menor em situação irregular e objeto de medidas judiciais) vítimas, além da família, também da sociedade e do Estado. Na segunda normativa é limitada a participação de outros indivíduos em instância de participação dos mecanismos de ação sobre a infância e adolescência, pois aqui somente a autoridade policial judiciária e administrativa poderia fazê-lo, diferente do Código anterior em que foram instituídos Conselhos de Assistência e Proteção aos Menores (como associação de utilidade pública, com personalidade jurídica) que auxiliavam o Juízo de Menores, sendo competência do juiz com o auxílio destes “Delegados da Assistência e da Proteção dos Menores” cumprir com a assistência e proteção aos menores (PEREIRA, 1998).

Este segundo Código se insere num contexto em que o Brasil estava atravessando uma ditadura militar (1964 a 1985) e os governos deste período primaram por aniquilar os direitos civis e políticos do povo e

[...] acionar de maneira restrita, medidas na área social, desenhando o perfil limitado e autoritário na concepção dos direitos sociais, onde os mesmos tinham a finalidade de assegurar sustentação política do regime. Embora as constituições da época registrassem a garantia de direitos civis e políticos, já presentes nas outras constituições, a

ressalva do sistema de exceção foi o que vigorou praticamente em todo o período, fazendo com que os governantes fossem transformados em árbitros dos mesmos (COUTO, 2006, p. 136).

Couto (1999) explica que com esta ditadura “alavancou-se uma matriz vorazmente concentradora e centralizadora de renda e riqueza sociais” (COUTO, 1999, p.12) e ainda ressalta que subordinado a esta, houve “o desenho e operacionalização de políticas sociais de caráter amplo” (COUTO, 1999, p.12).

Deste modo, sob o autoritarismo foram totalmente desmobilizadas as representações políticas dos segmentos populares, simultaneamente à flagrante deterioração do poder de compra dos trabalhadores [...] o Estado burocrático-autoritário personificava um corporativismo bifronte, incorporador de componentes de ordem estatizante e privatista, cujo papel era, respectivamente, levar à exaustão os recursos políticos por meio da chamada *estatificação* das organizações de classe do setor popular e cumprir o papel de incorporar os interesses das classes e setores dominantes da sociedade civil frente ao Estado. Todavia, ao final dos anos 70 assistiu-se à culminação da estratégia de desenvolvimento baseada prioritariamente no compromisso estrito com a acumulação de capital, em detrimento e às custas da implementação de políticas sociais de cunho abrangente. Daí em diante, num quadro econômico de reversão cíclica e esgotamento do padrão de financiamento da economia, sucederam-se ajustes econômicos convencionais, à exceção de nossa primeira experiência heterodoxa de estabilização econômica (COUTO, 1999, p. 12-13).

Neste período as políticas sociais se organizaram em “sistemas públicos regulados pelo Estado para oferta ampla de serviços sociais básicos” (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAIL, 2002, p. 10).

A Psicologia, assim como outras ciências, no contexto em que vigorou o Código de Menores (desde 1929 até a Constituição de 1998) pautava-se em um modelo científico classificatório e não explicativo da questão da infância, produzindo práticas que alimentavam a equivocada crença de que a questão social da infância se resolveria a partir desta lógica científica de classificação, que deveria revolucionar o aparelho social (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESHI, 2005). A Psicologia aqui contribuiu para uma prática da Doutrina da Situação Irregular que caracterizava os problemas das crianças e adolescentes a partir de sua condição socioeconômica e da degradação familiar, pois é “através dos testes psicológicos e, dos conceitos de inteligência, prontidão e maturidade que se propunham explicar ‘cientificamente’ as diferenças individuais e,

conseqüentemente, as desigualdades sociais” (FACCI, 2004, p. 104). Na década de 1960, como expressão desta posição da ciência psicológica, esta compactuou com uma categoria importada dos Estados Unidos, a da carência cultural, que veio a contribuir com a perspectiva no debate acerca da criança e do adolescente no âmbito escolar de que “o fracasso do indivíduo tinha uma dimensão social e o aluno que fracassava era socialmente desfavorecido” (FACCI, 2004, p. 105). Logo, a condição de pobreza e miséria determinava o fracasso, porém não era questionado o que gerava esta condição: o modo de produção capitalista. A partir da década de 1970, a Psicologia, juntamente com outras especialidades, passa a intervir “atingindo direta ou indiretamente uma maior parcela da população, com práticas de ajustamento social, medidas individualistas e remediativas para solucionar os problemas” (FACCI, 2004, p. 108). A família neste contexto era foco de intervenção das ciências médicas, psicológicas e do aparelho jurídico, e a estratégia de intervenção era a supervalorização da mulher “para atingir toda a família, especialmente as crianças” (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESHI, 2005, p. 44), e o modelo ideal familiar era o da classe dominante, a família burguesa.

Os laudos daquele período reproduziam o padrão das elites sociais no que diz respeito à família, trabalho e moradia. Assim, a família era encarada como um pilar para a recuperação dos jovens denominados “infratores”. Contudo, o modelo hegemônico espelhava-se na família nuclear burguesa, sendo que, por exemplo, no caso de um jovem não contar com a presença de um pai na família, esta já era considerada como desagregada ou desestruturada (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESHI, 2005, p. 44).

As práticas psicológicas que contribuíam com este processo de exclusão e desqualificação das crianças e dos adolescentes filhos da classe trabalhadora podem ser exemplificadas com a atuação realizada no Laboratório da Biologia Infantil, órgão anexo ao juizado de menores que passou a funcionar a partir de 1936. Tal órgão tinha como objetivo auxiliar o Juizado nas decisões sobre abrigamentos e distribuição das crianças que necessitavam de proteção e assistência social. As práticas de produção de laudos psicológicos aqui propunham contribuir com a resposta às causas dos desvios e degradações familiares, reproduzindo os modelos hegemônicos e naturalizando a perda do vínculo familiar em famílias pobres (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESHI, 2005).

A partir da Constituição Federal de 1988, “que enunciou direitos resultantes agora da participação popular, tão rara nas outras constituições” (COUTO, 2006, p. 137), foi possível a consolidação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Com esta normativa foi exigida uma mudança na postura política do Psicólogo em sua atuação no universo da criança e do adolescente, devendo ir além do papel de técnico que exerce um conhecimento específico, para então ser um viabilizador de direitos, que atua sob a perspectiva de que “a criança e o adolescente são sujeitos que precisam das políticas sociais básicas a fim de ter garantida a proteção integral, fundamental para seu desenvolvimento” (ALBERTO *et al*, 2008). Seu trabalho no cenário do enfrentamento dos problemas do mundo da criança e adolescente é direcionado pelo prisma da atenção à Proteção Integral, devendo atuar de modo interdisciplinar e em rede, correlacionando-se com os Conselhos de Direitos (Conselhos Tutelares, de saúde, de educação, etc.) que deliberam acerca das políticas públicas do país e voltando seu olhar para a universalização do atendimento à criança e ao adolescente (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

O modelo autoritarista que vigorou até o fim do regime militar passou por um período de ajustes progressistas, “fruto das lutas dos movimentos sociais, consolidados com a promulgação da Constituição de 1988” (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAILLE, 2002, p. 10).

Marcado pelas transformações ocorridas no cenário internacional, o Brasil, nos anos de 1990, adota medidas para a reforma do aparelho do Estado, o que significa um redirecionamento da concepção de Estado e dos parâmetros de suas ações no campo econômico, político, social, cultural e educacional. Ao modelo de “Estado interventor” sucede um Estado que diminui suas funções no campo social e atribui à iniciativa privada as funções que eram de sua responsabilidade (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAILLE, 2002, p. 10).

Esta reforma do aparelho estatal mantém inviável, no campo da materialidade, a implantação das políticas públicas pautadas com a consolidação da Constituição Federal de 1988, pois esta proposta de gestão neoliberal do Estado limita a possibilidade de concretização destas, justamente por se apoiar em um Estado “forte para garantir as condições adequadas à

expansão do mercado e ao alívio da pobreza dos mais necessitados” (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAIL, 2002, p. 10).

Uma análise da evolução das políticas sociais no Brasil pode mostrar a violenta interrupção no seu estabelecimento e consolidação, a partir dos ajustes estruturais que tiveram início em 1990, na gestão do presidente Fernando Collor de Mello. Nessa trajetória histórica de construção, podemos dizer que o ponto mais avançado de definição de um padrão de políticas sociais, nos moldes de um *Welfare State*, se deu com a promulgação de 1988. Entretanto, a partir dos princípios estabelecidos na Constituição de 1988, as reformas necessárias para tornar concreto esse padrão nunca chegaram a ser implementadas. A começar pelo próprio conceito de Seguridade Social que, ao incorporar de forma articulada a previdência, saúde e a assistência social, nos faz supor que sua concretização deveria se dar com a criação de um ministério para esse fim, um Ministério da Seguridade Social, administrando recursos e coordenando programas e instituições. No governo de Fernando Collor de Mello, o que aconteceu foi exatamente o contrário, ou seja, a seguridade social foi fragmentada nos ministérios da saúde, da previdência e do trabalho (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAIL, 2002, p. 10).

Desde a implantação do estado neoliberal com o governo Collor de Melo, o discurso privatista do neoliberalismo brasileiro, seguindo a lógica dos países centrais do capitalismo, caracteriza o setor público como

[...] ineficiente, ineficaz e atrasado, ao contrário do setor privado, que é apresentado como aquele que possui mais responsabilidade na gestão dos recursos, é “empreendedor” e possuidor de uma “racionalidade” que o torna mais eficiente e eficaz, permitindo que seus produtos e serviços tenham maior qualidade [...] No Brasil, para que os principais eixos da concepção neoliberal de Estado pudessem converter-se em políticas públicas oficiais, vem sendo implementada a reforma da Constituição de 1988, processo que parece não ter fim. A Constituição, elaborada no movimento democrático pós-ditadura militar, se inspirava nos ideais do Estado de bem estar europeu da universalidade dos direitos e da intervenção do Estado em áreas estratégicas [...] A redefinição do modelo de políticas sociais, no Brasil, vem significando a passagem do modelo europeu, pautado nas lutas por direitos universais a partir do princípio da igualdade, para o modelo americano, que propõe a focalização dos direitos sociais, o princípio da equidade e a fragmentação das lutas. Neste sentido, vive-se hoje a “americanização” da política social brasileira, pois apesar de formalmente ainda estendida a todos os brasileiros, o alcance dos serviços públicos está sendo reduzido ao atendimento aos mais pobres. O combate à pobreza, bandeira do governo federal, focaliza as políticas sociais em detrimento do caráter universalista que anteriormente lhe servia de modelo. As políticas sociais implementadas visam a garantia de serviços públicos restritos, mínimos e reduzidos à população de baixa renda” (NASCIMENTO; SILVA; ALGEBAIL, 2002, p. 13-14).

Com a reforma das políticas públicas na década de 1990 e a gradativa privatização de muitas destas políticas sociais, colocando o setor privado sobre o setor público – cambaleando as normativas brasileiras consolidadas na Constituição Federal de 1988 – a Psicologia viu-se na necessidade de buscar um “protagonismo social”, pois o campo das políticas públicas, neste contexto histórico, representa para a profissão do psicólogo “a possibilidade de expressão de toda a disponibilidade da Psicologia e dos psicólogos, na prestação de serviços de utilidade e de interesse público para a sociedade brasileira” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003, p. 11). E com a criação do ECA, via-se na garantia das políticas de educação e de atenção à criança e ao adolescente o surgimento de uma nova atuação prática da Psicologia, e para tanto era preciso transformar as práticas e intervenções psicológicas através de um envolvimento político, que visasse produzir um conhecimento pautado nas necessidades sociais e não escondendo-se atrás de “neutralidades” científicas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

A Psicologia se insere no campo de atenção à criança e ao adolescente em situação de violência sexual através destes marcos legais da história dos direitos da criança que, com a doutrina da Proteção Integral, propõe linhas de ação de promoção de direitos, defesa de direitos e controle social.

A promoção visa à realização do Direito. Fazem parte do eixo; setores públicos (gestores da saúde, educação, assistência social), Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Setoriais (assistência social e educação). *A defesa* visa à responsabilização no caso de omissão, falta ou oferta irregular dos Direitos por parte da família, do Estado ou da sociedade. Fazem parte do eixo: o Ministério Público, o Ministério Público do Trabalho, o Conselho Tutelar, o Judiciário, a Defensoria Pública e os Centros de Defesa de Direitos Humanos. *O controle social* visa ao acompanhamento e à fiscalização do cumprimento dos direitos. Fazem parte do eixo as entidades da sociedade civil, articuladas ou não (ALBERTO *et al*, 2008, p. 563, grifo dos autores).

Os serviços de atenção à questão da criança e do adolescente em situação de violência sexual fazem parte da política de atenção aos direitos da criança e do adolescente, e estão previstos no inciso III do artigo 87 da Lei 8.069 (ECA) que dispõe sobre as linhas de ação da política de atendimento, que prevê “serviços especiais de prevenção e atendimento médico e

psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão”.

De acordo com pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), em 2007, sobre a prática de Psicólogos em serviços de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, 22,7% dos Psicólogos entrevistados estão trabalhando com a temática em Secretarias, 20,3% em programas Sentinela, 15,5% na prefeitura, e abaixo de 9% em ONGs, institutos, fundações, CREAS, CRAS, Hospitais, Justiça, instituições de ensino, Conselho Tutelar, consultório particular, etc.

A prática do profissional Psicólogo nos diversos espaços de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes que este ocupa, mesmo com as exigências das normativas brasileiras e internacionais, ainda está em parte limitada a um modelo clínico e individualizante: o Psicólogo não atua no âmbito do contexto e sim do indivíduo, demandando neste uma postura de paciente que busca a psicoterapia, colocando o fracasso de sua atuação na não-adesão do paciente ao tratamento e na insuficiência do espaço físico que têm disponível nas diversas instituições em que trabalham com a referida problemática, em contraposição ao espaço físico que o modelo clínico tradicional requer (ALBERTO *et al*, 2008).

A necessidade da Psicologia se posicionar como ciência comprometida com uma prática voltada aos problemas sociais – que no fenômeno aqui estudado trata-se da violência sexual contra a criança e o adolescente – implica na explicação da formação humana, entendendo o homem como um ser social e histórico, e a infância e os problemas que a cometem como um fato social e histórico, devendo reconhecer que

[...] embora o ECA incorpore uma série de questionamentos em relação às políticas sociais para a infância, podemos dizer que perdura uma noção compensatória no que se refere às crianças e adolescentes pobres, ou seja, estes são compreendidos como carentes e em situação de risco. Constrói-se, assim, uma infância dita ‘normal’ em oposição a uma infância *de risco*, o que se entrelaça com a noção de uma essência infantil, vista como natural e, portanto, fixa e imutável. Deste modo, na medida em que se pretende igualar infâncias desiguais –tomando-se aqui a classe social como foco de análise – sua lógica é formulada dentro de princípios científicos que historicamente caracterizam as crianças a partir de um modelo

hegemônico, integrando-se aos valores defendidos pelo liberalismo. Os fins protetores da lei parecem estar sendo exercidos através de maior controle social, contudo, apenas quando há visibilidade. Neste sentido, embora dirigido a todas as crianças, apenas as pobres chegam ao conselho tutelar vítimas de maus-tratos e negligência familiar, o que leva a pensar que, na inexistência de carência material, não se dá visibilidade a esta questão (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESHI, 2005, p. 46).

Esta característica do Estatuto está em concordância com a política neoliberal de focalização das políticas sociais na população de baixa renda, que possibilita o corte de gastos do Estado com as políticas sociais, uma vez que estas deixam de ter o caráter universal, ou seja, atenção a todas as classes sociais. Nesta sociedade, a igualdade nas políticas sociais é insustentável, pois a desigualdade entre as classes está na base econômica que estrutura a sociedade, o que demarca uma limitação na legislação, que não consegue incorporar na problemática da infância questionamentos que coloque em xeque a base econômica da sociedade.

A atuação do Psicólogo no enfrentamento da violência sexual contra criança e o adolescente perpassa a política do ECA e a criação de serviços diversos para atenção da criança e do adolescente em situação de violência sexual. A contribuição do saber científico da Psicologia neste campo de atuação deve ir além da análise da aparência do fenômeno, buscando explicitar sua causalidade, o que exige a compreensão das determinações históricas que envolvem a condição da infância nesta sociedade e, conseqüentemente, de quem forma estes indivíduos – a escola e a família. Também exige a compreensão do porque as crianças e adolescentes são as maiores vítimas de violência e porque a violência sexual contra estas é tão freqüente na vida doméstica. Para tanto, é preciso historicizar estes fenômenos, buscando compreender as determinações sociais e históricas que possibilitam as condições materiais para tal problemática, e isso só pode ser feito a partir do levantamento histórico da realidade concreta da infância e o entendimento de sua determinação na sociedade capitalista.

2. DESVENDANDO O INCESTO EM SUA MATERIALIDADE

Este capítulo tem por objetivo explicar as determinações sociais e históricas que propiciaram a diferenciação do mundo da infância e adolescência do mundo adulto. Também busca entender as causas do problema da violência sexual como intrínseca à violência doméstica no entendimento histórico e cultural da materialidade das relações sociais, da instituição familiar e seu papel no mundo da criança e do adolescente.

2.1 Historicizando a infância: um olhar para a materialidade do ser social da criança e da família

A obra de Philippe Ariès (1981) *“História Social da Criança e da Família”* nos possibilita o entendimento de que a infância nem sempre foi reconhecida como tal, pois, como explica Postman (2002), a infância é um “artefato social” e não uma mera condição biológica, pois “nossos genes não contém instruções claras sobre quem é e quem não é criança, e as leis de sobrevivência não exigem que se faça distinção entre o mundo do adulto e o da criança” (POSTMAN, 2002, p. 11).

Neste sentido, as especificidades e diferenciações entre a infância e a vida adulta, excetuando as condições biológicas, não são dadas a priori ou naturalmente, mas são construções sociais. Este fato é evidenciado na obra de Ariès, na qual apresenta diversos elementos que atestam que até a Idade Média e nela, inclusive, a diferenciação entre crianças e adultos era pautada apenas na forma física¹³. Demonstra, ainda, a evolução do “sentimento da

¹³ Klein (2009) afirma que a questão das “idades da vida” trazida e nomeada em um capítulo da obra de por Ariès (1981) consiste na “capacidade – física e psíquica – de arcar com tarefas e atribuições impostas pelo grupo [...] Tendo como referência a condição adulta, tais etapas servem como indicativos para a atribuição de tarefas e funções” (KLEIN, 2009, p. 21-22). E conclui, portanto, que nas sociedades pré-capitalistas, o que regulava as “idades da vida” era “de um lado, o grau de dependência dos sujeitos e, de outro, a sua capacidade de suportar encargos e obrigações que a reprodução social da comunidade lhes impõe” (KLEIN, 2009, p. 25).

infância” através da arte e da iconografia, que ao longo dos séculos expressavam atribuições particulares da infância. A esse respeito, o autor traz uma série de descrições minuciosas, principalmente das produções artísticas e literárias, bem como de outras formas de objetivações humanas (como descrições e considerações de médicos, educadores e figuras importantes da época), para reconstituir os caminhos históricos da infância desde o século XII até os tempos da modernidade, propiciando ao leitor a reconstrução das cenas de cada período que descreve em sua obra.

Conquanto, a análise descritiva do fenômeno do surgimento da infância, feita brilhantemente por Ariès, de maneira rica e minuciosa, não é suficiente para este trabalho, pois esta não explicita as causas materiais que levam às mudanças sociais e, por conseguinte, o surgimento da concepção de infância. Para além da descrição do fenômeno, é preciso compreender como as condições objetivas de vida produzem determinado tipo de consciência que possibilita a distinção da criança do adulto e a da criança de uma época e outra.

Tal análise só é possível a partir do conhecimento não somente do que o ser humano objetivou nestes momentos datados em suas produções artísticas e literárias, mas fundamentalmente, do entendimento das condições materiais de produção da vida que possibilitaram realizar determinado trabalho artístico. Isso porque, através do método do qual nos utilizamos, o materialismo histórico-dialético, compreende-se que o modo como o homem produz sua existência é o que determina a sua produção de idéias, representações e a sua própria consciência. Marx, em seu prefácio de 1859 de *“Para a Crítica da Economia Política”*, explica que:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1982, p. 25).

A produção artística retrata e revela o homem e suas características psicológicas de determinada época histórica, servindo como “recurso projetivo para a expressão dos conteúdos internos e que eles, pela perspectiva teórica aqui adotada, não se explicam sem os dados do mundo objetivo, exterior” (BARROCO, 2007, p. 82). A arte, portanto, entendida como produção humana, revela:

[...] uma dada forma de existência, uma teia de relações sociais e de valores estabelecidos, que não se constituem independentemente das peculiaridades do desenvolvimento das forças produtivas de uma dada época e lugar. Em outras palavras, o homem imprime sua própria história nos produtos que cria e no modo como os faz (BARROCO, 2007, p. 78).

Ariès (1981), como já salientado, através do estudo da iconografia elaborada no decorrer dos séculos XII ao XVIII, demonstra o aparecimento da infância, mas não evidencia as causas materiais que levam ao surgimento de tal fato histórico. Portanto, nos utilizaremos das descrições de Ariès para ensaiar as relações causais que propiciaram o surgimento do sentimento da infância que estão relacionados à transformação da estrutura econômica da sociedade feudal a partir de dado momento em que as forças produtivas materiais entram em contradição com as relações de produção existentes, possibilitando uma revolução social, a passagem de uma sociedade a outra, de uma consciência à outra, de uma ideologia à outra (MARX, 1982). O desenvolvimento das forças produtivas, a ascensão da burguesia e o desenvolvimento do comércio – a partir do século XI através de um longo processo de mudanças quantitativas que culminaram no século XIII a uma mudança qualitativa do modo de produção – geraram novas necessidades de produção e transformando as relações sociais de produção da antiga sociedade feudal no modo de produção da nascente sociedade capitalista. Este processo revolucionário propiciou condições para a formação de um novo homem, com comportamentos, costumes, vínculos afetivos coerentes com a nova sociedade. É nesta dinâmica que a concepção de infância é modificada.

Ariès (1981) explica que até meados do século XII os homens não se preocupavam em tentar representar a infância e a única diferença entre adultos

e crianças aqui seria seu tamanho, pois, como conclui o autor, no mundo medieval não havia tempo para a infância:

Partimos de um mundo de representação onde a infância é desconhecida [...] Isso faz pensar também que no domínio da vida real, não apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida (ARIÈS, 1981, p.52).

Como a burguesia ainda não era a classe dominante, a infância ainda não existia nos ideais burgueses como conhecemos hoje. A produção da vida humana nesta época ainda não se configurava como capitalista, não havendo condições materiais que propiciassem a existência das relações sociais entre criança e adulto deste modo de produção.

Marx e Engels, na obra escrita entre 1845-1846 “*A Ideologia Alemã*”, apontam que a sociedade da Idade Média estava organizada no campo e a classe imediatamente produtora eram os pequenos camponeses servos da gleba, porém quem detinha o poder sobre estes eram os senhores feudais, a partir de uma “estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada ligada a essa estrutura” (MARX e ENGELS, 2007, p. 91).

A classe burguesa começou a se formar lentamente no interior da sociedade feudal, ao longo dos séculos XI ao XVIII. Com os gastos extravagantes que o senhor feudal necessitava para manter seu feudo, para obter capital, passou a vender a liberdade de muitos servos, que fugiam para as pequenas cidades. As cidades foram se desenvolvendo e o comércio florescendo, gerando transformações econômicas a partir da organização dos trabalhadores em corporações e a oposição entre os interesses da cidade e do campo foram se explicitando. Vale dizer que estas transformações também atingiram a vida campesina:

Quando os *servos* e os colonos encontraram nas cidades um mercado para seus produtos, eles começaram a pagar em dinheiro os tributos devidos ao senhor, e a vislumbrar, ao mesmo tempo a possibilidade de limiar de algum modo o seu poder (PONCE, 1985, p. 97-98).

Na antiga sociedade, em que os senhores feudais eram a classe dominante, o cuidado das crianças, desde que estas nasciam estava nas mãos de servos, pois essa tarefa era considerada “abaixo da dignidade de uma dama aristocrática” (POSTER, 1979, p. 198). A infância não passava de uma fase sem importância, assim como a morte de crianças não seria digna de lembrança, pois havia muitas outras cuja criação já trazia bastantes problemas. De acordo com a condição demográfica da época, era bastante comum a morte demasiada de crianças ainda muito pequenas e, portanto, os adultos não esperavam que elas vivessem por muito tempo, o que é possível perceber através dos legados e testamentos que até o final do século XIV não continham citada criança alguma (POSTMAN, 2002). O sentimento da infância para Ariès não se trata da afeição pelas crianças, mas sim a consciência de uma particularidade infantil, que distingue a criança do adulto, mesmo sendo este jovem. Tal consciência não existia na Idade Média, e assim que a criança conseguisse viver sem os cuidados de sua mãe ou de suas amas ela era incorporado ao mundo dos adultos. As crianças de pouca idade, que mal sabem falar, ainda não eram consideradas um membro da família, pois neste tempo careciam de possibilidades de sobreviverem. Após superarem o período de alto nível de mortalidade elas poderiam juntar-se ao mundo dos adultos: trajar as mesmas vestimentas e realizar as mesmas atividades que estes e, no caso dos pequenos nobres, a receber uma educação que deveria transformá-los em cavaleiros de guerra.

O jovem nobre vivia sob a tutela materna até os sete anos, ocasião em que entrava como *pajem* ao serviço de um cavaleiro amigo. Aos quatorze, era promovido a escudeiro, e nessa qualidade acompanhava o seu cavaleiro às guerras, torneios e caçadas. Por volta dos vinte e um anos, era armado *cavaleiro* (PONCE, 1985, p. 94).

As transformações econômicas do comércio que estava nascendo nas cidades a partir do século XI passaram a exigir um novo tipo de educação para a nova classe em ascensão. Mesmo a burguesia não tendo ainda aqui intenções revolucionárias, ela colocava-se no lugar de reivindicar uma melhor posição na sociedade feudal, e tal fato teve repercussões no processo de

formação para estes novos interesses que estavam nascendo em oposição ao feudalismo (PONCE, 1985).

Já no século XIII é possível perceber uma tímida representação da infância nas obras de arte, conforme Ariès (1982), através da imagem de anjos como homens muito jovens, representando a idade em que eram educados para ajudar à missa. Também surgiram as imagens de Jesus Cristo, que passa de um pequeno “Deus-padre majestoso” a uma representação mais realista e sentimental, e a da Nossa Senhora menina, “pois a infância aqui se ligava ao mistério da maternidade da Virgem e ao culto de Maria” (ARIÉS, 1982, p. 53).

É possível que esta tímida representação esteja ligada a uma modificação do sentimento da infância, pois dada as novas necessidades de produção com o desenvolvimento do comércio, cria-se a necessidade da burguesia exigir a instrução de suas crianças e jovens, que até então estava restrita à educação dos mosteiros, que era a única que as massas poderiam frequentar na época e não tinham a finalidade de instruir os camponeses, mas de familiarizá-los às doutrinas cristãs e mantê-los “dóceis e conformados” (PONCE, 1985, p. 91). Esta educação, que desde o século VII imperava, passou a ser incoerente no desenrolar da história a partir do século XI, em que os interesses de uma classe que estava nascendo e criando meios de conquistar um novo posto na sociedade, a partir do desenvolvimento das forças produtivas com o comércio das cidades. O feudalismo foi declinando com o empobrecimento dos senhores feudais, que os obrigava a

[...] dissolver suas hostes e liquidar suas cortes, ao mesmo tempo em que o enriquecimento da burguesia expulsou os pequenos proprietários das suas terras, para convertê-las em campos de criação (PONCE, 1985, p. 135).

A partir do século XV, Ariès (1985) aponta um aperfeiçoamento da representação da criança, porém, esta sempre estaria retratada na presença de adultos, pois ainda não havia a distinção clara da criança e do adulto e, portanto, a existência das crianças estava subordinada a dos adultos. Duas pontuações de Ariès ilustra a questão:

Primeiro, a de que na vida cotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos, e toda reunião para o trabalho, o passeio ou jogo reunia crianças e adultos; segundo, a idéia de que os pintores gostavam especialmente de representar a criança por sua graça ou por seu pitoresco (o gosto do pitoresco anedótico desenvolveu-se nos séculos XV e XVI e coincidiu com o sentimento da infância “engraçadinha”), e se compraziam em sublinhar a presença da criança dentro do grupo ou da multidão. Dessas duas idéias, uma nos parece arcaica: temos hoje, assim como no fim dos séculos XIX, uma tendência a se separar o mundo das crianças do mundo dos adultos. A outra idéia, ao contrário, anuncia o sentimento moderno da infância. (ARIES, 1981, p.55).

Ariès (1981) esclarece que no século XVI e no início do XVII havia uma diferenciação da sexualidade do adulto para a criança com menos de sete anos; acreditava-se que as crianças, nesta idade, ainda eram alheias e indiferentes à sexualidade, portanto, gestos e alusões sexuais perdiam seu valor sexual, o que impediria quaisquer conseqüências sobre a criança. “Ousa-se fazer com uma criança coisas que se teria vergonha de arriscar com um rapaz” (p.144). Postman (2002) assinala uma falta de vontade da cultura em esconder qualquer coisa das crianças “[...] que é uma parte da idéia de vergonha, e a ausência do que ficou conhecida no século XVI como civilidade, que é a outra parte” (POSTMAN, 2002, p. 30). Porém, a atribuição da falta de vontade da cultura e em esconder quaisquer coisas das crianças não possibilita responder a questão de porque isso ocorria. As diferenças da cultura medieval, quando analisadas a partir da materialidade, possibilita a compreensão de como o despudor estava vinculado às condições da produção da vida material da humanidade nesta época e contribui para indicar o porquê desta “falta de vontade” da cultura medieval, sendo importante entender, que a “noção de civilidade” que surgia no Renascimento era financiada pelos banqueiros que em nome da burguesia buscavam “helenizar” a cultura como um modo de se opor a nobreza e à Igreja para expandir suas conquistas no comércio (PONCE, 1985).

A vida privada na Idade Média não existia e a noção de individualidade foi sendo construída pela burguesia renascentista e não pela nobreza feudal, pois, a partir das novas condições materiais que postulavam novas relações sociais, a família nuclear burguesa ascende na sociedade capitalista, criando um mundo privado, baseado nas relações individualistas, calcadas na concorrência entre os homens, criadas no modo de produção capitalista.

As condições de vida neste período eram muito diferentes das que conhecemos na atualidade, a noção de privacidade era outra: por exemplo, nas construções não havia corredores e os cômodos tinham funções múltiplas, podendo as pessoas dormir em toda parte, além de que viviam nos castelos cerca de 200 pessoas e, os mesmos eram considerados lugares públicos e políticos em que circulavam muita gente e que “simbolizavam, em sua grandiosidade o poder do senhor sobre o campesinato” (POSTER, 1979, p. 197). Mesmo no campesinato, viviam na mesma casa cerca de três gerações, com poucas crianças, pois muitas morriam e os laços de dependência dos camponeses à aldeia “eram tão fortes que a sobrevivência não era possível no nível da unidade familiar” (POSTER, 1979, p. 203).

Não tinham, por exemplo, o mesmo conceito de espaço privativo que nós temos; não sentiam repulsa por certos odores humanos ou funções do corpo; não tinham vergonha de fazer suas necessidades biológicas sob os olhares dos outros; não sentiam nojo de ter contato com as mãos e boca dos outros. Em face disso, não ficaremos surpresos ao saber que na Idade Média não há indícios de ensinamento de hábitos higiênicos nos primeiros meses de vida do bebê. E não será surpreendente o fato de não haver nenhuma relutância em discutir assuntos sexuais na presença de crianças. A idéia de esconder impulsos sexuais era estranha aos adultos, e a idéia de proteger as crianças dos segredos sexuais, desconhecida (POSTMAN, 2002, p. 31).

Ariès (1982) demonstra como o sentimento dos adultos se absterem “de qualquer alusão, sobretudo jocosa, a assuntos sexuais” (ARIÈS, 1982, p.125) era estranho à sociedade antiga através das descrições do médico Heroard de Henrique IV, que em seu diário anotava as atividades do cotidiano de Luis XIII quando criança. Nestas descrições é possível observar que os adultos brincarem com as genitálias das crianças era algo freqüente e perfeitamente aceitável e que o pequeno Luis XIII logo aprendeu a solicitar tais brincadeiras a todos desde muito pequeno, com menos de um ano, e tendo a certeza de que tal “brincadeira” diverteria a todos:

Luis XIII tem um ano: “Muito alegre”, anota Heroard, “ele manda que todos lhe beijem o pênis”. Ele tem certeza de que todos se divertem com isso. Todos se divertem também com sua brincadeira diante de duas visitas, o Senhor Bonnières e sua filha: “Ele riu muito para (o visitante), levantou a roupa e mostrou-lhe o pênis, mas sobretudo à

sua filha; então segurando o pênis e rindo com seu risinho , sacudiu o corpo todo”. As pessoas achavam tanta graça que a criança não se cansava de repetir um gesto que lhe valia tanto sucesso. Diante de uma “pequena senhorita”, “Levantou a túnica, e mostrou-lhe o pênis com um tal ardor que ficou fora de si. Ele se deitou de costas para mostrá-lo melhor” (ARIÈS, 1982, p. 126).

Um marco na história da evolução do sentimento da infância para Ariès (1982) é demonstrado através do estilo *putti* ou *putto* ancorado no fim do século XVI, em que criancinhas nuas embelezavam tapeçarias para todo ambiente e diferenciava as crianças dos adultos. Este estilo permaneceu em alta ainda no século XVII, conquistando até mesmo a arte de personagens sagradas como o próprio Jesus Cristo. É possível afirmar que esta afloração artística decorreu de que neste tempo histórico a criança não era mais vista como uma “coisinha” desprezível. Pode-se entender esta representação da criança como expressão da realidade concreta, em que as crianças, de fato, já não eram totalmente desperdiçáveis, pois com a reivindicação da burguesia em ascensão a ter acesso a uma parte da instrução que lhes estavam sendo necessária aos seus interesses econômicos e políticos, as crianças precisavam agora, mais do que em outros tempos, ser educadas. Este espaço foi encontrado nas escolas catedrálcias, um germe para as universidades, que de início eram assembléias corporativas de sapateiros ou carpinteiros e reuniões de homens livres para discutir o conhecimento científico.

Assim, aos poucos a burguesia iria se beneficiar desta conquista na educação e com isso desenvolver a política de suas cidades, elegendo seus “embaixadores e oficiais entre os mais ilustres doutores em Direito, *o que há pouco tempo atrás era privilégio do clero*” (PONCE, 1985, p. 101, grifos do autor). Com as transformações econômicas o homem letrado burguês se impunha ao senhor da espada ou da cruz (PONCE, 1985). Através das artimanhas políticas dos burgueses que emprestavam dinheiro aos reis e apoiando-os de todas as formas contra seus rivais, – e uma forma expressiva deste apoio se deu na guerra – com a fabricação da pólvora e as armas de fogo, é destruída a ciência da guerra do cavaleiro montado.

O homem feudal sucumbira. Os burgueses compraram as suas terras; a pólvora derrubou os seus castelos. Os navios apontavam agora as rotas de um continente remoto, mais inacessível do que as

princesas de Trípoli, que só poderia ser conquistado mediante a indústria e o comércio (PONCE, 1985, p. 112).

As relações de produção estavam em descompasso com as relações sociais, que caminhavam para serem revolucionadas a partir destas mudanças da vida concreta e a educação foi um meio de formação destas novas relações humanas pela sociedade, uma vez que a educação, entendida em conceito amplo, é um processo de formação do homem pelo próprio homem, um *fato histórico*: é um *fato social* – refere-se à sociedade como um todo – e, também um *fato existencial* – refere-se ao modo como o ser humano se faz humano (VIEIRA PINTO, 1989).

Em uma perspectiva trans-histórica (isto é, presente ao longo da história, comum às mais distintas sociedades) a finalidade mais ampla da educação é a “produção da condição humana adulta”. A formação do ser humano adulto é o fulcro do processo educacional. Então, todas as ações educativas que incidem sobre o ser humano, desde o seu nascimento, visam transformá-lo em um determinado tipo de sujeito adulto: com tal ou qual desenvolvimento físico, com tais ou quais valores morais, com tais ou quais comportamentos sociais, com tais ou quais conhecimentos e habilidades (KLEIN, 2008, p. 1).

Com a nobreza vencida, a educação “cavalheiresca” não tinha mais serventia alguma, portanto a educação deveria pautar-se no que era considerado “útil” como ler e escrever, a matemática o conhecimento prático do trabalho dos comerciantes (PONCE, 1985). Com a necessidade de uma nova educação escolar, surgiram contradições de interesses em diferentes correntes pedagógicas que depositavam interesses políticos distintos na escola: “a que expressava os interesses da nobreza cortesã, a que serve à Igreja feudal, a que reflete os anelos da burguesia protestante, e a que traduz as tímidas afirmações da burguesia não-religiosa” (PONCE, 1985, p. 118).

O advento da educação possibilitou uma abertura para novas significações do sentimento da infância, fato que se relaciona com o que Ariès (1982) conta da infância concebida como uma beleza graciosa e um amplo movimento de interesse em favor da infância. Nas camadas superiores do século XVI e XVII, onde a florava este sentimento, a evolução do *putti* termina por dar “à criança, a criancinha pequena [...] um traje especial que a distinguia

do adulto” (p.157). As mulheres que cuidavam das crianças vêem-nas com graça e ingenuidade particular que lhes davam momentos de distração e relaxamento, o que Ariès descreve como *um novo sentimento pela infância* – a “paparicação”. Ariès transcreve um trecho do século XVI do *Grand Propriétaire e Toutes Choses* sobre as amas:

“A ama se alegra quando a criança fica alegre, e sente pena da criança quando esta fica doente; levanta-a quando cai, enfaixa-a quando se agita e a limpa quando se suja”. Ela educa a criança “e a ensina a falar, pronunciando as palavras como se fosse tatibitate para ensiná-la melhor e mais depressa... ela carrega a criança nos braços, nos ombros, ou no colo, para acalmá-la quando chora; mastiga a carne para a criança quando ainda não tem dentes, para fazê-la engolir sem perigo e com proveito; nina a criança para fazê-la dormir, e enfaixa seus membros para que não fique com nenhuma rigidez no corpo, e a banha e a unta para nutrir sua pele...” (ARIÈS, 1981, p.158).

Este novo sentimento da infância, tão ilustrado pelas mulheres que com as crianças tanto se divertiam, passou a se expor no fim do século XVI e principalmente no Século XVII no meio familiar. E passou, também, a contar com muitas críticas, fruto dos novos tempos que necessitavam uma nova postura para com as crianças em formação. Ariès transcreve as maledicências de Montaigne, que pertenceu à pequena nobreza:

“Não posso conceber essa paixão que faz com que as pessoas beijem as crianças recém-nascidas, que não têm ainda nem movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo pela qual possam tornar amáveis, e nunca permiti de boa vontade que elas fossem alimentadas na minha frente”. Ele não admite a idéia de amar as crianças “como passatempo, como se fossem macacos”, nem de se achar graça em “seus sapateados, brincadeiras e bobagens pueris” (ARIÈS, 1981, p. 159).

Os moralistas e educadores do século XVII partilhavam da aversão de Montaigne à “paparicação” dos adultos para com as crianças. Podemos vê-los nas palavras do austero Fleury, transcritas por Ariès:

Quando os adultos fazem-nas [as crianças] cair numa armadilha, quando elas dizem uma bobagem ao tirar uma conclusão acertada de um princípio impertinente que lhes foi ensinado, os adultos dão gargalhadas de triunfo por havê-las enganado, beijam-nas e

acariciam-nas como se elas tivessem dito algo correto [era a paparicação]. É como se as pobres crianças fossem feitas apenas para divertir os adultos, como cãezinhos ou macaquinhos [os macacos de Montaigne] (FLEURY *apud* ARIÈS, 1981, p.161).

As chamadas “paparicações” não se restringiram às crianças da alta sociedade, que pelo contrário acabaram por abandoná-las sob influência dos moralistas. Em um tratado sobre a educação (1690) foi criticado o fato de muitos pais só considerarem seus filhos pequenos quando estes lhes proporcionavam alguma diversão (ARIÈS, 1981). É com a força do maior número de moralistas, dos escolásticos e dos homens da lei (que eram raridade no século XVI) que surge, no século XVII, o que Ariès (1981) descreve como *o segundo sentimento da infância*, agora bastante preocupado com sua educação e severamente aversivo às “paparicações”. A criança aqui poderia ser considerada como um esboço do futuro adulto. Essa preocupação moral com relação à infância pode se exprimir através dos ditos transcritos por Ariès de *El Discreto* de Balthazar “Só o tempo pode curar o homem da infância e da juventude, idades da imperfeição sob todos os aspectos” (BALTHAZAR *apud* ARIÈS, 1981, p.162). Essas considerações são vistas por Ariès como uma autêntica preocupação da época em conhecer a infância, para então corrigi-la e não acomodar-se em sua leviandade. Havia as tentativas de compreender a mentalidade infantil para melhor adaptar os métodos de educação. Depois da severidade, que acabava por obrigar às crianças o papel de pequenos homens racionais e cristãos, surgiu uma conciliação da doçura com a razão. As transformações econômicas não poderiam mais ser detidas, a Igreja voltou seus interesses na “burguesia abandonada”, na tentativa de dirigir o proletariado em formação e isso se refletiu na educação de caridade (PONCE, 1985). A preocupação com a infância mostrava-se com a preocupação antes inexistente: a educação escolar.

O segundo sentimento da infância, que vinha de homens que antes ignoravam a infância e agora passaram a levar até ela a preocupação da disciplina e a racionalidade dos costumes logo atingiu a vida familiar. Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas começaram a ser numerosos e que o centro da composição dos retratos familiares passaram a ser as

crianças. A partir desta data começaram a surgir característicos e em grande número retratos de crianças nuas. Foi aqui que houve um interesse de registrar a linguagem da criança ou esta no jargão das amas-de-leite, na gíria das escolas ou das academias militares.

Foi nesta época que a burguesia se colocou mais incisivamente como classe dominante, com a transformação dos instrumentos da produção do trabalho artesanal para uma nova forma de trabalho: a cooperação simples. Esta forma de trabalho, como aponta Marx em "*O Capital*" (1867-1878), é o ponto de partida da produção capitalista, criando uma "potência social [...] uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas" (MARX, 1996, p. 443). A cooperação otimizou a produção ao ampliar a oficina do artesão, colocando os meios de produção e os trabalhadores em um mesmo barracão. A cooperação foi uma transformação do trabalho em um processo social e foi a "primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital" (MARX, 1996, p. 451). Da cooperação simples criaram-se novas necessidades a partir da produção em maior escala, propiciando o surgimento da divisão do trabalho manufatureiro, que em sua forma mais madura agrupa, sob o comando de um mesmo capitalista, diversos trabalhadores de diferentes ofícios no mesmo local, para assim realizar um produto final coletivo que dependia de cada uma dessas especialidades. Foi com a manufatura que surgiu a especialização do trabalho: artífices da mesma espécie "decompõem o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico" (MARX, 1996, p. 455). Com o desenvolvimento da produção manufatureira e a maquinaria nasceu a grande indústria. E a partir deste desenvolvimento das forças produtivas, liderado pela classe burguesa, as relações sociais foram se modificando e entrando em choque com este desenvolvimento na base estrutural da vida social, que implicou na modificação da consciência humana, inclusive, sobre a categoria de infância e através destas novas formas de relações sociais que a criança vai ganhando um novo papel, formando-se uma concepção moral da infância, insistindo em sua fraqueza mais do que em sua inocência:

Essa concepção reagia ao mesmo tempo contra a indiferença pela infância, contra um sentimento demasiado terno e egoísta que tornava a criança um brinquedo do adulto e cultivava seus caprichos, e contra o inverso deste último sentimento, o desprezo do homem racional. Essa concepção dominou a literatura pedagógica do século XVII (ARIÈS, 1981, p.140).

Esse novo papel pode ser observado com o que Ariès (1981) aponta sobre como o habitual ato de adultos brincarem com crianças passa a ser tão notado que ganha um sentimento de irritabilidade, um sentimento aversivo a infantilidades. A este sentimento somava-se o desprezo pelas figuras de professores, mestres, uma vez que a quantidade de escolas vinha aumentando descomunalmente. Ariès conclui que a antipatia de adultos “espíritos sérios e preocupados” pelas crianças, seria um testemunho da importância do papel reservado à criança. A influência dos religiosos sobre a educação das crianças vinha tentando emergir-se há séculos, mas somente no século XVII é que esta tarefa torna-se prioritária.

A educação tornar-se prioritária neste período foi reflexo da aproximação do comércio e da indústria, que acabou por diminuir a distância entre nobres e burgueses, tornado-se necessários novos métodos de educação e o aceleração do progresso científico (PONCE, 1985).

Havia aqui uma preocupação de que as crianças fossem vigiadas e que se sentissem amadas, ao invés de temer, por quem as vigiava. Essa educação, que acabava com a promiscuidade mal falada nos colégios e internatos, ainda estava restrita a crianças ricas. Costumes como o de várias crianças dormirem nuas ou na mesma cama seriam extintos pela rigorosidade da vigia a cada criança ao anoitecer. Outra preocupação importante era a de que as crianças se acostumassem a conviver com homens e que se habituassem à serenidade. “Tratava-se de uma reação contra a ‘paparicação’ das crianças de menos de oito anos, e contra a opinião de que elas ainda eram muito pequenas para serem repreendidas” (Ariès, 1982, p.142).

Os antigos hábitos de deixar as crianças aos cuidados dos criados de quarto logo foram deixados de lado, pelo fato de que tais criados não seriam boas influências à educação rigorosa que a criança do século XVII começou a ganhar. Junto com essa limitação a antiga intimidade entre as crianças e a criadagem veio o tratamento reservado na linguagem: a troca do *tu* pelo *vous*.

O sentido da inocência infantil resultou, portanto numa dupla atitude moral com relação à infância: preserva-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre adultos; e fortalece-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Pode parecer que existe aí uma contradição, pois de um lado a infância é conservada, e de outro é tornada mais velha do que realmente é. Mas essa contradição só existe para nós, homens do século XX. Nosso sentimento contemporâneo da infância caracteriza-se por uma associação da infância ao primitivismo e ao irracionalismo ou pré-logismo. Essa idéia surgiu com Rousseau, mas pertence à história do século XX. Há apenas muito pouco tempo ela passou das teorias dos psicólogos, pedagogos, psiquiatras e psicanalistas para o senso comum [...] Essa evolução do sentimento da infância no século XVII correspondeu uma nova tendência da devoção e da iconografia religiosa (ARIÈS, 1982, p.146).

Ariès (1982) situa os dois antigos sentimentos da infância como ainda presentes e coexistentes na família da modernidade. O primeiro “sentimento da infância”, caracterizado pela “paparicação” criado dentro da própria família e o segundo, o da preocupação com a disciplina e a racionalidade dos costumes, criado pelos moralistas eclesiásticos e homens da lei.

É interessante pensar a questão dos moralistas que defendiam que as crianças deveriam ser educadas e que não eram pequenas demais para serem reprimidas, de modo a formá-las para um modelo de adulto, se for considerado que a condição de adulto que começava a se solidificar nesta data tratava-se do adulto cidadão e burguês e do adulto trabalhador operariado. Com a Revolução Francesa de 1789 a burguesia derrubou os privilégios feudais e estava agora livre para exercer sem discriminações e entraves a exploração do homem pelo próprio homem que exigia o capital da grande revolução industrial vigente. A educação que pretendia formar os cidadãos do mundo e prepará-los para uma “vida feliz e útil” tratava-se, a saber, de uma educação em que as crianças das classes superiores necessitavam de mais instrução que a da classe trabalhadora, que:

[...] de acordo com a finalidade a que deve obedecer a sua instrução, (devem) dedicar pelo menos metade do seu tempo aos *trabalhos manuais*, para que não se tornem inábeis em uma atividade que não é tão necessária, *a não ser por motivos de saúde*, às classes que trabalhem mais com o cérebro do que com as mãos (BASEDOW *apud* PONCE, 1985, p. 137).

No último terço do século XIX, quando o Estado estava em mãos burguesas com a proclamação da República Francesa, Condorcet propôs a educação de base pública e gratuita às grandes massas, ainda que reconhecendo a impossibilidade econômica de realizá-la. E em contrapartida, é aqui também que a extraordinária expansão do comércio e triunfo das máquinas, que simplificavam o trabalho, mobilizaram “enormes massas de homens, como também incorporam as mulheres e crianças à exploração capitalista” (PONCE, 1985, p. 141).

E foi exatamente nessa época, em que até crianças de 5 anos trabalhavam, que Condorcet declarou gratuidade as escolas...! Grande vantagem, para uma criança que desde os 5 anos deve ganhar o pão de cada dia, o fato de as escolas serem gratuitas! Se ela não pode freqüentá-la, que lhe importa que a escola seja gratuita ou não? Condorcet era bastante inteligente para compreender que dentro do sistema capitalista a gratuidade tinha pouca importância [...] *nas próprias origens da escola burguesa, “gratuita e popular”, um dos seus fundadores mais ilustres reconhecia que não se tratava de uma escola destinada às massas* (PONCE, 1985, p. 142, grifos do autor).

Antes da introdução das máquinas na produção, Engels (2007) explica que o trabalho do camponês era diverso do trabalho do operário inglês da fábrica, assim como o trabalho da criança no interior da família campesina o diferia, pois o trabalho da fiação e da tecelagem acontecia na própria casa dos trabalhadores:

A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe de família não o fazia, o fia era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência [...] sua situação era bem superior que a de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso [...] Em sua maioria eram pessoas de compleição robusta, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos. *Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de doze horas* (ENGELS, 2008, p. 45-46, grifos nossos).

Quanto as condições de trabalho e a família no período de ascensão da burguesia, Klein (2009) descreve:

Na indústria artesanal, mulheres e crianças geralmente trabalhavam em casa, sem perceber remuneração própria. Constituindo uma força de trabalho oculta, subordinada à figura do pai provedor, contribuíam para a composição da renda familiar. Suas tarefas eram determinadas pelos pais, segundo condições próprias de sua capacidade física. No interior da classe trabalhadora, o trabalho infantil, nesse contexto, tinha uma dupla função, perfeitamente integrada às práticas familiares: a contribuição para o bem estar da família e a oportunidade de aprendizagem das habilidades laborais que lhe seriam requeridas no mundo adulto [...] Embora as condições de trabalho das crianças nessas unidades familiares de produção não fossem ideais, desfrutavam de ar puro e tinham uma alimentação, não abundante, mas suficiente. Trabalhavam duramente por muitas horas, mas o ritmo era menos regular, pois eram donos de seu tempo (KLEIN, 2009, p. 48).

Com a maquinaria complicada da indústria, a classe trabalhadora necessitava de uma educação adequada ao manejo destas máquinas. A criação de escolas industriais e superiores “destinadas a preparar os capatazes e os técnicos do exército industrial” (PONCE, 1985, p. 148) veio para solucionar a questão da educação primária para as massas e a educação superior para os técnicos que agora se mostrava indispensável ao capital. Até a primeira metade do século XIX havia uma grande distinção da educação dos filhos da classe trabalhadora e os da burguesia, distinção esta que se pautava em uma escola de caráter profissionalizante para os primeiros e uma fundada nas artes liberais e ciências modernas para os últimos (ALVES, 2001).

Conforme ocorria o desenvolvimento tecnológico, mais simples tornava-se o trabalho e, portanto, menos a maquinaria moderna dependia da habilidade do trabalhador (ALVES, 2001). Portanto, o desenvolvimento tecnológico, dada a contínua objetivação do trabalho sob a lógica do capital, gerou desemprego e exército de reserva. Com o acirramento da luta de classes surgiram as primeiras conquistas nas legislações trabalhistas inglesas, sendo a criança a primeira a ser beneficiária, mas também a primeira a ser dispensada das fábricas:

As denúncias e as pregações de ordem moral contra a exploração desenfreada dessa modalidade de força de trabalho, pela indústria,

colaboraram no sentido de ser produzido um conjunto de normas que reduzia, progressivamente, a jornada de trabalho infantil e tornava obrigatória a escolarização das crianças trabalhadoras. O financiamento das despesas referentes aos estudos dessas crianças, segundo o que estabeleciam tais normas, ocorria por conta das empresas capitalistas empregadoras (ALVES, 2001, p. 148).

Klein (2009) defende que “a distinção entre infância, adolescência, juventude e adultidade é uma necessidade que se impõem na modernidade, como fruto das contradições que se originam com a atividade fabril” (KLEIN, 2009, p. 44), pois é a partir da

[...] luta entre capital e trabalho, na formulação de uma legislação que atente às condições de resistência física e mental dos trabalhadores, em especial os mirins, é que vai pôr em questão, pela primeira vez, com relevância que aqui se verifica, e, nesse sentido, construir, determinadas fases de desenvolvimento [...] Uma vez estabelecidas essas fases de desenvolvimento conformes à nova estrutura social, elas passam a ser consideradas em diferentes perspectivas da experiência humana: na educação, no direito, bem como nas ciências nascentes, como a psicologia e a sociologia (KLEIN, 2009 p. 44).

A tese da autora é pautada em uma visão materialista, da qual compartilhamos, sobre a questão da diferenciação da infância e adultidade, que compreende a essência de tal fenômeno nas necessidades históricas do estabelecimento do modo de produção capitalista:

O processo de elaboração das leis fabris, ao deparar com a questão da proibição do trabalho infantil noturno, vai obrigar as classes interessadas, bem assim os segmentos de classe, à discussão de limites etários mais complexos que a mera oposição criança-adulto. Essas leis, portanto, não podem ser ignoradas nos estudos da construção da categoria de adolescente. A constituição de leis fabris reguladoras de jornada e idade mínima para o trabalho na fábrica inauguram o debate sobre um período de transição entre a infância e a adultidade (KLEIN, 2009, p. 45).

O emprego de crianças torna-se custoso ao capitalista – com o financiamento da educação das crianças – que, com o desenvolvimento tecnológico, passa a dispensar, aos poucos, o trabalho destas, havendo aqui as “condições materiais para a produção das crianças de rua” (ALVES, 2001, p. 149), uma vez que agora estavam desocupadas e sem o cuidado familiar, pois os pais deveriam trabalhar o dia todo, incessantemente, já que, diferentemente

das crianças, eram alvos da intensa exploração capitalista. Mas se a sociedade capitalista cria o desemprego infantil e com isso também um problema de estas crianças não poderem usar de seu tempo disponível de uma forma socialmente útil, deve criar também uma solução: o lugar da criança desempregada ao final do século XIX passa a ser a escola (ALVES, 2001).

[...] a devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia — que deve ser bem distinguida daquela ignorância natural que deixa o espírito ocioso sem estragar sua capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural —, obrigou, finalmente, até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino primário a condição legal para o uso “produtivo” de crianças com menos de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris. O espírito da produção capitalista resplandeceu com brilho na redação indecente das assim chamadas cláusulas educacionais da legislação fabril, na falta de maquinaria administrativa, que torna esse ensino compulsório novamente em grande parte ilusório, na oposição dos fabricantes até mesmo contra essa lei do ensino e em artimanhas práticas e trapaças para deixarem de cumpri-la (MARX, 1996, p. 33).

As condições materiais de produção da vida humana na sociedade capitalista acabaram por modificar a criança desta sociedade e também a escola, que poderia agora cumprir com a promessa burguesa da universalização do direito à educação (ALVES, 2001).

A criança do século XIX “deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 2008, p. 23). O Estado aqui adquire o encargo de contribuir para solucionar o problema criado pela economia capitalista da criança pobre de rua, que não estava mais sob o teto das fábricas e tampouco poderia estar sob os cuidados dos pais, que trabalhavam o dia todo. E o Estado dá cabo disso através de políticas de cunho assistencialista criadas a partir deste novo lugar social da criança que precisa ser educada e formada, “que tanto pode ser transformada em ‘*homem de bem*’ (elemento útil para o progresso da nação) ou num ‘*degenerado*’ (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos)” (RIZZINI, 2008, p. 24).

No Brasil, essas políticas assistencialistas se mostram na lógica higienista e saneadora da sociedade, em busca de uma “civilização”, depositando na criança uma promessa de progresso. Educar a criança neste

tempo, da passagem do regime monárquico para o republicano no Brasil, era cuidar da nação, garantir o progresso civilizatório e, para tanto, estas deveriam ser 'salvas' de sua delinqüência, moralizadas e civilizadas (RIZZINI, 2008). Foi aqui que se criou a categoria em âmbito jurídico do menor, "que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou '*em perigo de o ser*'; pervertida ou '*em perigo de o ser*'" (RIZZINI, 2008, p. 26). Desta maneira, é justificada a criação de aparato jurídico-assistencial e médico que, "em nome da manutenção da paz social e do futuro da nação, diversas instâncias serão firmadas, de modo a classificar cada criança e colocá-la em seu devido lugar" (RIZZINI, 2008, p. 26). Estas instâncias pautavam-se na prevenção, recuperação, educação e repressão da criança:

Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À *filantropia – substituta da antiga caridade* – estava a missão de prestar assistência aos pobres e *desvalidos*, em associação às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da Assistência (pública e privada) nas três primeiras décadas do século XX. Com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: 'salvar a criança' para transformar o Brasil (RIZZINI, 2008, p. 27 grifo da autora).

E assim a criança é transformada em objeto de intervenção do Estado, o que faz dessa um dos seus principais instrumentos de intervenção na família, "atingindo os transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível" (RIZZINI, 2008, p. 25). O lugar privado da criança nesta sociedade está na vida familiar que, como bem delimita Engels (2002), "[...] a família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade" (ENGELS, 2002, p. 171). E é a família burguesa que toma o encargo da

[...] orientação e a proteção da infância, tornando-se a mediadora entre as exigências sociais e as particularidades da criança e recebendo a delegação de formar o modelo de criança e o conteúdo de infância condizentes com as aspirações da sociedade moderna (BOARINI & BORGES, 1998, p. 95).

Sendo assim, é delegado à família moderna importante papel educador e formador do modelo de criança idealizado nesta sociedade:

[...] na medida da possibilidade dos pais, [a família] levanta um muro de proteção em torno da vida familiar e cultiva o indivíduo, vale dizer, cultiva cada filho individualmente. A saúde e a formação dos filhos são as preocupações principais. Trata-se, agora, não de prepará-los para somar seus esforços aos esforços dos demais, na preservação do grupo, mas, muito ao contrário, urge prepará-los para “enfrentar” a sociedade. Antes de ir ao encontro da sociedade, impõe-se ir de encontro a ela. A formação orienta-se para, num regime de intensa e generalizada concorrência, alçar-se entre os vencedores. O egoísmo é, agora, a diretriz pedagógica por excelência (KLEIN, 2009, p. 52).

Portanto, a violência sexual contra crianças e adolescentes no seio familiar vem denunciar as contradições existentes nas relações humanas de nossa sociedade dentro da própria família, que se mostra incapaz de garantir a condição de infância idealizada na sociedade capitalista.

2.2 A família na sociedade capitalista: o cenário da violência sexual na infância e adolescência

A estrutura da família da sociedade atual, assim como a infância, também “é resultado de uma tendência histórica, inerente ao modo de produção capitalista” (SILVA, 2004, p. 97) e ela está fundamentada na propriedade privada e determinada pelas relações econômicas, de produção e reprodução da vida.

Marx (2007) aponta a produção da vida do outro como uma condição que intervém no desenvolvimento histórico da humanidade, uma vez que assim “renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*” (MARX, 2002, p. 33). Ainda explica que a relação social familiar não é algo imutável e determinante das relações sociais, mesmo que de início tenha constituído a “única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária” (MARX, 2007,

p. 33). Portanto, a compreensão da família enquanto instituição histórica passa pela compreensão de sua determinação pela base econômica da sociedade. A informação de que é neste lugar privado – a família – que ocorre, majoritariamente, a violência sexual contra crianças e adolescentes, deve ser entendida apreendendo a família como uma instituição privada de relações estruturada pelo modo capitalista de produção e reprodução da vida humana e, nestas condições, torna-se um lugar de expressão de um sintoma das relações da sociedade capitalista.

A família que vai se constituindo com a transição da sociedade feudal à sociedade capitalista está fadada à sua dissolução e ao fracasso do ideal criado sobre esta, uma vez que a burguesia torna-se classe reacionária em oposição à classe operária. Pois, como assesta Klein (2009), com a expropriação das terras dos trabalhadores camponeses há uma imposição da produção da unidade familiar para as fábricas, gerando uma intensa pobreza a estas famílias que sofrem transformações irreversíveis:

Por um lado, a nova forma de engajamento da família no trabalho acarreta uma situação de dispersão dos seus membros, na vida cotidiana. Seja porque pai e mãe passam a maior parte do tempo no trabalho – as jornadas são sempre muito longas – ficando os filhos ao abandono; seja porque os próprios filhos, desde tenra idade, são obrigados ao trabalho fabril, ocasiões em que, ou estão longe dos pais, ou, mesmo laborando no mesmo local, não desfrutam de um convívio efetivamente familiar. Por outro lado, a nova ordem social vai apoiando-se, cada vez mais, em uma perspectiva individualista (KLEIN, 2009, p. 50).

Em “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” Engels (2002) demonstra como o desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história modificou as relações familiares até a constituição da família individual e monogâmica – base do modelo familiar burguês – que está intrinsecamente relacionada à origem da propriedade privada e da luta de classes, pois são determinadas por relações econômicas:

Baseia-se no domínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai [...] os casamentos antes, como agora, permaneceram casamentos por conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da

propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente (ENGELS, 2002, p. 64-67).

Desta forma, os laços conjugais ganham uma solidez, impossibilitando que estes sejam rompidos por vontade de qualquer uma das partes, pois “agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher” (ENGELS, 2002, p. 64). Isso decorre do fato de a monogamia nascer na concentração de riquezas nas mãos dos homens, sob a forma de “escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história” (ENGELS, 2002, p. 67). E, como aponta Engels (2002), este desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher coincide com o primeiro antagonismo de classes que surge na história.

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (ENGELS, 2002, p. 68).

A partir desta leitura é possível fazer um apontamento sobre o entendimento de como a relação incestuosa tão recorrente no âmbito familiar da atualidade têm significativa expressão no ato dessa violência partir do *adulto homem* contra a *mulher criança*. O esforço de apreender que o antagonismo entre homem e mulher ganha valor social com a propriedade privada, e não apenas com a divisão sexual do trabalho, deve nos distanciar da visão equivocada de que mulheres e crianças são uma sub-classe: mera propriedade privada do sexo masculino adulto. A dominação histórica de um sexo pelo outro tem sua gênese no antagonismo de classe e, ainda nesta sociedade, se generaliza a partir da possibilidade material do modo de produção capitalista, que determina as relações sociais e forma a condição do homem e da mulher sob a premissa da propriedade privada.

Temos de reconhecer que uma tal subversão na situação dos sexos deriva necessariamente do fato de eles estarem colocados, desde o princípio, numa posição falsa diante do outro. Se a supremacia da mulher sobre o homem, inevitavelmente provocada pelo sistema fabril, é inumana, a do homem sobre a mulher, tal como existia antes também o era. Se a mulher pode hoje, como antes podia o homem, reclamar a supremacia porque contribui com a maior parte, quando não com a totalidade, dos bens comuns da família, segue-se inevitavelmente que essa comunidade familiar não é verdadeira nem racional, pois que um de seus membros ainda pode reclamar por ter dado um contributo maior. Se a família da sociedade atual se desagrega, essa desagregação mostra justamente que, no fundo, não é o amor familiar que constitui seu vínculo substantivo, mas sim o interesse privado, necessariamente conservado nessa falsa comunidade de bens. Situações semelhantes verificam-se entre filhos que sustentam os pais desempregados, quando não pagam sua manutenção (ENGELS, 2008, p. 184).

É possível constatar um fato basilar na vida familiar da sociedade capitalista: com o desenvolvimento da tecnologia da maquinaria da grande indústria, mulheres e crianças são incorporadas a trabalhos que não exigem a estrutura física masculina, e o faziam por um salário muito menor (metade ou até por 1/3 do salário anteriormente pago pelos homens que trabalharam nas fábricas). E com o mesmo progresso tecnológico que faziam mulheres e crianças conseguirem um emprego nas fábricas, o homens adultos tornavam-se desempregados, jogados para fora destas (ENGELS, 2002).

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital [...] Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração (MARX, 1996, p. 28-29).

Nestas condições, o trabalhador de fábrica homem adulto, que antes era o provedor dos meios de sobrevivência de toda a família, além de vender sua própria força de trabalho, passa então a vender mulher e filhos, mas não porque mulheres e crianças são uma sub-classe, sua propriedade privada. Com o desenvolvimento das forças produtivas no interior da sociedade

capitalista, a necessidade de vender a força de trabalho da classe trabalhadora não pôde se dar de forma diferente do que a determinação do capitalista – que é quem detêm os meios de produção – o que criou as condições materiais para que o homem se tornasse um “mercador de escravos” (MARX, 1996):

A procura por trabalho infantil assemelha-se, freqüentemente também na forma, à procura de escravos negros, como se costumava ler em anúncios de jornais americanos [...] Apesar da legislação, pelo menos 2 mil jovens continuam sendo vendidos por seus próprios pais como máquinas vivas para limpar chaminés (apesar de existirem máquinas para substituí-los). A revolução acarretada pela maquinaria na relação jurídica entre comprador e vendedor de força de trabalho, de maneira que a transação toda perde até mesmo a aparência de um contrato entre duas pessoas livres, propiciou mais tarde ao Parlamento inglês a escusa jurídica para a ingerência do Estado no sistema fabril. Toda vez que a lei fabril limita a 6 horas o trabalho infantil em ramos industriais até então não atingidos, ecoa sempre de novo a lamentação dos fabricantes: que parte dos pais retiraria as crianças da indústria agora regulamentada, para vendê-las naquelas em que ainda predomina a "liberdade de trabalho", isto é, onde crianças com menos de 13 anos são obrigadas a trabalhar como adultos, podendo ser portanto também alienadas a um preço maior. Como o capital, porém, é um *leveller* por natureza, isto é, exige, em todas as esferas da produção, como um direito humano inato, igualdade nas condições de exploração do trabalho, a limitação legal do trabalho infantil em um ramo da indústria torna-se causa de sua limitação em outro. (MARX, 1996, p. 29).

Este tipo de relação social que o homem adulto estabelece com sua mulher e suas crianças deve ser compreendida pela sua essência material na propriedade privada, “que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem” (MARX, 2007, p. 36).

Para a compreensão destas relações nos remetemos às explicações de Engels (2002) acerca da monogamia, entendida pelo autor como algo que não aparece na história como uma reconciliação entre os homens e mulheres. Pelo contrário, com a propriedade privada foi possível consolidar a opressão do sexo feminino pelo masculino. E na atualidade, ainda sob a premissa da propriedade privada e da luta de classes, a relação de degradação do feminino sob o masculino, uma oposição entre os sexos – que se transformou, com a propriedade privada, em uma opressão do sexo masculino sobre o feminino – ainda não superada, mostra-se como uma situação paradoxal

[...] que tolhe o caráter viril do homem e a feminilidade da mulher, sem oferecer ao homem uma verdadeira feminilidade e à mulher uma verdadeira virilidade, essa situação que degrada de modo infamante os dois sexos e o que há de humano neles, essa situação é conseqüência última de nossa tão decantada civilização, o último resultado dos esforços de inúmeras gerações para melhorar suas vidas e as de seus descendentes (ENGELS, 2008, p. 184).

Dentro da lógica da oposição entre os sexos se insere a violência sexual infantil sob a forma do incesto – temática que se mostra pertinente para a nossa investigação. Este fenômeno – o incesto – parece ser tido no senso comum como uma grande incógnita, algo que não se quer saber e na vida prática é de fato escondido e silenciado. Tal fato deve decorrer de que o incesto é um forte elemento que explicita a crise da sociedade capitalista e seu ideal burguês de felicidade que cai por terra quando tal violência é tida como concreta, mostrando que aquele ideal de felicidade não consegue ser sustentado no modelo de infância e adulto, o que pode ser desesperador quando o fenômeno do incesto é capturado apenas pela sua aparência, pois na dimensão aparente a possibilidade de enfrentamento fica limitada. Mas esta limitação pode ser superada a partir da apreensão da totalidade das relações que envolvem o incesto.

A idealização da felicidade buscada na sociedade capitalista quando depositada na infância sufoca a própria condição de infante por projetar nesta a felicidade idealizada que o adulto da sociedade capitalista jamais atingirá, uma vez que este vive sob condição de extrema discrepância desta idealização, pela impossibilidade material de conseguí-la, pois é um ser mutilado, brutalizado e estranho a sua própria natureza social. Estes ideais burgueses depositados na infância, por suas diversas contradições é o que está colocando a própria infância em situação de crise, pois com as numerosas violações de direito, as vitimações e vitimizações diárias da criança e do adolescente, o lugar de antecipação da felicidade almejada, o “projeto burguês de infância” é desmentido (BOARINI & BORGES, 1998), juntamente com a idéia de que a felicidade é contemplada nos idealizados laços familiares burgueses.

Como já expusemos no capítulo anterior, a vitimização da infância e adolescência é analisada como uma violência interpessoal, e sendo assim,

para a compreensão da essência da violência sexual contra a criança e o adolescente na atualidade, é preciso compreender o cerne das relações interpessoais na sociedade capitalista, entendendo que “as relações interpessoais são antes relações sociais, e antes de serem privadas, são históricas” (BARROCO, 2004, p. 188). O caminho para fazê-lo, na perspectiva materialista histórico-dialética, exige a compreensão de como essas relações contraídas na sociedade capitalista, determinadas pela produção social da vida humana, são correspondentes ao desenvolvimento das forças produtivas dessa sociedade. E a compreensão destas relações sociais, baseadas no individualismo e concorrência, exige a apreensão de como a lógica destas relações se expressam na violência sexual contra a criança e o adolescente, fazendo-se necessária a retomada da questão do modo de produção capitalista.

O modo de produção da vida humana na sociedade capitalista é baseado na divisão social do trabalho e caracteriza-se por relações de trabalho alienadas, em que o homem desprovido dos meios de produção de suas necessidades, vende sua força de trabalho para outro homem que é detentor desses meios. A objetivação do trabalho humano é fragmentada em prol do processo de circulação e de produção de mercadorias sob a égide capitalista. O trabalhador é expropriado do resultado final do seu trabalho e a sua atividade produtiva está submetida a necessidades que não correspondem às suas, bem como o salário que lhe é pago não corresponde com o seu trabalho realizado. A riqueza da humanidade aqui está submetida ao capital e acaba por encerrar-se nesse fim. A produção do gênero humano torna-se, portanto, inacessível à grande massa de trabalhadores mutilados de sua própria condição humana, pois o salário que recebe só serve para reproduzir as mínimas condições de sua existência. Enquanto que o lucro obtido pela extração da mais-valia de seu trabalho é do capitalista, que é quem detém os meios de produção e quem tem o controle do trabalho de cada indivíduo.

Nesta forma de produção do trabalho alienado, o próprio homem torna-se uma mercadoria de troca, uma vez que este é absolutamente substituível, devido à simplificação de seu trabalho através da fragmentação da atividade.

Por este processo se funda o hiato entre motivos e finalidades, uma vez que a individualidade e conseqüentemente a personalidade, encontrando-se condicionadas pelo valor de troca, põem-se ao nível de mercadoria, o que significa sua própria negação (MARTINS, 2004, p. 96).

As relações humanas se constroem a partir do modo como o ser humano produz e reproduz a sua existência, ou seja, por meio de sua atividade: o trabalho. E as relações na sociedade capitalista são mercantilizadas e constituídas sob a lógica da exploração do homem pelo próprio homem, em que a *concorrência* e o *lucro* estão acima de tudo, o que propicia as condições materiais para os comportamentos de degradação do outro, uma vez que interesses individuais se sobrepõem a interesses coletivos. Desta forma, o homem da sociedade capitalista acaba por converter sua própria vida pessoal em mero espaço de reprodução de seu trabalho alienado (MARTINS, 2004).

[...] a vida pessoal reflete o sistema da produção social, da divisão social do trabalho, enfim a *economia doméstica* reflete a *economia política*, de tal forma que as próprias relações interpessoais na esfera da vida familiar, das relações entre os sexos, da amizade, do tempo livre etc. acabam se estruturando também na base de um “complexo sistema de trocas” em que impera a fetichização. Portanto, o empobrecimento da individualidade humana sob condições de alienação abarca tanto sua expressão no âmbito do trabalho social quanto no âmbito da vida pessoal, uma vez que a ordem de relações políticas e econômicas subordina a si o próprio desenvolvimento do psiquismo (MARTINS, 2004, p. 97).

Assim, os vínculos familiares por si só não conseguem garantir o amor, nem o respeito e tampouco a solidariedade para evitar a reprodução das relações capitalistas marcadas pela fetichização, pois as relações da sociedade capitalista são “fundadas no interesse individual, na primazia da vantagem pessoal, a ponto de excluir o apelo à humanidade, à benevolência, à compaixão” (KLEIN, 2009, p. 52). A própria democracia dentro da sociedade capitalista mascara as profundas contradições existentes, criando formas de viver baseadas na liberdade e igualdade que acabam por gerar um individualismo crônico que permeia as relações interpessoais da atualidade (SILVA, 2004).

Para trazer elementos de definição da lei geral das relações humanas na sociedade capitalista, Klein (2009) faz referência a Adam Smith para demonstrar como nesta sociedade o seres humanos encontram-se “atomizados, separados e mesmo contrapostos por interesses individuais” KLEIN, 2009, p 53):

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer – esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. *Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm por seu próprio interesse. Dirigimo-nos, não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles* (SMITH, 1983 *apud* KLEIN, 2009, p. 52, grifos da autora).

Klein (2009) assesta que na sociedade capitalista há um mediador de toda necessidade de satisfação e de toda relação humana: o mercado. Aponta que é nele os homens encontram

[...] todos os bens de que precisam, necessitam, todas as coisas que constituem o objeto de seu interesse e da sua satisfação. Produtos do trabalho do próprio operário, os bens estão ali, ao alcance dos olhos, mas não ao alcance das mãos [...] Os bens estão ao alcance das mãos que possam comprar. Tudo se vende, tudo se compra, é a nova ordem. Tudo, inclusive os encontros humanos, a partir daí, não mais ocorrem de forma gratuita. Dar-se-ão, doravante, em regra, sob o signo dessa mesma lógica mercantil (KLEIN, 2009, p. 53).

A partir dos conceitos de Klein (2009), entende-se que a competição entre os homens por seus interesses individuais iludidos pela liberdade social da sociedade capitalista é o que produz o individualismo.

Entendemos que as relações interpessoais nesta sociedade se constituem sobre a lógica do individualismo e que esta lei geral do comportamento humano na produção da vida na sociedade capitalista não pode ser transformada a partir da família, mas sim a partir da superação desta

sociedade à outra que não esteja calcada na luta de classes e na propriedade privada dos meios de produção.

O trabalho da Psicologia, como vimos no capítulo anterior, desde sua gênese, esteve sempre submetido às necessidades da classe dominante e, entendemos que para que a Psicologia alcance o almejado “protagonismo social” defendido pelo seu Conselho Federal, faz-se necessário a esta reivindicar-se como uma ciência que busca a compreensão do homem concreto, o que é possível a partir da perspectiva Histórico-Cultural.

A Psicologia de base materialista histórica e dialética pode apreender a essência das problemáticas as quais os psicólogos são convocados a lidar. A problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser entendida buscando compreender a materialidade da infância e da família. Com o estudo até aqui realizado, foi possível compreender que a infância e adolescência é um produto da sociedade capitalista e que, portanto, a violência sexual sofrida por essas estão necessariamente imbricadas no processo da produção e reprodução da vida dessa sociedade. Também foi possível entender que o fato de a violência sexual contra a criança e o adolescente estar inserida na violência doméstica faz parte do processo de atomização dos indivíduos nesta sociedade gerando a degradação das relações humanas tornando a família burguesa ideologizada um lugar insustentável.

3. A INTERVENÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO PSICÓLOGO FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Neste capítulo são apresentadas as entrevistas realizadas com Psicólogos que atuam diretamente com o tema da violência sexual contra a criança e o adolescente. Explicamos os procedimentos das entrevistas e do processo de análise do material. Com a categorização das falas fazemos uma exposição dos elementos pertinentes e, ao final, nos utilizamos dos conteúdos para adensar a discussão teórica feita ao longo deste trabalho, com o intuito de demonstrar a relevância de nosso estudo e apontar alguns desafios para a ciência psicológica.

3.1 O psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes: delimitando os sujeitos da pesquisa e os procedimentos das entrevistas

Os serviços de atendimento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são equipamentos, que dentro da perspectiva do ECA, organizam sua atuação na tentativa de garantir a efetivação prática dos direitos da criança e do adolescente. O ECA indica a criação de uma rede estratégica – conjunto de ações integradas para viabilizar a atenção dos casos de violação de direitos das crianças e adolescentes – para garantir a efetivação da política de Proteção Integral da criança e do adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, Art. 4).

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (ECA, Art. 86).

Os serviços que compõem este tipo de rede empenhada em atender os casos de violência contra crianças e adolescentes nos quais a Psicologia se insere são: Secretarias, programas especializados como o Sentinela, organizações não governamentais, institutos, fundações, Centros de Referência Especializado – CREAS, Centros de Assistência Social – CRAS, Hospitais, Justiça, instituições de ensino, Conselho Tutelar, consultório particular, etc. (CREPOP, 2007).

Para a discussão elaborada neste capítulo foram realizadas entrevistas com Psicólogos que atuam neste tipo de serviços que atendem casos de crianças e adolescentes em situação ou suspeita de violência sexual. Os serviços cujos psicólogos foram entrevistados estão localizados em Curitiba e região metropolitana, a saber: duas organizações não governamentais que trabalham com violência sexual contra crianças e adolescentes, um Conselho Tutelar, um serviço ambulatorial em clínica especializada e um CREAS.

No município de Curitiba foram realizadas entrevistas apenas com Psicólogos que trabalham em organizações não governamentais, devido às dificuldades que o processo burocrático da prefeitura e Fundação de Ação Social do município nos trouxe para conseguir autorização para realizar as entrevistas com psicólogos que atuam no serviço público e desenvolvem ações destinadas a enfrentar a violência sexual contra criança e o adolescente. Um das locais em que foi realizada entrevista com um psicólogo é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1999. Esta instituição tem por objetivo fazer o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes. As ações são focalizadas em três públicos alvos: família, crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e profissionais que atuam na área da violência contra crianças e adolescentes – através da capacitação técnica de profissionais para capacitação, prevenção, atendimento direto a vitimizados e produção de material técnico científico sobre o fenômeno da violência intra e extrafamiliar na infância e adolescência. A outra instituição sem fins lucrativos, em que realizamos entrevista com dois psicólogos, atende crianças e adolescentes vítimas de violência sexual ou portadoras de HIV e suas famílias.

Na região metropolitana foi entrevistado um psicólogo que trabalha no CREAS, uma unidade pública estatal – componente do Sistema Único de

Assistência Social – SUAS (Lei 8742/93) – que se caracteriza na atenção de proteção social especializada “[...] responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, s/d). O CREAS presta serviços de natureza especializada e continuada: serviço de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, [serviço de orientação e apoio especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência](#) e [serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade](#) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, s/d). Também na região metropolitana, lugares de atuação dos psicólogos entrevistados foram: serviço ambulatorial em clínica especializada e o Conselho Tutelar da região. Ao total, foram entrevistados cinco psicólogos que trabalham em Curitiba ou região metropolitana.

O instrumento de entrevista foi utilizado com o intuito de obter informações e manter uma conversação com os entrevistados sobre a atuação do Psicólogo no campo da violência sexual contra crianças e adolescentes e também no entendimento das contribuições, limites e possibilidades da Psicologia nesse contexto. O processo de entrevista possibilita o apontamento de interpretações e “compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos” (MAY, 2004, p. 145) dos entrevistados acerca da temática trabalhada. O tipo de entrevista utilizado foi a entrevista semi-estruturada, que se caracteriza por perguntas especificadas, porém estas não necessitam serem feitas por entrevistadores treinados, uma vez que o objetivo não é de gerar uma comparabilidade, com uma amostra estatisticamente válida, entre os entrevistados. Neste sentido, o entrevistador foi a própria pesquisadora e com este instrumento houve maior possibilidade das perguntas serem abordadas sem um formato padronizado, adaptando-se às necessidades do contexto da entrevista realizada. Com este tipo de instrumento o entrevistador se pode

[...] buscar tanto o *esclarecimento* quanto a *elaboração* das respostas, pode registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão. Isso permite que ele tenha mais espaço para *sondar* além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado (MAY, 2004, p. 148, grifos do autor).

As questões utilizadas para as entrevistas foram quatro: 1) Quais as práticas e procedimentos realizados pelo Psicólogo nesta instituição? 2) Em que você se respalda e se fundamenta para atuar nesse contexto? 3) Qual o papel do Psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes? 4) Quais os limites e possibilidades/ contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

As entrevistas foram gravadas e realizadas nos próprios locais de trabalho dos Psicólogos, submetidas à assinatura, de cada entrevistado, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A transcrição das entrevistas foi feita mantendo a forma exata de falar de cada entrevistado, podendo ser retirada palavras não inteligíveis na gravação, ou mesmo inferências realizadas pela entrevistadora com o intuito de pedir esclarecimento ou mais explicações sobre a fala do entrevistado, pois devido ao caráter da entrevista semi-estruturada a abordagem das perguntas e demais inferências não são consideradas prejudiciais à análise, uma vez que não se buscam padronizações e comparabilidades entre as respostas (MAY, 2004). Também foram retiradas da transcrição frases consideradas irrelevantes para o processo de análise, por conter informação sigilosa ou redundante que não influenciaria na discussão. Todas as entrevistas encontram-se, transcritas nos termos explicados, nos anexos finais deste trabalho.

Cada Psicólogo entrevistado foi chamado de uma letra, com o intuito de garantir o sigilo ético das entrevistas, condição estabelecida em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

3.2 A intervenção teórico-prática dos psicólogos de Curitiba e região metropolitana frente à violência sexual contra crianças e adolescentes

Neste tópico apresentaremos de maneira organizada os elementos relevantes a nossa pesquisa extraídos da fala dos profissionais psicólogos entrevistados. Após a apresentação das entrevistas, faremos uma análise a

partir do referencial metodológico da Psicologia Histórico-Cultural das questões encontradas acerca da intervenção teórico-prática do psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes.

3.2.1 Categorização das entrevistas

Para a realização da análise das entrevistas foi feito uma categorização a partir dos tópicos de questões trabalhados nas entrevistas semi-estruturadas. As categorias de análise das entrevistas acerca da Psicologia frente à violência sexual contra crianças e adolescentes se dividem em: 1) práticas e procedimentos 2) fundamentação teórica 3) papel do psicólogo e 4) limites e possibilidades da atuação do psicólogo.

Quanto à categoria sobre práticas e procedimentos dos psicólogos foram apreendidas as demandas por parte das instituições acerca da atuação do psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Essas demandas se mostram a partir da prática de cada um dos entrevistados: processo de avaliação psicológica, produção de pareceres, relatórios e laudos para contribuir no processo jurídico; processo terapêutico com a criança, com a família e com o possível autor da agressão; orientação aos demais profissionais a partir das avaliações psicológicas e acompanhamento dos casos.

Na categoria de fundamentação teórica, foram encontradas as seguintes fundamentações teórico-metodológicas da ciência psicológica: Psicanálise, Psicologia Analítica e Psicologia Comportamentalista, sendo que dos cinco entrevistados, três trabalham com a abordagem psicanalítica, um com a abordagem comportamental e um com a abordagem analítica. Além das abordagens teóricas, também foram citadas em algumas entrevistas o embasamento em literatura diversa acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, legislações, a própria experiência na atuação como psicólogo, etc. Porém, sobre a legislação foi colocado, em uma das entrevistas, que esta não seria fundamental ao trabalho do psicólogo, o que pode ser constatado na seguinte passagem:

“A minha orientação é a Psicanálise [...] É claro que a gente tem que ter um conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não cabe a nós tratar com isso diretamente, o nosso trabalho com relação a isso é clínico mesmo. Se a criança sofreu violação dos seus direitos, se a situação de moradia daquela família tá irregular, sabe? Se, de repente, a criança cuida da outra criança e isso tá errado, quem cuida disso é a Assistente Social mais, sabe. Quando os casos chegam pra gente tudo isso já foi verificado, já foi devidamente encaminhado e geralmente os casos de abuso sexual é trauma né então agente fica mais ali [...]] pelo caráter da instituição de proteção da criança, as vezes tende a ver um como vítima, outro como não vítima, mas eu acho que é isso, porque aquela parte de prevenção de orientação eu acho que os outros profissionais contribuem muito melhor, do que a nossa formação nos habilita, a gente não tem tanta orientação de como estar encaminhando assim, em termos de NUCRIA sabe essas coisas assim? A gente praticamente passa meio batido nisso, eu acho que um Assistente Social, um advogado ele ensina a gente muito mais nesse sentido.” (Psicólogo B).

A visão acerca da legislação defendida nesta fala entra em contradição com a proposta do Conselho Federal de Psicologia (2003) de o profissional psicólogo ser um “viabilizador de direitos” da criança e do adolescente, que deve ser vista como um sujeito de direitos que depende de políticas sociais básicas para seu desenvolvimento. Em contrapartida o psicólogo E mostra-se corrobora com noção propagada pelo CFP. O psicólogo A, mesmo desconhecendo aprofundadamente esta visão, vê importância na atuação do psicólogo a partir do entendimento dos direitos, ao contar sobre seu recente conhecimento acerca de como a violência sexual contra crianças e adolescentes é tratado no âmbito jurídico. Demonstra que há aí relevância da Psicologia para contribuir com o debate travado nesse contexto, tanto no campo jurídico, como nas demais áreas de conhecimento que lidam com a referida temática:

“[...] descobri várias coisas da legislação e daí até a presidente da instituição, eu fui meio que fazer um pedido pra ela e falei nossa eu percebi o quanto que eu tava desatualizada da parte legal e eu acho que é importante

pra todos os profissionais daqui porque eu também percebi que eu acho que muita gente não [...] Então, eu vi que várias coisas legais que eu não sabia, como que a temática é encarada assim sabe, porque na verdade essas coisas legais quando vem, alguma coisa fica mais com o advogado, até às vezes tem algum diálogo, mas eu vi que o diálogo não tava sendo tão amplo, porque eu não sabia de muita coisa sabe, porque vem pra mim atender no psicológico e daí acaba ficando ali, você ate sabe que ta a ação lá com o advogado e tudo, mas o dialogo não esta sendo tão extenso assim sabe, só que agora assim, eu até chamei um pouco a atenção e a gente vai tentar na próxima reunião discutir um pouco isso” (Psicólogo A).

“Então nós temos que ter uma política voltada, um programa muito eficaz pra da área da criança e do adolescente, programas que contemplem a garantia do que a lei prevê, criança ela é prioridade absoluta então vamos dar a prioridade que ela precisa” (Psicólogo E).

Quanto ao papel do psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes é manifestada a exigência de um olhar diferenciado, livre de preconceitos e moralidades por parte dos entrevistados, o que pode ser observado nos seguintes excertos:

[...] é uma questão muito mais próxima do que a gente imagina e ainda é muito tabu, isso que eu percebo assim, então até eu acho assim uma preparação dos profissionais tanto de psicologia como de outras áreas que vão lidar com isso de ter mais conhecimento do assunto e lidar de uma forma assim, que a sexualidade ainda é muito tabu ainda na nossa sociedade, e conseguir entender todo o contexto daquela família, sem estigmatizar uma pessoa ou outra, saber ouvir todas as pessoas e não colocar os seus valores morais, não colocar a sua historia pessoal, saber encarar aquilo com profissionalismo e sem preconceitos e sem muitas questões morais, religiosas, ouvir cada pessoa e entender a historia de cada família e saber como ajudar ela, porque tanto um caso pode assim a criança ficar extremamente traumatizada trazer várias seqüelas, como pode ate não acontecer isso e às vezes até o modo como é tratado, como é abordado pode gerar algum trauma

naquela família, então eu acho que é muito delicado o cuidado que você tem que ter ao abordar o caso, sabe que pra cada família tem uma moral, tem alguma coisa ali. E você entender que aquela família às vezes, pra uma família uma coisa mínima já causa um trauma gigantesco e pra outras não, elas tem uma forma diferente de lidar com aquilo. Então, eu acho importante isso, os profissionais estarem preparados e não terem tantos preconceitos, tantos estigmas, tantos tabus, sabe, encarar como, meio que suspender seus padrões, suas ideologias, não sei e encarar ali o que a pessoa está trazendo” (Psicólogo A).

“O papel do Psicólogo é fundamental! Primeiro, o psicólogo tem que ter um olhar muito significativo, único de diferenciação e, assim, é extremamente necessário esse olhar e principalmente porque o psicólogo que vai poder respaldar toda a fala da criança. Porque eu acho que nós temos até de sobra teorias, dentro da Psicanálise tem muita discussão, mas não tem outro profissional que possa ter esse olhar. Como assistente social eu tenho o olhar do social e o assistente social ele pode descrever toda a agressão, a situação familiar, a situação física da criança, do ambiente físico de domicílio, então como que ele vai falar do psicológico? Tem que ser o Psicólogo sim” (Psicólogo C).

Um dos entrevistados discute essa questão sobre a atuação do psicólogo, a partir de um olhar diferenciado, como algo que deve contribuir com a orientação da equipe e com a atuação da família a fim de esclarecer o que está ocorrendo:

“Acredito que o papel do psicólogo é fundamental, porque além dele ter um olhar clínico, técnico, sobre a natureza do comportamento humano ele pode intervir junto à equipe orientando, tentando intervir junto à família como toda aquela situação, chamando a família pra identificar realmente o que está acontecendo, por que às vezes a criança reproduz um comportamento e às vezes a família, a gente começa a perceber, às vezes a família tem por trás disso um comprometimento, não só de ordem financeira por passar dificuldades, mas às vezes comprometimentos, pessoas na família envolvidas

com drogas, pessoas na família envolvidas com álcool, pessoas na família envolvidas com aliciamento, tentando levar a criança e o adolescente pra rua, pra às vezes até mendigar. Então os grandes problemas que acontecem com a criança e o adolescente, lamentavelmente, acontecem dentro da própria casa, quando não próximo as pessoas ligadas a ela, raramente acontece fora do seu ambiente familiar, acontece, mas geralmente a criança sofre a violência dentro da própria casa, dentro da própria pessoa que tem acesso a ela, as vezes um irmão, o próprio pai, a própria mãe, um tio, um parente que tem acesso a criança, geralmente são essas pessoas que, lamentavelmente, mais cometem atos de violência a própria criança. Então geralmente são pessoas que tem acesso a essa criança, sabem da rotina dessa criança, sabem da intimidade dessa criança, então geralmente são elas que acabam violentando ou molestando ou colocando a criança em situação de risco” (Psicólogo E).

Em outras entrevistas, a especificidade do trabalho do psicólogo foi pontuada a partir de uma atuação clínica para lidar com o sofrimento e traumas gerados pela situação de abuso sexual, como manifestado nas seguintes passagens:

“Eu entendo que o trabalho clínico, que é o que eu faço aqui, quando se trata de abuso sexual o mais importante eu acho é que é um trabalho que proporciona por espaço pra por palavra aí sabe. Porque essa situação de abuso é sempre vivida como um trauma pra criança e trauma significa que não tem palavra pra dizer daquilo, só que foi pego por aquilo, foi tomado por aquilo e isso desencadeia reações que causam sofrimento e aí poder reverter esse sofrimento através da palavra mesmo e construir um trabalho assim que pela palavra com a criança ali ou um adulto mesmo [...] então eu acredito que é só pela palavra que uma situação de violência pode ser superada” (Psicólogo B).

“O papel da Psicologia, na minha opinião é estar ajudando a criança a superar essa situação, fazer ela perceber o que ficou pra ela daquilo e ajudar ela a ter formas de se proteger contra novos acontecimentos desse tipo” (Psicólogo D).

No campo das contribuições da Psicologia nesse contexto, foi apontado que a Psicologia pode contribuir na produção teórica, no aprofundamento do estudo do tema, no acompanhamento clínico para lidar com o sofrimento e trauma, na orientação dos profissionais e na identificação da realidade da criança e da família.

“[...] a função primordial é tentar orientar, tentar identificar com essa família o que é que está acontecendo. Nossa tentativa maior é a de orientar, de realmente se tornar um instrumento de auxílio aquela criança ou adolescente, ou a própria família, tentar criar um elo de proteção pra que essa proteção possa realmente ser efetivada” (Psicólogo E).

É revelada a contribuição do psicólogo com o intuito de trabalhar com a equipe de profissionais envolvidos na tentativa de trazer uma visão de homem que contribua para superar a visão preconceituosa e moral. Exemplos da necessidade destas formas de contribuições podem ser verificados nas passagens que seguem:

“Acaba entrando aqui profissionais de diferentes formações e cada um tem um entendimento da coisa, e o que eu mais tento contribuir aqui dentro é pra não ter um julgamento moral sobre a situação assim, pra que a gente possa estar aberto pra receber o caso sem julgar, porque é difícil” (Psicólogo B).

“[...] eu percebo até pelas coisas que eu falei que eu fui estudar assim e vi que as pessoas ainda tendem a ver como doença, que o abusador é doente e é isso e aquilo... E eu acho assim que de fato muito pouco se estuda, também até de tentar ouvir, como eu falei que muitos abusadores foram abusados assim e não tiveram algum acompanhamento alguma coisa e acabam repetindo essa agressão, que a gente fala que se identifica com o agressor e acaba repetindo aquilo. Eu acho que é importante tanto tratamento das crianças que foram abusadas, que às vezes assim se não for tratado ou pode essa criança que foi abusada vir a casar com um homem que pode abusar da criança ou até o menino que foi abusado se tornar um abusador, ou

mesmo uma menina que foi abusada se tornar abusadora, também tem mulheres. Então eu acho que é muito importante esse trabalho assim com a vítima ou até bem esperar depois ela não ficar bem cheia de traumas porque a gente vê assim mães que foram abusadas na infância e não foi feito nada assim, e vem com traumas imensos e até depois quando se repete com a criança daí isso fica ainda maior daí é muito difícil tratar essa questão, então eu acho que muito importante esse trabalho do profissional da psicologia de dar esse amparo à criança, mas como eu disse também há essa mãe que também tem vários traumas também, há esse abusador que também tem muitas questões eu acho muito importante o trabalho do apoio psicológico, terapêutica assim. Mas também em discussões teóricas pra trazer novas questões mesmo no campo jurídico, porque eu vi que tem várias discussões assim ah é doença não é, como disse o abusador é doente, é um perverso? [...] Então acho que a Psicologia precisa se colocar mais nessa área, trazer mais discussões, mais coisas teóricas que ajudem, pra ter um pouco de respeito mais pelas outras áreas e porque eu acho que tem muito a contribuir com as outras áreas [...] até pela visão de homem, como eu disse a minha abordagem é mais psicanalítica, então ela foca muito a sexualidade do humano, como ela é formada, até as questões da fantasia da infância, que é uma coisa muito comum, que até um profissional do jurídico se tivesse mais conhecimento ele poderia abordar a maneira de uma forma mais profunda e perceber que tem vários fatores psíquico envolvidos ali e perceber que a Psicologia pode contribuir pro entendimento dele no assunto” (Psicólogo A).

Nesse sentido, é colocada a contribuição teórica da Psicologia como uma possibilidade de avançar nos limites postos pelo enquadramento moral e preconceituoso da questão:

“[...] a maior contribuição são as teorias, acho que ninguém falou tão bem da sexualidade infantil que a Psicanálise. Não que todo profissional de Psicologia que trabalha com criança e adolescente ou até mesmo adulto, dentro da violência sexual, tem que ter uma visão psicanalítica, mas tem que conhecer sim a questão teoria psicanalítica até para não enquadrar todo indivíduo. Que eu acho que aí é um outro limite, toda pessoa que comete um

abuso, um excesso para com o outro ele tem uma disfunção patológica [...]” (Psicólogo C).

Na perspectiva clínica é apontada a contribuição da Psicologia para lidar com o sofrimento e trauma gerados pelo abuso sexual:

“Eu acho que é fazer o ser humano se valorizar. Apesar do que aconteceu com a pessoa ela se perceber como alguém que tem valor, que não é aquilo que vai fazer que ela se menospreze, que se ache que ela não tem valor como pessoa” (Psicólogo D).

Também é salientada a possibilidade da Psicologia contribuir com a identificação do que está ocorrendo na família e na possibilidade de trabalhar no âmbito preventivo, a partir da organização/ estruturação da família. Também é pautado como aspecto positivo da Psicologia o trabalho multidisciplinar como algo que potencializa a ação do psicólogo:

“Eu acho que a contribuição da Psicologia é ter esse olhar clínico e técnico de identificar o que esta realmente acontecendo com aquele sujeito. Eu acho que o aspecto preventivo é trabalhar com a família, tentar reorganizar essa família [...] Eu acho que o aspecto positivo do profissional da psicologia é que ele tem acesso a vários outros profissionais, tem acesso a assistente social, que pode fazer visitas na família, tentar identificar realmente o que é que acontece dentro daquela casa, como é que é a estrutura dessa família, então o bom desse profissional é que ele tá envolvido com outros profissionais, e a gente acaba tendo uma rede interdisciplinar, que são as interfaces, vários profissionais de vários campos, tendo o mesmo olhar, a mesma percepção discutindo juntos que soluções a gente pode dar pra aquele caso.” (Psicólogo E).

No campo das limitações, a moralidade dos demais profissionais interferindo nos casos bem como a moralidade e preconceitos dos próprios familiares são postas como entrave na atuação do psicólogo. A necessidade imediata de ter uma “comprovação” que defina se houve ou não a violência:

“A única limitação que eu vejo é mais a limitação das outras pessoas, do que do próprio profissional, porque a exigência é assim, até nós discutimos antes a questão dos testes, então as pessoas externas, até mesmo da jurisprudência, elas cobram assim: o que você fez? Existe um teste? Você aplicou um teste que dê uma resposta certa? Uma resposta afirmativa ou negativa se houve abuso ou não houve abuso. Eu vejo aí como um dos nossos maiores problemas, essa não compreensão que as pessoas não tem que o indivíduo é um ser subjetivo e ele não vai ter conteúdos fechados, falas fechadas e deterministas” (Psicólogo C).

É apontada a dificuldade do psicólogo se aprofundar no tema, ir para além da visão superficial do senso comum e deixar de contribuir como a Psicologia é solicitada a fazê-lo. Destacam que este é um limite que o Psicólogo enfrenta em seu trabalho cotidiano, pois, em contradição a esta dificuldade, entendem que a Psicologia pode contribuir como promotora de uma visão ampla do homem como sujeito:

“[...]os limites é sair do senso comum, psicólogo não pode se embasar e se estruturar em senso comum. Eu acho o maior limite da Psicologia, é não se aprofundar” (Psicólogo C).

“E o jurídico também, que às vezes algum advogado entra com algum pedido de um laudo psicológico eles não gostam porque tem psicólogos que colocam a sua moral ali, colocam os seus preconceitos, então alguns juízes nem gostam, nem dão muita bola pro lado psicológico. Então eu acho que os profissionais da psicologia precisam fazer um trabalho mais sério, mais bem fundamentado e bem isso, se resolverem pra lidar com essa temática e terem mais voz e serem mais respeitados pelos profissionais do jurídico, porque, pelas coisas que li, às vezes há um pouco de desrespeito porque há profissionais que não fazem um trabalho bem feito” (Psicólogo A).

3.2.2 Análise das entrevistas sob a luz da Psicologia Histórico-Cultural

Para a Psicologia Histórico-Cultural, a contribuição da Psicologia na qualificação do debate acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes é possível com a apreensão do fenômeno na totalidade dialética. Pois a partir do entendimento da materialidade que constitui o fenômeno, estudando este em seu processo, temos a possibilidade de nos colocar diante de tal problemática entendendo as complexas relações que a determinam, podendo nos poupar da mera visão ideológica dominante, carregada de moralidade e preconceitos, para nos posicionar com um olhar científico. A violência aqui pautada deve ser entendida como expressão das relações da sociedade capitalista e não como um fato individualizado, o que foi explicitado com os estudos realizados ao longo deste trabalho. Com a unidade teórico-prática (superação da cisão entre objetividade e subjetividade, indivíduo e sociedade) proposta pela Psicologia Histórico-Cultural, torna-se possível a elaboração de laudos, relatórios e pareceres bem fundamentados, que possam de fato contribuir com o processo jurídico e demais encaminhamentos, superando a problemática, trazida nas entrevistas, do preconceito e moral colocados neste tipo de documentação, que desqualificam as contribuições da Psicologia.

Na fala dos psicólogos entrevistados não aparece a relação da violência sexual infantil com a totalidade das relações sociais, pois é posta a justificativa de uma atuação clínica com a focalização no indivíduo e/ou na família que se encontram com esta problemática. Dentre os psicólogos que têm sua atuação pautada em uma prática clínica, é mencionado que um limite ao seu trabalho é gerado pelos indivíduos e famílias que não querem, por motivos diversos, se engajar no processo de acompanhamento psicológico:

“Pois é, eu acho que o limite que eu tenho como profissional diante de um caso de um abuso sexual vai depender bastante da disposição da pessoa de estar ali e querer falar sobre isso, querer trabalhar de querer saber do que é isso que tá doendo ali. Então, às vezes as pessoas elas não querem, às vezes elas querem ficar quietas, ficar na delas, terminar com todo esse estardalhaço

que é ir pra um Conselho Tutelar, ir pra uma Vara da Infância, causa todo um transtorno na vida e às vezes a pessoa tá mais preocupada em poder voltar a sua rotina normal do que a entender que aqui tem um espaço pra ele tratar isso que aconteceu ali, que causou uma ferida na dor e tal. Então às vezes a pessoa não quer e a gente tem que respeitar isso, porque cada um tem um tempo, cada um tem um momento de poder se a ver com isso que lhe causou” (Psicólogo B).

“[...] as dificuldades assim, da criança demorar pra perceber que ela tem valor, que aquilo ali passou, que ela vai ter novas oportunidades na vida dela de superar, de alcançar novas oportunidades pra superar [...] eu acho que a Psicologia consegue sim ajudar nesse sentido. Depende de cada um, cada um tem o seu tempo também que a gente tem que respeitar, mas eu acho que a Psicologia consegue ter uma grande contribuição nesse sentido” (Psicólogo D).

“As limitações do profissional da psicologia é que muitas vezes depende da própria família a tomar uma atitude frente a tudo aquilo que está acontecendo, porque muitas vezes essas famílias são acompanhadas pelo Conselho Tutelar, as vezes são acompanhadas pelo Ministério Público, pelo poder judiciário da vara da infância e juventude, são acompanhados, mas as vezes a família mesmo não tá tentando mudar aquela situação, se sente vulnerável, mas não dá abertura pra mudar. O profissional da Psicologia identifica, consegue ver algumas situações que poderiam ser mudadas, chama os pais ou os responsáveis, mas mesmo assim a situação permanece e continua ocorrendo. Então quando a gente percebe essa negligência da família, pai, mãe ou responsável encaminha ao Conselho Tutelar pra que tome as providências cabíveis, chamar a responsabilidades desses pais, que geralmente são chamados, são acompanhados. Porque a nossa função não é só punir, não é identificar e querer punir, a função primordial é tentar orientar, tentar identificar com essa família o que é que está acontecendo [...]os limites é que não depende só do profissional, depende daquele sujeito, daquela família, em tentar mudar a sua estrutura, em tentar mudar a sua situação. E quando envolve certos programas, você precisa encaminhar pra alguns programas assistenciais, alguns programas do serviço social, então nem sempre depende

dos profissionais, os profissional às vezes depende de encaminhar pra programas e às vezes esses programas não existem, que são as políticas públicas, os programas de políticas públicas pra tentar criar uma rede de proteção pra que a gente possa encaminhar essa criança pra um atendimento adequado, esse adolescente a alguns programas esportivos, alguns programas que possam dar um subsídio pra aquela família. Então acho que a limitação do profissional da psicologia é depender de políticas públicas, as vezes do poder executivo, da boa vontade política de que esses projetos possam acontecer e possam contemplar as crianças que são vítimas de agressão [...] A família, as vezes a gente identifica uma determinada situação, mas às vezes a família não tem interesse em mudar, daí o nosso trabalho fica realmente muito limitado, porque a família não quer mudar aquele contexto, não quer mudar aquela situação, daí a gente fica limitado. Por exemplo, uma criança e um adolescente que é incentivada a mendigar, que é muito comum, muitas vezes a família coloca essa situação pra criança. Uma criança, um adolescente que é incentivada a pratica de prostituição, então às vezes a família coloca essa imposição pra criança e pro adolescente. Então, depende muito de uma ação da família, então a gente pensa, entendo eu, que os programas que restabelecem a estrutura familiar, são os projetos que nesse campo da Psicologia Social, são os que mais têm êxito” (Psicólogo E).

Estas constatações dos psicólogos clínicos estão relacionadas à sua prática individualizante que desloca os sujeitos da totalidade do fenômeno e acaba por demandar ao paciente uma postura de busca psicoterápica para que seja possível uma intervenção.

Outra limitação pautada pelos psicólogos clínicos é a dependência de políticas públicas para garantir uma possível intervenção psicológica:

“Então nós temos que ter na verdade os programas, porque se não o nosso trabalho, o psicólogo clínico, porque eu sou psicólogo clínico, a gente fica muito limitado ao ambulatório, você recebe a queixa, recebe uma situação e às vezes não sabe como fazer uma intervenção” (Psicólogo E).

Estas limitações apontadas pelos profissionais psicólogos não são resultado imediato da prática clínica, que tem grande potencial em contribuir no processo de superação do sofrimento e trauma gerado pela situação de violência sexual. Porém, quando estas práticas não estão fundamentadas na relação dialética entre objetividade e subjetividade, é possível que o profissional psicólogo se veja em uma situação limitada em sua atuação, entendendo que o fracasso ou dificuldade de seu trabalho é fruto da impossibilidade, vontade e desejo do paciente em responder aquele tratamento/ intervenção. A leitura da Psicologia Histórico-Cultural pode contribuir para o avanço deste impasse da Psicologia, na medida em que busca apropriar-se dos conhecimentos acumulados ao longo da história desta ciência, com o intuito de superar as limitações através do método materialista histórico e dialético. Entendemos que nesta perspectiva o psicólogo pode contribuir para o trabalho de superação do sofrimento e trauma imediato do sujeito, bem como com a possibilidade real de enfrentamento da problemática da violência sexual infantil, por parte da família, do autor da agressão, bem como da criança ou adolescente, através da instrumentalização psicológica de um processo de enfrentamento do sofrimento e desafios postos no ato da violência sexual, com a busca de tornar consciente a totalidade material das relações que determinam este fenômeno. O processo de tornar conscientes aos pacientes as relações sociais de produção da vida humana nesta sociedade e como estas influem no ato da violência sexual infantil, não os torna imediatamente livres desta problemática ou não alienados, pois ainda são seres sociais datados neste tempo, mas há aí possibilidade de uma reequipação da consciência para lidar com os sofrimentos imediatos gerados no fato da violência sexual infantil, uma vez que se torna possível um distanciamento da condição do sofrimento, para dar lugar à reflexão sobre este. Vale dizer que a superação do processo no plano individual não se dá no nível da consciência, mas na possibilidade de que a elevação desta torne possível o enfrentamento da realidade concreta e, neste processo, o entendimento de que a verdadeira superação da problemática está para além do indivíduo, ou seja, só pode ocorrer no processo histórico e revolucionário de superação das forças materiais de produção capitalistas, o que só é possível no campo da coletividade, no âmbito social.

Para que a Psicologia supere as limitações de uma prática individualizante é indispensável o conhecimento das leis gerais de produção da vida, que constitui o psiquismo humano, conhecimento este que torna possível agir sobre a realidade concreta que influi no ato da violência sexual contra a criança e o adolescente. O psicólogo precisa compreender a totalidade dos fenômenos, as contradições existentes neste, para movimentar de forma qualitativa enfrentamentos dos sujeitos. A prática psicológica deve se valer de metodologias que vão contra a naturalização, culpabilização e individualismo, práticas estas que pouco contribuem pelo caráter individualizante que as fundamentam.

O desafio da Psicologia Histórico-Cultural é instrumentalizar o processo de elevação do nível da consciência dos sujeitos e para tanto, Vigotski (2004) defende uma Psicologia geral, uma “teoria do marxismo psicológico ou dialética da psicologia” (VIGOTSKI, 2004, p. 393). O método marxista do materialismo histórico e dialético deve servir como um “fio condutor seguro para resolver os problemas epistemológicos da psicologia, porque define o sentido e as finalidades para o estudo” (TANAMACHI, 2007, p. 64). Acerca do avanço da Psicologia como ciência geral, que possibilita aos “indivíduos humanos tomarem em suas mãos o próprio desenvolvimento psíquico – instrumento essencial para o processo geral da emancipação humana, como parte organiza deste processo” (TANAMACHI, 2007, p65), Vigotski (2004) nos orienta que:

[...] a única aplicação legítima do marxismo em psicologia seria a criação de uma psicologia geral cujos conceitos se formulem em dependência direta da dialética geral, porque essa psicologia nada seria além da dialética da psicologia (VIGOTSKI, 2004, p. 392).

O autor aponta que a Psicologia como ciência geral, de base materialista histórica e dialética, necessita desvendar a “essência do grupo de fenômenos correspondentes, as leis sobre suas variações, suas características quantitativas e qualitativas, sua causalidade” (VIGOTSKI, 2004, p. 393) com o intuito de criar suas próprias categorias e conceitos, criar, nas palavras do autor, o seu próprio *O Capital*.

As limitações da Psicologia, bem como suas contribuições, devem ser entendidas de maneira intrínseca ao curso da sociedade capitalista, pois nossa

formação como psicólogos pode ser, no plano das idéias, crítica, mas nossa prática deve ser direcionada, na mais peculiar contribuição da Psicologia sobre os aspectos da natureza humana, ao enfrentamento da condição de exploração material do homem pelo próprio homem, que torna o desenvolvimento da humanidade limitado por suas contradições inerentes à sociedade capitalista.

Na fala posta pelos entrevistados encontramos elementos de preocupação com a atenção à família e, mais especificamente, a promoção desta instituição:

“Eu acho, e sempre bato nessa tecla, que são programas de promoção familiar, quanto mais programas de promoção familiar, não é ir dando, programas de conscientização, de intervenção, trabalhar junto com aquela família, eu acredito que essa família vai estar bem mais instrumentalizada, até mais bem estruturada, até mesmo como saber agir com seu filho, como saber agir com sua filha, como saber agir com aquela criança, como saber agir com aquele adolescente. Então eu acredito que quanto mais o profissional da psicologia estiver próximo dessas realidades, mais facilmente, junto com órgãos competentes, o profissional da psicologia pode estar debatendo e discutindo, porque ninguém melhor do que o psicólogo pra conhecer essa matéria do comportamento humano, sobre a estrutura emocional e psicológica daquele sujeito e tentar identificar quais as necessidades dele. Eu acredito que quanto mais profissionais da área da psicologia intervindo em programas de ordem sociais, eu acredito que ganha a família, ganha os programas, e o profissional da psicologia fazendo o seu trabalho que é tentar promover as relações humanas, tentar prevenir aquele tipo de conflito” (Psicólogo E).

A partir dos estudos que realizamos no segundo capítulo, pudemos compreender que a instituição familiar mostra-se incapaz de garantir a almejada “harmonia” das relações humanas. E vimos também que a violência sexual infantil no seio familiar vem a mostrar nesta as contradições da própria sociedade capitalista. Pois a família é uma instituição formada pelas relações sociais de seu tempo e serve como um instrumento de mediação das relações capitalistas no âmbito mais privado possível de reprodução e produção da vida. Então, seria mesmo suficiente a busca pela promoção da família? Entendemos

que esta busca mostra-se pertinente se através das políticas públicas possibilitam ao o profissional psicólogo utilizar-se desses mecanismos como forma de instrumentalizar o processo de elevação da consciência desses sujeitos ao nível da totalidade das relações humanas, diferenciando-se de práticas individualizantes e culpabilizantes, que pouco conseguem avançar nas práticas de enfrentamento.

Na fala acerca da promoção da família é possível perceber um papel educativo do psicólogo no contexto familiar, no intuito de fazer com que os pais aprendam a cuidar de seus filhos e filhas, a como lidar com as questões familiares, etc:

“A pessoa que cuida da criança tem que saber como cuidar, que não é só cuidar, que essa criança precisa de educação, de carinho, precisa das necessidades básicas dela sejam cumpridas, principalmente o respeito, por que se eu não respeito a criança, essa criança que sucesso ela vai ter? Se eu não escuto essa criança, não dou ouvido pra ela, não me aproximo dela, não tento escutar a necessidade dessa criança e desse adolescente, muitas vezes essa criança e esse adolescente vai pra rua, as vezes como uma válvula de escape, não é que a criança e o adolescente quer encontrar a felicidade na rua, é que ela não ta encontrando dentro de casa! O pai e a mãe não se conversam, se discutem, se desentendem, o pai chega bêbado, então é uma serie de problemáticas que acontecem dentro de casa que leva a c a procurar isso na rua, então a hora que a gente vê a criança ta na rua tentando encontrar a sua liberdade, a sua felicidade ou alguém ate que ampare, escute, brinque com ela, ouça ela. Então as vezes a criança não vai pra rua porque quer, ela vai porque não tem uma outra alternativa, ela vai como uma situação de escape, ela procura a rua, vai pra rua porque ela ta sofrendo uma serie de problemas dentro de casa, e acaba indo pra rua como uma consequência de estar sendo mal cuidada dentro da sua própria casa” (Psicólogo E).

Neste contexto, devemos entender que o papel educativo que o psicólogo pode assumir deve ser emancipador, através da discussão das problemáticas relacionando-as às questões desta época, buscando não naturalizar as relações interpessoais, nem culpabilizar a família e/ou os

sujeitos, para que não haja apenas uma transposição ideológica das relações afetivas familiares. Mas, emancipador no sentido limitado de nossa sociedade, de ampliar o entendimento dos indivíduos acerca do papel da família e da criança na sociedade capitalista e as contradições presentes neste papel, que são colocadas à família de maneira não consciente, pois, no campo da constituição da ideologia dominante, são dadas a priori – não temos direção consciente de nossa produção afetivo familiar por não termos a direção do processo de produção e reprodução de nossas vidas – de maneira alienada, no processo da formação dos indivíduos na sociedade capitalista.

A visão para além da aparência imediata das questões que norteiam o ato da violência sexual contra a criança e o adolescente na família é colocada, mesmo que de maneira genérica, na fala de um dos entrevistados.

“Um município muito carente, obviamente que isso envolve problemas sociais gravíssimos, de moradia e tantos outros problemas de desemprego e assim sucessivamente, que a gente pensa que está interligado, mas acabam contribuindo com a violência contra a criança e o adolescente. Então eu acredito que quanto mais iniciativas dos poderes executivos de criar políticas públicas, que possam montar programas, que possam se aproximar da criança e do adolescente e da família, mais sucesso terá a criança e o adolescente, porque estarão mais amparados. Então eu acredito que os programas de políticas públicas são os que possam prevenir, porque não adianta eu só tratar a vítima eu tenho que tentar evitar que essa vítima seja alvo dessas agressões, e pra que isso aconteça eu tenho que trabalhar com esse adulto, com esse pai, com essa mãe, com esse responsável e assim sucessivamente” (Psicólogo E).

Mostra o entendimento de que políticas sociais básicas são fundamentais no processo de enfrentamento da questão da violência sexual contra a criança e o adolescente. Em nossa perspectiva, entendemos que é importante aos psicólogos envolvidos com esta problemática a compreensão de que toda política social estará limitada e condicionada à lógica do capital, pois cumprirá o papel de regularização da exploração capitalista. Um real avanço da humanidade, no sentido de superação da sociedade capitalista para o socialismo, não pode ser medido com as reformas que estas conseguem pelo

Estado, que é, pois, um Estado de classes, um representante da sociedade capitalista, mas pelo embate direto na busca pelo controle produtivo (LUXEMBURGO, 1999). Muitas vezes, os psicólogos inseridos no campo das políticas públicas que se defrontam com a violência sexual infantil, engajados em seu papel de “viabilizador de direitos” contribuem para a luta por uma dada reforma porque a classe trabalhadora necessita de condições sociais básicas para sobreviver e enfrentar o sofrimento, inclusive para lutar contra o capital. É possível afirmar que quanto mais irrealizável, no campo da materialidade, for determinada reforma, maior nossas energias devem ser investidas nesta, pois neste processo acumulamos elementos de relação dos problemas na totalidade e temos, como psicólogos, maiores chances de explicitar para as massas atendidas nos serviços de assistência pública as contradições da sociedade capitalista que impossibilitam a efetivação real de dada reforma, muitas vezes tão necessária ao enfrentamento de dada questão, no caso aqui tratado, da própria violência sexual contra crianças e adolescentes. Porém a luta não deve encerrar neste processo, pois se o Estado consegue suportar a realização de algumas políticas sociais, isto deve servir como um meio de mascarar a raiz do problema. Desta forma, o papel do psicólogo, no jogo das forças entre capital e trabalho, deve possibilitar a reequipação das funções psicológicas através da elevação do nível da consciência dos sujeitos e o enfrentamento da realidade.

No discurso apreendido em entrevista, vemos a noção de que a prevenção se dá no âmbito das políticas sociais voltadas a promoção da família e que esta forma de intervenção justifica-se na tentativa de evitar aquilo que o incesto explicitou e que, não havendo controle do processo psíquico, torna-se um fato traumático que deve dar continuidade à realização da barbárie nas relações humanas da sociedade capitalista.

“Então, eu tenho que intervir com programas de ordem de promoção familiar, quanto mais eu trabalhar com esse pai, com essa mãe, com esse avô, esse tio, esse responsável, mais bem instrumentalizada vai estar essa família pra saber o quanto essa criança e esse adolescente é especial pra se tornar um adulto saudável. Por que na Psicologia a gente já percebe que a base nossa é a fase infantil, então se ali houver muitos traumas, muitos conflitos, muitos agravos nessa fase... por que a criança é pra brincar, brincar, estudar,

ela tem um direcionamento saudável pra se desenvolver, se essa fases forem podadas, forem negligenciada, com certeza essa criança vai se tornar um adolescente traumático, problemático que com certeza tem tudo pra se tornar um adulto violento, agressivo e com diversos problemas, problemas de alcoolismo, drogadição e assim sucessivamente” (Psicólogo E).

Podemos verificar na fala do entrevistado o entendimento de que há um desenvolvimento saudável da criança, que pode ser rompido com os conflitos familiares e as violações de seus direitos. Também verificamos que há uma noção de que o processo educativo de que a família precisa é de tomar “consciência” de que a criança é “*especial pra se tornar um adulto saudável*” (sic). Mas se a Psicologia não contribuir para o entendimento de que a noção de adulto “saudável e feliz” é algo que faz parte de um constructo da ideologia dominante da sociedade capitalista, ela contribuirá, também, com o intento de depositar na infância a esperança idealizada de uma felicidade impossível na materialidade desta sociedade.

Quanto ao desenvolvimento do psiquismo da criança, Leontièv (2006) contribui com o entendimento de como o próprio desenvolvimento psicológico da criança deve ser compreendido a partir do caráter psicológico da personalidade em qualquer estágio de desenvolvimento humano – determinados pelos processos reais de vida – e que a família assume um papel de mediadora das relações da criança com os demais indivíduos da sociedade, formando esta como um sujeito da ordem social de nossa sociedade – capitalista. É importante lembrar, que a transformação desta relação da família na formação da criança não é um processo que pode ser, imediatamente, consciente e dirigido, pois não pode ser resolvido no plano individual e no plano da idéia. É possível, com a consciência da totalidade das relações, haver uma postura crítica, que consegue visualizar as contradições presentes nas relações afetivo-familiares e até mesmo resolver diversos conflitos no campo privado, porém a transformação destas relações, entendidas como sociais e determinantes, só é possível no campo da materialidade, numa revolução social.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi possível conhecer aspectos relevantes acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes na atualidade. Foi destacado que este tipo de violência no campo da infância e juventude é entendido pelos diversos setores da sociedade como um problema de saúde pública, ganhando notoriedade nos casos de morbidade por agravos e violência no país. Também foi possível esclarecer, tanto a partir dos estudos bibliográficos, como na própria fala dos psicólogos entrevistados, que esta problemática se insere no campo da violência doméstica, no seio das relações familiares, configurando-se como *incesto*.

Num primeiro momento nos deparamos com o entendimento de que este fenômeno ocorre na dimensão interpessoal, em todas as classes sociais, embora, majoritariamente, os serviços que atendem os casos de violência sexual, como modelo assistencial e compensatório, sejam voltados à classe explorada pelo capital - trabalhadora. Com este apontamento buscamos a explicação do cerne das relações interpessoais da sociedade capitalista, entendendo que

[...] um indivíduo só existe como um ser social – como um membro de algum grupo social, em cujo contexto ele segue o percurso do desenvolvimento histórico –, a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento acaba por se constituir em uma variável [*‘quantum’*] dependente da evolução social, cujos principais aspectos são determinados pela última (VIGOTSKI, s/d, p. 2).

A partir da premissa metodológica materialista histórica e dialética, buscou-se compreender as relações entre indivíduos na sociedade capitalista na apreensão da base estrutural econômica, ou seja, como o homem produz e reproduz sua existência e sob que condições ele o faz neste tempo. Neste estudo foi imprescindível o esforço de historicizar, a partir da materialidade das relações sociais de produção, a infância e juventude, bem como a família – instituição social que garante a sua existência e formação, pois são as primeiras relações reais que possibilitam a constituição da criança como ser

social, uma vez que também é a família a mediadora das relações sociais produzidas na sociedade.

Com este estudo, foi possível constatar que a diferenciação entre infância e adultidade é um advento da modernidade, criado no processo revolucionário da passagem da sociedade feudalista à capitalista. Tanto a família quanto a própria infância, mostra-se como um lugar ideologizado e insustentável, devido à natureza das relações interpessoais da sociedade capitalista, que se caracterizam por um individualismo exacerbado, gerado pela concorrência entre os indivíduos, criada no processo de trabalho alienado da sociedade capitalista. Neste processo a família se torna apenas um campo privado em que se culmina a expressão bárbara das leis gerais das relações sociais na sociedade capitalista. O que torna o incesto um sintoma, que vêm a explicitar a degradação da humanidade, dentro do núcleo familiar.

Através do estudo das relações interpessoais que se desenvolvem nesta sociedade, na premissa da determinação, em última instância, de base econômica destas, podemos compreender que são formas de relações genéricas, em que o processo da exploração do homem pelo próprio homem atravessa todas as classes sociais:

[...] não só os trabalhadores, mas também as classes que os exploram – direta ou indiretamente – são escravizadas pelos instrumentos de suas atividades, como resultado da divisão de trabalho: os burgueses, amesquinados pelo capital e pela ganância de lucros; o advogado pelas idéias jurídicas ossificadas que o governam como se fossem uma força independente; as classes educadas, em geral, por suas limitações locais, particulares e unilaterais, suas deformidades físicas e miopia espiritual (VIGOTSKI, s/d, p. 4).

A violência sexual contra crianças e adolescentes na atualidade se expressa na crise da infância e da família e possibilidade de enfrentamento dessa problemática pela família, autor da agressão e criança e adolescente se dá através da tomada de consciência da totalidade das relações que constituem essa forma de violência. E essa consciência deve ser instrumentalizada pelo profissional psicólogo, que deve contribuir para a apreensão por parte dos sujeitos do que é a família nesta sociedade, de como as relações de violência são expressão da lei geral das relações humanas da

sociedade capitalista, que gera “uma degradação mais profunda da personalidade humana e de seu potencial de crescimento omnilateral” (VIGOTSKI, s/d, p. 6). Com a elevação do nível de consciência dos sujeitos, para além das relações imediatas com o fenômeno da violência sexual contra a criança e o adolescente e o sofrimento e desafios que este fato coloca aos sujeitos envolvidos, contribui com a possibilidade real de enfrentamento da realidade, entendendo que a questão não se trata de um fato individual que deve pesar sobre a família e a vítima, mas um *fato geral* e histórico que pode ser enfrentado no campo da materialidade. Isso se torna possível quando os sujeitos, com o auxílio dos psicólogos e demais profissionais que entendem o indivíduo como expressão do gênero humano tem a possibilidade de tomar consciência de que

[...] a fonte da degradação da personalidade das pessoas, na forma capitalista de produção, também contém, em-si mesma, o potencial para um infinito crescimento da personalidade humana (VIGOTSKI, s/d, p. 8).

Portanto, a Psicologia não deve contribuir apenas com as reformas das políticas sociais do Estado que visam a promoção da família como ação preventiva no campo da violência sexual contra crianças e adolescentes. Pois este fenômeno vem justamente escancarar, de maneira sintomática, a contradição insuportável das relações humanas produzidas em nossa sociedade. A promoção da instituição familiar é um trabalho infértil, que deve ser entendido como uma necessidade apenas imediata, mas que não se encerra neste fim.

Como pudemos estudar no capítulo primeiro, que trata das práticas do psicólogo no campo da infância e juventude como práticas historicamente burguesas, que vieram a contribuir com a manutenção das relações de ordem capitalista, a psicologia necessita mais do que nunca superar a dicotomia entre a objetividade e a subjetividade para contribuir com o enfrentamento real das problemáticas que é demandada. A função de amenizar conflitos existentes no campo da individualidade é algo bastante limitado em relação á contribuição real da Psicologia na promoção da consciência humana. Do contrário estaremos contribuindo, não para a real libertação e transformação humana,

mas sim para o que o filósofo e economista político estadunidense Francis Fukuyama (1989) coloca como o *fim da história*, momento em que as transformações da sociedade deixam de ocorrer. Para o autor, o fim da história triunfa com a ascensão do liberalismo econômico da sociedade capitalista e a igualdade de todos perante a lei. O autor entende que a “derrota” do socialismo na China e na União Soviética demonstrou o verdadeiro fracasso da história e, neste sentido, lança a questão de que se houver a morte dos desafios fascistas e comunistas ao liberalismo, restaria algum competidor ideológico que representaria “quaisquer contradições insolúveis na sociedade liberal, além daquela de classe?” (FUKUYAMA, 1989, p. 14). Com o argumento contruído na defesa de que a luta entre dois sistemas opostos não seria mais uma “tendência” atual, o autor propaga a idéia de que um conflito que envolva Estados ainda “presos ao domínio da História” serão elementos em extinção na pós-história triunfante da sociedade capitalista.

A luta pelo reconhecimento, a disposição de se arriscar a própria vida por uma meta puramente abstrata, a luta ideológica mundial que demandava ousadia, coragem, imaginação e idealismo será trocada por cálculo econômico, pela resolução sem fim de problemas técnicos, pelas preocupações ambientais e pela satisfação de sofisticadas demandas de consumo. No período pós-histórico não haverá nem arte nem filosofia, apenas a perpétua conservação do museu da História humana. Eu mesmo sinto, e posso ver nos outros ao meu redor, uma profunda nostalgia pela época em que a História existia. Tal nostalgia, de fato, continuará a alimentar o conflito a competição durante algum tempo, até mesmo no mundo pós-histórico (FUKUYAMA, 1989, p. 19).

Portanto, a partir de Fukuyama (1989), o fim da história desvia a possibilidade da transformação real da sociedade capitalista a uma outra – capaz de conseguir as condições materiais para o desenvolvimento pleno da humanidade – através da luta, não mais pelo socialismo, mas pela democracia, pelas reformas de Estado, pela manutenção da exploração do homem pelo próprio homem.

[...] no fim da História não é necessário que todas as sociedades se tornem sociedades liberais bem-sucedidas, apenas que elas abandonem suas pretensões ideológicas de representar formas diferentes e superiores da sociedade humana (FUKUYAMA, 1989, p. 13).

A partir dos estudos de Vigostki e seus colaboradores, no contexto revolucionário da União Soviética, houve a possibilidade material da ciência psicológica desenvolver-se para além das determinações ideológicas da burguesia capitalista, mas sim como uma Psicologia verdadeiramente científica, capaz de contribuir com os encontros da sociedade capitalista, com a finalidade de possibilitar a elevação da consciência dos sujeitos sobre sua causalidade psíquica e suas limitações e possibilidades diante da realidade que vivemos; e fundamentalmente, pode contribuir com o desenvolvimento do ser humano de uma nova sociedade, como um novo homem capaz de ter o desenvolvimento de seu psiquismo em suas mãos.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; ALMEIDA, Daniela Rodrigues; DÓRIA, Luciana Chacon, GUEDES, Priscylla Cavalcanti; SOUSA, Tâmara Ramalho; FRANÇA, Wilker Luiz. O Papel do Psicólogo e das Entidades Junto a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. **Psicologia ciência e Profissão**. 2008.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2001.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, vol. 7, n. 2, p. 3 – 11, jul./dez. 2002.

ARIÈS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia. Um cenário em (dês)construção . IN: UNICEF. (Org.). **Direitos negados**: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil. Brasília: UNICEF, 2005.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; Guerra, Viviane N. de A. (Org). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

BARROCO, Sonia Maria Shima. A família fetichizada na ideologia educacional da sociedade capitalista em crise. IN: **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Autores Associados: Campinas, 2004.

_____. **Psicologia educacional e a arte: uma leitura histórico cultural da figura humana**. Maringá: Eduem, 2007.

BOARINI, Maria Lúcia e BORGES, Roselânia Francisconi. **Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise**. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 1998, vol.3, n.1, pp. 83-108. ISSN 1413-294X.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas

Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. Decreto 99.710 de 21 de Novembro de 1990

COHEN, Cláudio. O incesto. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira - Uma Equação Possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Ebenézer, Pereira. Estado e políticas públicas no capitalismo contemporâneo. IN: Anais dos IV Encontro Nacional de Economia Política. Porto Alegre: 1999.

CRUZ, Lilian; HILLESHEIM, Betina; GUARESHI, Neuza Maria de Fátima. Infância e Políticas Públicas; um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**. 17 (3), 42-49; set-dez: 2005.

CURITIBA (PR). Secretaria Municipal da Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Instituto Municipal de Administração Pública; Fundação de Ação Social. **Protocolo da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência**. Curitiba/PR, 2008.

ENGELS, Friederich. (2002). **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: centauro, 2002.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? IN: **The National Interest**. Washington: 1989. (tradução SPACK, Felipe Rigon. Inédito). Disponível em: <<http://www.wesjones.com/eoh.htm#source>> Acesso em 17 de novembro de 2009.

GUERRA, Viviane de A. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

GONÇALVES, Hebe S; FERREIRA, Ana Lucia. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. **Caderno de Saúde Pública**. Vol. 18, n. 1, p. 315 – 319, 2002.

HABIGZANG, Luísa F; KOLLER, H. Silva; AZEVEDO, A. Gabriela; MACHADO, X. Paula. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol.19, n. 3, p. 379 – 386, 2006.

_____. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.21, n. 3, p. 341 – 348, set./dez. 2005.

Klein, Ligia Regina. **O embate pelas leis fabris do século XIX e a definição das idades do trabalho: um estudo sobre a constituição das noções de infância e adolescência**. Curitiba: UFPR, 2009 (monografia não publicada).

_____. **Fundamentos para uma proposta pedagógica para o município de Campo Largo**. Curitiba: UFPR, 2008.

LACRI. **Ponta do iceberg**. 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>> Acesso em 22 de abril de 2009.

LEONTÉV, Alexis N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psiqué infantil. IN: VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTÉV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MATA, Vilson A. Apostila de Seminários de monografia: CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá – Curso Educação Física, 2006.

MARTINS, Lígia Márcia. **A natureza Histórico-social da Personalidade**. Cad.Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 82-99, abril 2004 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (coleção Os Economistas).

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

_____; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAY, TIM. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência contra criança e adolescente**: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília/DF, 1997.

_____. **Impacto da violência na saúde de crianças e adolescentes**. Brasília/DF, 2008.

_____. Portaria nº 936/2004.

_____. Portaria nº 687/2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas>>. Acesso em 17/11/2009.

NASCIMENTO, Alexandre do; SILVA, Andrea F; ALGEBAILLE, Maria E. Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais. In NEVES, Lúcia (org). **O empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Coletivo de Estudos sobre Política Educacional e Ed. Xamã, 2002.

PEREIRA, Rosemary Ferreira de Souza. **Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente: do alternativo ao alternativo**. São Paulo, 1998 (Dissertação de Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo não publicada)

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo; Cortez, 1985.

POSTER, Mark. Modelos de Estrutura da Família. IN: **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Introdução: A síndrome do pequeno poder. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Org). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.

SANTOS, Hélio de O. **Crianças violadas**. Brasília: CIBIA, 1991.

SILVA, Graziela Lucchesi Rosa. **Literatura, psicologia e Educação: reflexões históricas sobre situações familiares**. Tese de mestrado não publicada. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

TANAMACHI, Elenita de Rício. A Psicologia no contexto do materialismo histórico dialético: elementos para compreender a Psicologia Histórico-Cultural. IN: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org.) **Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

TULESKI, Silvana Calvo. Reflexões sobre a gênese da Psicologia científica. IN: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Autores Associados: Campinas, 2004.

UNICEF. A convenção sobre os Direitos da Criança.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. O Significado Histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica. IN: **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A transformação socialista do homem**. (s/d). Disponível em: <www.pstu.org.br>. Acesso em 13/07/2009.

ANEXO

Entrevista com Psicólogo A

1. Quais as práticas e procedimentos realizados pelo Psicólogo nesta instituição?

Psicólogo A - Então, até aqui a gente tá um pouco assim com algumas discussões pra rever algumas coisas porque, a primeira proposta, é que estão sendo encaminhados casos do Conselho Tutelar, e de outros lugares também, com várias temáticas, uma delas é a do abuso sexual de crianças e adolescentes e o nosso trabalho, assim, pelo o que eu sabia, era mais fazer esse acompanhamento na questão e não tanto assim ter uma função de fazer um trabalho de um perito que avaliaria se aconteceu ou não abuso, mas assim, dar um suporte psicológico mesmo, tanto pra criança, pra família e também pro possível abusador. Dar um suporte psicológico porque ate uma das coisas que eu andei estudando muitos abusadores e ate alguns casos que a gente pode ver já sofreram violência sexual na infância ou alguma outra violência, então as vezes o abusador também tem demanda psicológica pra ser acompanhada e alem disso muitas mães de crianças que foram abusadas também foram abusadas na sua infância e acaba até sendo um fator que a gente não sabe bem porque, ou ela acaba escolhendo um parceiro que tem um perfil de um possível abusador ou de maneira inconsciente mesmo, acaba sendo que repete na criança. Então a gente acha bem importante o acompanhamento da família como um todo, mas assim, ao meu ver a gente não tinha essa função de dar o relatório se houve ou não abuso, mas ultimamente ta vindo um pouco de cobrança em alguns casos assim, e eu, por exemplo, eu não me coloco nessa posição de ser a pessoa que faz avaliação porque meu trabalho não é de avaliação. Até acho que a gente vai procurar um profissional que seja perito alguma coisa, porque eu por exemplo não gosto desse trabalho até porque eu não me acho capacitada mesmo, não tenho nenhuma formação pra fazer uma avaliação se a criança sofreu ou não o abuso.

ENTREVISTADOR – Da onde que vem essa demanda?

Psicólogo A - A instituição mesmo, a presidente em algum outro caso falou ai, você tinha que fazer a avaliação! Daí eu falei, o meu trabalho é

acompanhamento psicológico dessa criança, não... Tanto que tem um caso particular que tá sendo atendido pelo NUCRIA. Eu acho que o NUCRIA que ta fazendo essa avaliação, que é mais curta, é poucas sessões, mas o NUCRIA que ta cumprindo isso que seria identificar se a criança foi ou não e eu vejo o meu trabalho não como sendo isso, mas como apoio psicológico mesmo, não me importando se a criança sofreu ou não abuso, mas se tem essa demanda que a gente fala muitas vezes da fantasia da criança em alguns casos que a gente chega e não houve mesmo um abuso assim que é mais uma questão de fantasia da criança alguma coisa, mas eu acho que se a criança ta trazendo esse conteúdo ela tem outras coisas a serem trabalhadas. Então eu não foco tanto só na temática do abuso, eu trabalho o que a criança traz então isso que eu falo que é um conflito que tá tendo assim na instituição.

ENTREVISTADOR – Mas é uma demanda daqui mesmo, eles que pediram pra vocês fazerem esse trabalho, por que será que eles pedem será que tem alguma demanda de fora também, ou não?

Psicólogo A - É isso que não tá muito claro, que eu acho que nas próximas reuniões a gente vai discutir esse ponto, porque eles tão trazendo essa demanda da gente fazer uma avaliação, mas eu acho que a gente ainda não tem uma estrutura, quer dizer, até tem, tem assistente social, o jurídico, mas eu, os outros psicólogos, eu não... Você vai conversar com a outra psicóloga qual é a postura dela, mas eu não me coloco nessa postura de avaliar assim, eu acho que meu trabalho é outro tanto assim quando vem me pedir isso, eu falo assim, eu não vou fazer uma avaliação, posso dar o meu parecer sobre o que eu acho do caso, mas eu não vou dar uma avaliação psicológica da criança assim, que nem nesse caso eu vou dar o meu parecer pra psicóloga do NUCRIA pra ela dar a opinião dela, mas o meu trabalho é outro, é dar acompanhamento psicológico.

2. Em que você se fundamenta e se respalda para atuar neste contexto?

Psicólogo A - A minha formação assim que, as minhas leituras, grupos de estudo, curso que eu faço é em psicanálise então tinha uma professora na faculdade que dava bastante capacitação, supervisão, ate pra uma psicóloga do NUCRIA, pra varias coisas relacionadas a essa temática então ela sempre me orientava dos textos, mas agora ela ta fora do país, então as vezes quando eu preciso, eu peço alguma coisa pra ela ou peço pro meu supervisor assim,

eu tenho supervisor também de clinica, mas é mais orientação clinica, com relação ao caso clinico, quanto a temática na violência sexual do abuso sexual era um pouco do que essa professora me passava que daí eram textos de psicanálise mesmo.

ENTREVISTADOR - Tem algum tipo de documento, legislação, alguma coisa que você também acaba entrando em contato?

Então, até isso que foi que eu trouxe porque pediram pra mim escrever alguma coisa sobre trabalho psicológico porque é um caso de Londrina, na verdade, mas pediram pra eu escrever, daí eu fui atrás e descobri várias coisas da legislação e daí até a presidente da intuição, eu fui meio que fazer um pedido pra ela e falei nossa eu percebi o quanto que eu tava desatualizada da parte legal e eu acho que é importante pra todos os profissionais daqui porque eu também percebi que eu acho que muita gente não... Daí ela falou ah tá lá em cima na biblioteca, tem tudo lá é só alguém ter motivação de ir lá buscar, só que é difícil alguém ir lá buscar, ao que eu falei que além de falar pras pessoas irem buscar por si mesmas, é a gente fazer um momento pra discutir [...] na verdade eu nem sei que material que tem aí, mas assim, eu fui pesquisando pela internet mesmo assim as coisas que eu achei por conta, que daí que eu vi nossa tem varias coisas que eu não sabia [...] eu me lembro de várias coisas das questões legais, de pedofilia, abuso, que não tem no código penal e então é enquadrado como ato violento ao pudor. Então eu vi que várias coisas legais que eu não sabia, como que a temática é encarada assim sabe, porque na verdade essas coisas legais quando vem alguma coisa fica mais com o advogado, até às vezes tem algum diálogo, mas eu vi que o diálogo não tava sendo tão amplo, porque eu não sabia de muita coisa sabe, porque vem pra mim atender no psicológico e daí acaba ficando ali, você ate sabe que tá a ação lá com o advogado e tudo, mas o dialogo não esta sendo tão extenso assim sabe, só que agora assim, eu até chamei um pouco a atenção e a gente vai tentar na próxima reunião discutir um pouco isso.

Eu acho que tem vários campos de atuação, como eu disse tem lá a psicóloga perita, o psicólogo perito que faz mais essa avaliação psicológica da criança pra ajudar no processo, eu acho que é um campo muito importante, o campo que eu me posiciono, que eu falei, eu não me posiciono nesse campo eu acho que o meu trabalho é mais assim clinico, de um acompanhamento da criança,

do adolescente, da família. Eu ainda não atendi um abusador, mas se precisar também atenderia, porque eu acho que eu tenho essa visão de que todas as pessoas envolvidas assim, quem acha que ta precisando, tem disponibilidade assim de vir ter essa escuta, então eu acho bem importante esse trabalho de acompanhamento e terapêutico mesmo de psicologia clinica. Mas eu acho também que tem bastante espaço pra uma psicologia social, é que eu não conheço muita gente fazendo isso, que seria mais, não sei, eu não sei nem que campo, mas eu acho assim que fazer um pouco a intermediação assim das questões tanto de conversar com a família não assim na clinica, mas fazer um acompanhamento assim com a família com as pessoas envolvidas, ouvir varias pessoas, quem sabe estar mais assim ligado com alguma parte mais das políticas que tão, das questões legais que tão, mais de gestão mesmo, e isso eu não sei se acontece, mas eu acho que também seria outra área que poderia o psicólogo estar inserido ali, como tem psicólogos inseridos em políticas de saúde, de gestão de projetos ele poderia se inserir em algumas outras questões assim também da temática da violência sexual, fazer esse intercambio, esse dialogo mesmo assim, sabe?

3. Qual o papel do Psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo A - Eu percebo assim, que é um tema muito tabu apesar assim, ate por pesquisas que eu li, é uma coisa muito mais comum do que a gente imagina, de pesquisas que falam que cerca de 30% das mulheres já sofreram abusos, só que é muito poucas que vai buscar algum atendimento, vai buscar, vai atrás de alguma questão jurídica lá, então é uma questão muito mais próxima do que a gente imagina e ainda é muito tabu, isso que eu percebo assim, então até eu acho assim uma preparação dos profissionais tanto de psicologia como de outras áreas que vão lidar com isso de ter mais conhecimento do assunto e lidar de uma forma assim, que a sexualidade ainda é muito tabu ainda na nossa sociedade, e conseguir entender todo o contexto daquela família, sem estigmatizar uma pessoa ou outra, saber ouvir todas as pessoas e não colocar os seus valores morais, não colocar a sua historia pessoal, saber encarar aquilo com profissionalismo e sem preconceitos e sem muitas questões morais, religiosas, ouvir cada pessoa e entender a historia de cada família e saber como ajudar ela, porque tanto um caso pode assim a

criança ficar extremamente traumatizada trazer várias seqüelas, como pode até não acontecer isso e às vezes até o modo como é tratado, como é abordado pode gerar algum trauma naquela família, então eu acho que é muito delicado o cuidado que você tem que ter ao abordar o caso, sabe que pra cada família tem uma moral, tem alguma coisa ali. E você entender que aquela família às vezes, pra uma família uma coisa mínima já causa um trauma gigantesco e pra outras não, elas tem uma forma diferente de lidar com aquilo. Então, eu acho importante isso, os profissionais estarem preparados e não terem tantos preconceitos, tantos estigmas, tantos tabus, sabe, encarar como, meio que suspender seus padrões, suas ideologias, não sei e encarar ali o que a pessoa está trazendo.

4. Quais os limites e possibilidades/ contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo A - Eu acho assim, que os limites são como eu falei, tanto a questão social, é um tema muito polemico, é uma questão bem delicada. E eu acho assim que além desses limites, às vezes, barra com outras coisas da prática mesmo, de questões religiosas, jurídicas, mas eu acho que tem muito a contribuir porque que eu percebo que ainda é uma discussão muito que a gente não tem nem na faculdade muito, em outros lugares também de trazer a temática mais com, assim, como posso dizer? Que eu percebo até pelas coisas que eu falei que eu fui estudar assim e vi que as pessoas ainda tendem a ver como doença, que o abusador é doente e é isso e aquilo... E eu acho assim que de fato muito pouco se estuda, também até de tentar ouvir, como eu falei que muitos abusadores foram abusados assim e não tiveram algum acompanhamento alguma coisa e acabam repetindo essa agressão, que a gente fala que se identifica com o agressor e acaba repetindo aquilo. Eu acho que é importante tanto tratamento das crianças que foram abusadas, que às vezes assim se não for tratado ou pode essa criança que foi abusada vir a casar com um homem que pode abusar da criança ou até o menino que foi abusado se tornar um abusador, ou mesmo uma menina que foi abusada se tornar abusadora, também tem mulheres. Então eu acho que é muito importante esse trabalho assim com a vítima ou até bem esperar depois ela não ficar bem cheia de traumas porque a gente vê assim mães que foram abusadas na infância e não foi feito nada assim, e vem com traumas imensos e

até depois quando se repete com a criança daí isso fica ainda maior daí é muito difícil tratar essa questão, então eu acho que muito importante esse trabalho do profissional da psicologia de dar esse amparo à criança, mas como eu disse também há essa mãe que também tem vários traumas também, há esse abusador que também tem muitas questões eu acho muito importante o trabalho do apoio psicológico, terapêutica assim. Mas também em discussões teóricas pra trazer novas questões mesmo no campo jurídico, porque eu vi que tem varias discussões assim ah é doença não é, como disse o abusador é doente, é um perverso? E o jurídico também que às vezes algum advogado entra com algum pedido de um laudo psicológico eles não gostam porque tem psicólogos que colocam a sua moral ali, colocam os seus preconceitos, então alguns juízes nem gostam, nem dão muita bola pro lado psicológico. Então eu acho que os profissionais da psicologia precisam fazer um trabalho mais sério, mais bem fundamentado e bem isso, se resolverem pra lidar com essa temática e terem mais voz e serem mais respeitados pelos profissionais do jurídico, porque, pelas coisas que li, às vezes há um pouco de desrespeito porque há profissionais que não fazem um trabalho bem feito. Então acho que a Psicologia precisa se colocar mais nessa área, trazer mais discussões, mais coisas teóricas que ajudem, pra ter um pouco de respeito mais pelas outras áreas e porque eu acho que tem muito a contribuir com as outras áreas [...] até pela visão de homem, como eu disse a minha abordagem é mais psicanalítica, então ela foca muito a sexualidade do humano, como ela é formada, ate as questões da fantasia da infância, que é uma coisa muito comum, que ate um profissional do jurídico se tivesse mais conhecimento ele poderia abordar a maneira de uma forma mais profunda e perceber que tem vários fatores psíquico envolvidos ali e perceber que a Psicologia pode contribuir pro entendimento dele no assunto.

Entrevista com Psicólogo B

1. Quais as práticas e procedimentos realizados pelo Psicólogo nesta instituição?

Psicólogo B - É basicamente atendimento individual aqui, com relação a essa temática né, do abuso sexual, é trabalho individual clínico.

2. Em que você se fundamenta e se respalda para atuar neste contexto?

Psicólogo B - A minha orientação é a Psicanálise.

ENTREVISTADOR – Tem algum documento ou legislação que você entrou em contato e se apóia?

Psicólogo B - Essa parte da legislação, é que a gente trabalha numa equipe né, então os casos só chegam pra gente depois de passar por um colhimento com a assistente social e aí se verifica todos esses tramites judiciais e legais. É claro que a gente tem que ter um conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não cabe a nós tratar com isso diretamente, o nosso trabalho com relação a isso é clinico mesmo. Se a criança sofreu violação dos seus direitos, se a situação de moradia daquela família ta irregular, sabe? Se, de repente, a criança cuida da outra criança e isso tá errado, quem cuida disso é a Assistente Social mais, sabe. Quando os casos chegam pra gente tudo isso já foi verificado, já foi devidamente encaminhado e geralmente os casos de abuso sexual é trauma né então agente fica mais ali...

3. Qual o papel do Psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo B - Eu entendo que o trabalho clínico, que é o que eu faço aqui, quando se trata de abuso sexual o mais importante eu acho é que é um trabalho que proporciona por espaço pra por palavra aí sabe. Porque essa situação de abuso é sempre vivida como um trauma pra criança e trauma significa que não tem palavra pra dizer daquilo, só que foi pego por aquilo, foi tomado por aquilo e isso desencadeia reações que causam sofrimento e aí poder reverter esse sofrimento através da palavra mesmo e construir um trabalho assim que pela palavra com a criança ali ou um adulto mesmo [...] então eu acredito que é só pela palavra que uma situação de violência pode ser superada.

4. Quais os limites e possibilidades/ contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo B - Pois é, eu acho que o limite que eu tenho como profissional diante de um caso de um abuso sexual vai depender bastante da disposição da pessoa de estar ali e querer falar sobre isso, querer trabalhar de querer saber do que é isso que tá doendo ali. Então, às vezes as pessoas elas não querem, às vezes elas querem ficar quietas, ficar na delas, terminar com todo esse estardalhaço que é ir pra um Conselho Tutelar, ir pra uma Vara da Infância,

causa todo um transtorno na vida e às vezes a pessoa tá mais preocupada em poder voltar a sua rotina normal do que a entender que aqui tem um espaço pra ele tratar isso que aconteceu ali, que causou uma ferida na dor e tal. Então às vezes a pessoa não quer e a gente tem que respeitar isso, porque cada um tem um tempo, cada um tem um momento de poder se a ver com isso que lhe causou [...] Acaba entrando aqui profissionais de diferentes formações e cada um tem um entendimento da coisa e o que eu mais tento contribuir aqui dentro é pra não ter um julgamento moral sobre a situação assim, pra que a gente possa estar aberto pra receber o caso sem julgar, porque é difícil. Não vou te dizer que acontece aqui 100% não há julgamentos, até pelo contrario, pelo caráter da instituição de proteção da criança, as vezes tende a ver um como vítima, outro como não vítima, mas eu acho que é isso, porque aquela parte de prevenção de orientação eu acho que os outros profissionais contribuem muito melhor, do que a nossa formação nos habilita, a gente não tem tanta orientação de como estar encaminhando assim, em termos de NUCRIA sabe essas coisas assim? A gente praticamente passa meio batido nisso, eu acho que um Assistente Social, um advogado ele ensina a gente muito mais nesse sentido.

Entrevista com Psicólogo C

1. Quais as práticas e procedimentos realizados pelo Psicólogo nesta instituição?

Psicólogo C – Nós recebemos a solicitação ou de juízes, alguns casos de Conselhos Tutelares, ou encaminhamento indiretos, daí nós entramos em contato, marcamos um agendamento, uma primeira sessão, daí é conversado com a criança, eu converso junto com a criança, e com a pessoa que está com ela, não levantando nada do acontecido apenas falando como que vai ser o processo de conversação, o processo é todo feito com uma abordagem livre e lúdica. Testes eu só uso se juridicamente for solicitado porque nós não temos uma testagem hoje que determine que a criança sofreu o abuso, a não ser que seja em termos de perícia daí sim uma testagem pra fundamentar mais a fala, mas depois deste contato nós vamos marcando outros momento, outras sessões, considerando no mínimo 4 ou 5 sessões, porque a fala da criança

precisa surgir, não pode ser induzida, tipo o que que aconteceu, como aconteceu, é feito todo um aporte pra que a criança vincule, e assim, com a experiência que eu tenho é fato que a criança vincula e ela mesma fala, não precisa ficar criando estratégias pra ela contar o que aconteceu e o trabalho é todo subjetivo, então é uma leitura de desenho subjetiva [...] e vamos trabalhando com a subjetividade da criança. Depois eu faço um relatório e o meu relatório serve de subsidio ou de material de discussão, como a gente classifica, pra advogada, pra ela elaborar o documental da jurisprudência e encaminhar pro Ministério Público. Daí, dentro desse processo, como é o direito do agressor, é uma lei de 2003, que o agressor pode solicitar uma perícia sobre o trabalho do profissional de Psicologia, daí o agressor apresenta o trabalho do Psicólogo e ele vai solicitar uma perícia do trabalho feito.

2. Em que você se fundamenta e se respalda para atuar neste contexto?

Psicólogo C – Eu não tenho formação em Psicanálise, eu comecei a formação de Psicanálise infantil, mas a teoria que eu utilizo é Psicanálise e a estrutura única é a fala da criança, por mais que tenham pessoas que falem, e principalmente dentro da jurisprudência, que a criança mente, existe uma diferença entre uma fala mentirosa e a fala verdadeira, por isso que eu digo pra você que eu trabalho com a questão da subjetividade e até pra reforçar essa questão da fala, porque hoje é muito discutida a SAP – Síndrome de Alienação Parental, pro profissional é muito visível quando a criança está com uma feição do adulto e mesmo que a criança passe pelo IML e constate, como eles classificam no documental do IML a conjunção carnal, a fala da criança pra mim ainda é o mais significativo, porque em termos físicos de prova ele só vão, no laudo IML, só vai ser classificado quando acontece a penetração, quanto tem alguma fissura, alguma questão assim, então se nós formos utilizar só isso, a maioria dos casos de abuso sexual eles estariam fora da questão da jurisprudência, porque a maioria dos casos chegam a questão do toque, da exposição da criança a sexualidade adulta, sem a penetração.

3. Qual o papel do Psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo C – O papel do Psicólogo é fundamental! Primeiro, o psicólogo tem que ter um olhar muito significativo, único de diferenciação e, assim, é extremamente necessário esse olhar e principalmente porque o psicólogo que vai poder respaldar toda a fala da criança. Porque eu acho que nós temos até de sobra teorias, dentro da Psicanálise tem muita discussão, mas não tem outro profissional que possa ter esse olhar. Como assistente social eu tenho o olhar do social e o assistente social ele pode descrever toda a agressão, a situação familiar, a situação física da criança, do ambiente físico de domicílio, então como que ele vai falar do psicológico? Tem que ser o Psicólogo sim.

4. Quais os limites e possibilidades/ contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo C – Primeiro o limite da Psicologia, até pela prática de aula, de discussão em grupo, a experiência que eu tenho aqui no Paraná e em outros Estados, os limites é sair do senso comum, psicólogo não pode se embasar e se estruturar em senso comum. Eu acho o maior limite da Psicologia, é não se aprofundar. E a maior contribuição são as teorias, acho que ninguém falou tão bem da sexualidade infantil que a Psicanálise. Não que todo profissional de Psicologia que trabalha com criança e adolescente ou até mesmo adulto, dentro da violência sexual, tem que ter uma visão psicanalítica, mas tem que conhecer sim a questão teoria psicanalítica até para não enquadrar todo indivíduo. Que eu acho que aí é um outro limite, toda pessoa que comete um abuso, um excesso para com o outro ele tem uma disfunção patológica [...] porque nós sabemos que isso é um... a percentagem de pessoas vinculadas a questão da sexualidade agressiva para com crianças, os patológicos era 8% agora baixou para 5%. Assim essa necessidade desse aprofundamento, e até mesmo, você falou as contribuições, eu acho assim, o Winnicott é fabuloso, por mais que a pessoa, como eu te disse, não tenha uma leitura psicanalítica, ela tem que saber como que é a formação da criança, porque que interfere, o que é lúdico pra criança na sexualidade, que deixa de ser lúdico, quando deixa de ser lúdico, tem n autores e eu trabalho uma infinidade de autores e até sempre procuro fazer leituras até nas outras linhas que eu não trabalho e percebo que mais divergentes que elas sejam em algum momento, todas trabalham com o mesmo olhar, que é o olhar de resignificação [...] A única limitação que eu vejo

é mais a limitação das outras pessoas, do que do próprio profissional, porque a exigência é assim, até nós discutimos antes a questão dos testes, então as pessoas externas, até mesmo da jurisprudência, elas cobram assim: o que você fez? Existe um teste? Você aplicou um teste que dê uma resposta certa? Uma resposta afirmativa ou negativa se houve abuso ou não houve abuso. Eu vejo aí como um dos nossos maiores problemas, essa não compreensão que as pessoas não tem que o indivíduo é um ser subjetivo e ele não vai ter conteúdos fechados, falas fechadas e deterministas [...] Uma coisa que me preocupa bastante é que as vezes nós fazemos todo esse trabalho com a criança e a necessidade de ser feito um trabalho todo com a família, porque na maioria dos casos é a criança sempre que tem que dar conta da agressão, então em muitos casos que são mas graves, a criança que é tirada do núcleo familiar e colocada no abrigo. Então além dela ter sofrido a violência ela sofre uma nova violência de ir pra um abrigo, ficar distanciada da família e que é significativo colocar, esta até na normativa de Brasília do SUAS, esse dever dos profissionais da matricialidade dos profissionais, pra poder pelo menos visualizar contextos mais saudáveis de convivências.

Entrevista com Psicólogo D

1. Quais as práticas e procedimentos realizados pelo Psicólogo nesta instituição?

Psicólogo D – As crianças vem encaminhadas de escolas, as vezes de pessoas que fazem a denuncia, parentes que sabem do ocorrido, que descobrem o ocorrido. Elas chegam aqui trazidas pelo responsável e é feito um acolhimento, é preenchida uma ficha sobre o que aconteceu e após isso elas são encaminhadas pra assistente social, que vai tá acompanhando o caso, vai fazer os encaminhamentos necessários, pra delegacia, conselho tutelar... e elas fazem encaminhamento pro setor de psicologia. Nós fazemos acompanhamento psicológico mesmo, mas assim uma psicoterapia mais breve, devido a demanda aqui que é muito grande. Nós fazemos a terapia breve com a criança e é isso.

ENTREVISTADOR – Há algum tipo de trabalho com a família e com o possível agressor?

Psicólogo D – Sim, o agressor é chamado aqui é conversado com ele, com ela. É a assistente social que faz essa parte. E com a família também, pra gente dar orientações sobre como ta lidando com a criança, pra ajudar ela a superar essa fase.

2. Em que você se fundamenta e se respalda para atuar neste contexto?

Psicólogo D – A minha abordagem aqui é a comportamental, mas tem outras psicólogas aqui que atendem em outras linhas, mas a minha é a comportamental [...] tem a literatura sobre violência sexual, nós fazemos cursos ta,bem, pra termos uma base bem firme pra estamos nos direcionando neste trabalho.

3. Qual o papel do Psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo D – O papel da Psicologia, na minha opinião é estar ajudando a criança a superar essa situação, fazer ela perceber o que que ficou pra ela daquilo e ajudar ela a ter formas de se proteger contra novos acontecimentos desse tipo.

4. Quais os limites e possibilidades/ contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo D – Eu acho que é fazer o ser humano se valorizar. Apesar do que aconteceu com a pessoa ela se perceber como alguém que tem valor, que não é aquilo que vai fazer que ela se menospreze, que se ache que ela não tem valor como pessoa [...] as dificuldades assim, da criança demorar pra perceber que ela tem valor, que aquilo ali passou, que ela vai ter novas oportunidades na vida dela de superar, de alcançar novas oportunidades pra superar [...] eu acho que a Psicologia consegue sim ajudar nesse sentido. Depende de cada um, cada um tem o seu tempo também que a gente tem que respeitar, mas eu acho que a Psicologia consegue ter uma grande contribuição nesse sentido.

Entrevista com Psicólogo E

1. Quais as práticas e procedimentos realizados pelo Psicólogo nesta instituição?

Psicólogo E – Eu atendo o conselho tutelar já a bastante anos, porque a secretaria municipal de saúde disponibilizou um profissional da saúde pra poder atender os casos do conselho tutelar, então ali nós atendemos especificamente crianças e adolescentes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e tantos agravam que envolvem a criança e o adolescente. Na verdade eu sou lotado na secretaria de saúde, eu atendo o centro de especialidades, na terça e na quinta-feira, nas quartas-feiras eu atendo o conselho tutelar e nas segunda e sexta-feira eu estou a disposição do NUPREVI que é o núcleo de prevenção à violência doméstica, aonde nós desenvolvemos projetos, intervenções de como encontrar políticas publicas que possam prevenir as ações de violência. Então basicamente, eu acabo desenvolvendo varias funções além da função clínica de trabalhar em ambulatório, a intervenção dentro do conselho tutelar, quando os conselheiros e conselheiras entendem alguma situação que exige uma avaliação de um técnico da psicologia, então passam por mim esses casos, onde eu oriento elas no que devem fazer. Por exemplo, uma criança vitima de abuso sexual, assédio, então passa por uma avaliação, a gente identifica se de fato isso está acontecendo ou não. Às vezes é atendida por mim mesmo, às vezes eu já faço encaminhamento pra outro profissional avaliar com precisão, às vezes precisa de um profissional com formação em psicologia de psicologia infantil e assim sucessivamente [...] quando eu identifico realmente que a criança foi vitima de alguma violência seja física, seja psicológica, seja ate de ordem sexual, a gente atende esses casos e faz um laudo e encaminha ao conselho tutelar que geralmente toma as providências cabíveis, geralmente encaminha ao ministério publico, ao poder judiciário pra tomar as providencias sobre o agressor. Quando eu percebo que exige uma avaliação mais apurada, porque eu atendo crianças com mais de oito anos, então eu faço encaminhamento, tem o CREAS aqui que nos dá um suporte, que é o Centro de Referência de Ação Social

onde eles têm profissionais também com habilitação, formação em psicoterapia infantil, que acaba avaliando com precisão se aquela suspeita identificada pelo conselho ou pelo próprio profissional, se procede ou não [...] alguns casos avaliação outros atendimentos específicos. Quando a criança e o adolescente vai entrar em tratamento, então não fica só a nível de avaliação, quando eu percebo que houve algum trauma, algum prejuízo a criança e o adolescente que vai envolver um tratamento eu encaminho aqui pro centro de especialidades, que é uma diversidade de profissionais, aonde, dependendo da necessidade encaminho até pra psiquiatria pra fazer uma avaliação e até acompanhamento do caso.

2. Em que você se fundamenta e se respalda para atuar neste contexto?

Psicólogo E – Em toda a experiência de psicólogo nesses anos todos, tenho duas formação, uma especialização em psicologia analítica e uma outra em neuropsicologia e a gente realmente em cima do relato verbal da criança, em cima do que ela ta passando tentando identificar se aquilo é do imaginário, se houve um fato real, ou se houve a indução de um adulto pra aquela fala, ou se o fato realmente foi reproduzido por alguém, através do comportamento, através das reações que a criança venha a ter, através do discurso, da fala dela, das atitudes, do comportamento verbal, ou mesmo pela sua própria expressão física, identificando se houve algum comprometimento emocional e psicológico.

3. Qual o papel do Psicólogo frente à violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo E – Acredito que o papel do psicólogo é fundamental, porque alem dele ter um olhar clínico técnico, sobre a natureza do comportamento humano ele pode intervir junto a equipe orientando, tentando intervir junto a família como toda aquela situação, chamando a família pra identificar realmente o que está acontecendo, por que as vezes a criança reproduz um comportamento e as vezes a família, a gente começa a perceber, as vezes a família tem por trás disso um comprometimento, não só de ordem financeira por passar dificuldades, mas as vezes comprometimentos, pessoas na família envolvidas com drogas, pessoas na família envolvidas com álcool, pessoas na família

envolvidas com aliciamento, tentando levar a criança e o adolescente pra rua, pra as vezes ate mendigar. Então os grandes problemas que acontecem com a criança e o adolescente, lamentavelmente, acontecem dentro da própria casa, quando não próximo as pessoas ligadas a ela, raramente acontece fora do seu ambiente familiar, acontece, mas geralmente a criança sofre a violência dentro da própria casa, dentro da própria pessoa que tem acesso a ela, as vezes um irmão, o próprio pai, a própria mãe, um tio, um parente que tem acesso a criança, geralmente são essas pessoas que, lamentavelmente, mais cometem atos de violência a própria criança. Então geralmente são pessoas que tem acesso a essa criança, sabem da rotina dessa criança, sabem da intimidade dessa criança, então geralmente são elas que acabam violentando ou molestando ou colocando a criança em situação de risco.

4. Quais os limites e possibilidades/ contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Psicólogo E – Eu acho que a contribuição da Psicologia é ter esse olhar clinico e técnico de identificar o que esta realmente acontecendo com aquele sujeito. Eu acho que o aspecto preventivo é trabalhar com a família, tentar reorganizar essa família. As limitações do profissional da psicologia é que muitas vezes depende da própria família a tomar uma atitude frente a tudo aquilo que está acontecendo, porque muitas vezes essas famílias são acompanhadas pelo conselho tutelar, as vezes são acompanhadas pelo ministério publico, pelo poder judiciário da vara da infância e juventude, são acompanhados, mas as vezes a família mesmo não ta tentando mudar aquela situação, se sente vulnerável, mas não dá abertura pra mudar. O profissional da Psicologia identifica, consegue ver algumas situações que poderiam ser mudadas, chama os pais ou os responsáveis, mas mesmo assim a situação permanece e continua ocorrendo. Então quando a gente percebe essa negligencia da família, pai, mãe ou responsável encaminha ao conselho tutelar pra que tome as providencias cabíveis, chamar a responsabilidades desses pais, que geralmente são chamados, são acompanhados. Porque a nossa função não é só punir, não é identificar e querer punir, a função primordial é tentar orientar, tentar identificar com essa família o que é que está acontecendo. Nossa tentativa maior é a de orientar, de realmente se tornar um instrumento de

auxílio aquela criança ou adolescente, ou a própria família, tentar criar um elo de proteção pra que essa proteção possa realmente ser efetivada. Porque a criança e o adolescente acaba sendo vítima de uma circunstância e as vezes a própria família coloca essa situação com a criança e com o adolescente. Então a gente percebendo que a criança e o adolescente são vítimas desse objeto de agressão então realmente tem que chamar os responsáveis e tomar as providências. Em alguns casos quando de fato se percebe o real abuso, o real fato de agressão daí as vezes tem que encaminhar a delegacia de polícia e assim sucessivamente. Eu acho que o aspecto positivo do profissional da psicologia é que ele tem acesso a vários outros profissionais, tem acesso a assistente social, que pode fazer visitas na família, tentar identificar realmente o que é que acontece dentro daquela casa, como é que é a estrutura dessa família, então o bom desse profissional é que ele tá envolvido com outros profissionais, e a gente acaba tendo uma rede interdisciplinar, que são as interfaces, vários profissionais de vários campos, tendo o mesmo olhar, a mesma percepção discutindo juntos que soluções a gente pode dar pra aquele caso. E os limites é que não depende só do profissional, depende daquele sujeito, daquela família, em tentar mudar a sua estrutura, em tentar mudar a sua situação. E quando envolve certos programas, você precisa encaminhar pra alguns programas assistenciais, alguns programas do serviço social, então nem sempre depende dos profissionais, os profissionais as vezes depende de encaminhar pra programas e as vezes esses programas não existem, que são as políticas públicas, os programas de políticas públicas pra tentar criar uma rede de proteção pra que a gente possa encaminhar essa criança pra um atendimento adequado, esse adolescente a alguns programas esportivos, alguns programas que possam dar um subsídio pra aquela família. Então acho que a limitação do profissional da psicologia é depender de políticas públicas, as vezes do poder executivo, da boa vontade política de que esses projetos possam acontecer e possam contemplar as crianças que são vítimas de agressão [...] A família, as vezes a gente identifica uma determinada situação, mas a s vezes a família não tem interesse em mudar, daí o nosso trabalho fica realmente muito limitado, porque a família não quer mudar aquele contexto, não quer mudar aquela situação, daí a gente fica limitado. Por exemplo, uma criança e um adolescente que é incentivada a mendigar, que é muito comum,

muitas vezes a família coloca essa situação pra criança. Uma criança, um adolescente que é incentivada a pratica de prostituição, então às vezes a família coloca essa imposição pra criança e pro adolescente. Então, depende muito de uma ação da família, então a gente pensa, entendo eu, que os programas que restabelecem a estrutura familiar, são os projetos que nesse campo da Psicologia Social, são os que mais têm êxito. Porque tem que ter uma intervenção dos programas, incentivo do governo federal, incentivo do governo estadual, do governo municipal em criar programa que façam essas interferências, acompanhem essas famílias, que cadastrem essas crianças, que essas crianças possam ser devidamente matriculadas, acompanhadas, por profissionais da psicologia, do serviço social e outros programas a fins. Então eu acredito que quanto mais programas que combatam a violência, que assistam, que acompanhem essas famílias pra gente identificar o que fazer com aquela situação, mais êxito vai ter a criança e o adolescente. Por exemplo, uma família, o pai desempregado, envolvido com bebida alcoólica, a mãe é diarista, trabalha só uma ou duas vezes por semana. Então a gente percebe uma situação de uma família com bastante problemas, com bastante dificuldades, com muitas limitações. Então o que é que nós temos que fazer, intervir junto a esse pai, conscientizá-lo da importância de fazer um tratamento pra esse alcoolismo. Tentar fazer um encaminhamento dele a algum serviço que possa encaminhá-lo a um processo profissional, tentar fazer uma recolocação profissional desse pai, às vezes esse pai não tem um curso, quem sabe a gente possa capacitar ou encaminhar ele a algum programa que ele possa se reciclar, fazer algum curso que possa de repente encaminhá-lo ao mercado de trabalho. Então são todas essas interferências que eu acredito que isso venha a promover a família, então quanto mais programas, no meu entender como psicólogo, de promoção a família, mais êxito a criança vai ter. Então quanto mais um olhar que a gente tenha, não um olhar de punição, vamos punir o agressor, vamos punir a família, não, mas eu acho que mais programas e conscientização. Trabalhar com essa família, tentar identificar porque que aquele ato foi cometido contra a criança, como é que nós da área da psicologia podemos ajudar aquela família? É a través de um tratamento, vamos encaminhar, o pai tem um problema com alcoolismo, vamos encaminhar pra um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, CAPS ad, álcool e drogas,

tem transtorno mental na família, vamos encaminhar pra um CAPS II, a criança tem um problema grave, então vamos encaminhar pra um CAPS infantil. Então nós temos que ter na verdade os programas, porque se não o nosso trabalho, o psicólogo clínico, porque eu sou psicólogo clínico, a gente fica muito limitado ao ambulatório, você recebe a queixa, recebe uma situação e às vezes não sabe como fazer uma intervenção. Então eu acredito que quanto mais programas nós tivermos dentro do município, programas estaduais e federais, que promovam a estrutura familiar, eu acho que mais a criança vai ser beneficiada. Então nós temos que encontrar alternativas pra que amenize o agravo contra a criança e o adolescente. Que essa criança pare de ser agredida, em todos os aspectos, que essa criança pare de ser vítima de violência, que ela tenha os seus direitos assegurados no ECA, na Constituição Federal. Então quanto mais políticas públicas nós criarmos, eu acredito que mais a criança vai ser promovida e o trabalho do psicólogo, eu to falando do trabalho do psicólogo clínico, mas existe a intervenção do psicólogo social, que vai acompanhar, que vai trabalhar junto à comunidade, saber identificar como é que é a vida da família naquela comunidade, quais os programas mais indicados. Então existe várias interferências do profissional da psicologia pra contribuir pra que diminua a violência. Primeiro é identificar se essa criança e esse adolescente está sendo vítima, vítima de que tipo de violência, vítima de que tipo de abuso. Chegar no agressor, não só com olhar de punição, claro que tem tipos de comportamentos provocados pelo agressor que ele tem que ser punido no rigor da lei, tem que encaminhar pra polícia tomar as providências que lhe cabem, encaminhar pro judiciário que vai tomar as providências cabíveis no que lhe compete, mas nós profissionais da psicologia eu acho que é tentar intervir através de programas que possam amenizar aquele conflito contra a criança e o adolescente. Eu acho, e sempre bato nessa tecla, que são programas de promoção familiar, quanto mais programas de promoção familiar, não é ir dando, programas de conscientização, de intervenção, trabalhar junto com aquela família, eu acredito que essa família vai estar bem mais instrumentalizada, até mais bem estruturada, até mesmo como saber agir com seu filho, como saber agir com sua filha, como saber agir com aquela criança, como saber agir com aquele adolescente. Então eu acredito que quanto mais o profissional da psicologia estiver próximo dessas realidades, mais facilmente,

junto com órgãos competentes, o profissional da psicologia pode estar debatendo e discutindo, porque ninguém melhor do que o psicólogo pra conhecer essa matéria do comportamento humano, sobre a estrutura emocional e psicológica daquele sujeito e tentar identificar quais as necessidades dele. Eu acredito que quanto mais profissionais da área da psicologia intervindo em programas de ordem sociais, eu acredito que ganha a família, ganha os programas, e o profissional da psicologia fazendo o seu trabalho que é tentar promover as relações humanas, tentar prevenir aquele tipo de conflito. Eu sou da linha de quanto mais profissionais da psicologia estiverem envolvidos com essa abordagem ou envolvidos em seus programas de psicologia comunitária, social, envolvidos com esses agravos, eu acho que ganha toda a sociedade [...] Quanto mais programas, eu sempre reforço e bato nisso, que tenham um olhar de um psicólogo, um olhar de um profissional nessas intervenções, eu acredito que contribua significativamente, para que a violência seja amenizada. Primeiro identificar, por que a criança está sendo violentada? Qual o objetivo? Eu to jogando as minhas frustrações contra o meu filho? Daí eu tenho que tentar trabalhar com esse adulto, o que leva ele a agredir uma criança? O que leva um adulto cometer o abuso sexual, o que leva um adulto fazer isso contra uma criança e um adolescente? Então, eu tenho que intervir com programas de ordem de promoção familiar, quando mais eu trabalhar com esse pai, com essa mãe, com esse avo, esse tio, esse responsável, mais bem instrumentalizada vai estar essa família pra saber o quanto essa criança e esse adolescente é especial pra se tornar um adulto saudável. Por que na Psicologia a gente já percebe que a base nossa é a fase infantil, então se ali houver muitos traumas, muitos conflitos, muitos agravos nessa fase... por que a criança é pra brincar, brincar, estudar, ela tem um direcionamento saudável pra se desenvolver, se essa fases forem podadas, forem negligenciada, com certeza essa criança vai se tornar um adolescente traumático, problemático que com certeza tem tudo pra se tornar um adulto violento, agressivo e com diversos problemas, problemas de alcoolismo, drogadição e assim sucessivamente. Então nós temos que ter uma política voltada, um programa muito eficaz pra da área da criança e do adolescente, programas que contemplem a garantia do que a lei prevê, criança ela é prioridade absoluta então vamos dar a prioridade que ela precisa. E o outro, é

trabalhar junto a família, porque se não trabalhar junto a família, por que esse pai esta desempregado? Por que ele esta envolvido com álcool? Por que esta mãe esta se prostituindo? Obviamente quem vai sofrer as conseqüências do comportamento desses adultos é a criança e o adolescente inserido naquele ambiente. Então nós temos que tentar ter um olhar de identificar não só a vítima, mas como trabalhar com aquele agressor, mas como amenizar, como fazer com que ele mude aquele repertório de atitudes. Como é que ele faz pra ele mudar esse comportamento? como é que a gente faz pra mudar aquela realidade? É trabalhando, conscientizando com ele, intervindo e não ficando frustrado, por que a nossa intervenção, nós não temos varinha mágica, que nós vamos chegar ali tocar na família... essas intervenções são demoradas, exigem análises, avaliações técnicas, tem que ter uma abordagem que a gente aprenda a ser confiado, que a gente tenha a confiança daquele sujeito, que ele possa confiar em você, até pra eu saber como eu posso ajudá-lo [...] Um município muito carente, obviamente que isso envolve problemas sociais gravíssimos, de moradia e tantos outros problemas de desemprego e assim sucessivamente, que a gente pensa que está interligado, mas acabam contribuindo com a violência contra a criança e o adolescente. Então eu acredito que quanto mais iniciativas dos poderes executivos de criar políticas públicas, que possam montar programas, que possam se aproximar da criança e do adolescente e da família, mais sucesso terá a criança e o adolescente, porque estarão mais amparados. Então eu acredito que os programas de políticas públicas são os que possam prevenir, porque não adianta eu só tratar a vítima eu tenho que tentar evitar que essa vítima seja alvo dessas agressões, e pra que isso aconteça eu tenho que trabalhar com esse adulto, com esse pai, com essa mãe, com esse responsável e assim sucessivamente. A pessoa que cuida da criança tem que saber como cuidar, que não é só cuidar, que essa criança precisa de educação, de carinho, precisa das necessidades básicas dela sejam cumpridas, principalmente o respeito, por que se eu não respeito a criança, essa criança que sucesso ela vai ter? Se eu não escuto essa criança, não dou ouvido pra ela, não me aproximo dela, não tento escutar a necessidade dessa criança e desse adolescente, muitas vezes essa criança e esse adolescente vai pra rua, as vezes como uma válvula de escape, não é que a criança e o adolescente quer encontrar a felicidade na rua, é que ela não

ta encontrando dentro de casa! O pai e a mãe não se conversam, se discutem, se desentendem, o pai chega bêbado, então é uma serie de problemáticas que acontecem dentro de casa que leva a criança a procurar isso na rua, então a hora que a gente vê a criança ta na rua tentando encontrar a sua liberdade, a sua felicidade ou alguém ate que ampare, escute, brinque com ela, ouça ela. Então as vezes a criança não vai pra rua porque quer, ela vai porque não tem uma outra alternativa, ela vai como uma situação de escape, ela procura a rua, vai pra rua porque ela ta sofrendo uma serie de problemas dentro de casa, e acaba indo pra rua como uma conseqüência de estar sendo mal cuidada dentro da sua própria casa.